

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----  
----- **SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA,**  
**INICIADA NO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 2007.** -----  
----- **ACTA NÚMERO VINTE E SEIS** -----

----- No dia 27 de Fevereiro de 2007, reuniu na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, a Assembleia Municipal de Lisboa, sob a presidência da sua Presidente efectiva, Excelentíssima Senhora Dra. Paula Maria Von Hafe Teixeira da Cruz, coadjuvada pelos Excelentíssimos Senhores Eng.º Jorge Manuel Mendes Antas e Nelson Pinto Antunes, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários. -----

----- Assinaram a “lista de presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Alberto Francisco Bento, Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Bela Burt Magro Pires Marques, Ana Isabel Drago Lobato, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Ana Sara Cavalheiro Alves de Brito, António Manuel, António Manuel de Sousa Ferreira Pereira, António Modesto Fernandes Navarro, António Paulo Quadrado Afonso, Armando Dias Estácio, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Belarmino Ferreira Fernandes Silva, Carlos Filipe Marques Lima, Carlos Manuel Marques da Silva, David Alexandre Ribeiro Valente, Deolinda Carvalho Machado, Domingos Alves Pires, Duarte D’Araújo Jorge Cardoso da Mata, Fausto Jorge Gonçalves Teixeira dos Santos, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Fernando Pereira Duarte, Francisco Carlos de Jesus Vasconcelos Maia, Francisco David Carvalho da Silva Dias, Francisco José da Silva Oliveira, Heitor Nuno Patrício de Sousa e Castro, Henrique José Praia da Rocha de Freitas, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Ismael do Nascimento Fonseca, João Álvaro Bau, João Augusto Martins Taveira, João Carlos Durão Lopes Saraiva, João Manuel Costa Magalhães Pereira, João Mário Amaral Mourato Grave, João Miguel Narciso Candeias Mesquita Gonçalves, João Nuno Vaissier Neves Ferro, João Paulo Mota da Costa Lopes, João Pedro Saldanha Serra, Joaquim Emanuel da Silva Guerra de Sousa, Joaquim Lopes Ramos, Joaquim Maria Fernandes Marques, Jorge Manuel da Rocha Ferreira, Jorge Manuel Virtudes dos Santos Penedo, José das Neves Godinho, José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Rosa do Egipto, José Roque Alexandre, José Rui Roque, Luís Ângelo da Silva Campos, Luís Baltazar Brito da Silva Correia, Luís Filipe da Silva Monteiro, Luís Filipe Graça Gonçalves, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Manuel Luís de Sousa Silva Medeiros, Marcelino António Figueiredo, Maria Albertina de Carvalho Simões Ferreira, Maria Alexandra Dias Figueira, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina, Maria de Lurdes Jesus Pinheiro, Maria Idalina de Sousa Flora, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luísa Rodrigues Neves Vicente Mendes, Maria Teresa Cruz de Almeida, Maria Virgínia Martins Laranjeiro Estorninho, Nelson Miguel Rodrigues Coelho, Nuno Roque, Paulo Alexandre da Silva Quaresma, Pedro Alexandre Valente de Assunção, Pedro Manuel Portugal Natário Botelho Gaspar, Pedro Miguel Santos

de Sampaio Nunes, Pedro Pinto de Jesus, Rodrigo Jorge de Moctezuma Seabra Pinto Leite, Rodrigo Manuel Neiva de Oliveira Lopes Leal, Rodrigo Maria Santos de Mello Gonçalves, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rogério da Silva e Sousa, Rogério Gomes dos Santos, Rui António Francisco Coelho, Rui Manuel Pessanha da Silva, Valdemar António Fernandes de Abreu Salgado, Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Vítor Manuel Alves Agostinho, Rodolfo Knapic, Sílvia Alexandra Fragoso Fernandes Mota Lopes, Carlos Alberto Rebelo Costa, José Luís Borges da Silva, João Maria Martins Baioneto, Manuel Correia, Emília Cristina Antunes Serra, Rui Manuel dos Santos Matos Alves, Ana Patrícia Lamy, Pedro Manuel Tenreiro Biscaia Pereira, Carlos Manuel Melo Barroso, Manuel Duarte Costa Salema. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Afonso Miguel Silveira Machado Pereira Costa, António Alfredo Delgado Silva Preto, José Maria Ribeiro Rodrigues, Marta Sofia Caetano Lopes Rebelo Gonçalves. -

----- Pediram suspensão do mandato, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- João Pessoa e Costa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal José Luís Borges da Silva. -----

----- Sofia Dias (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Ana Patrícia Lamy. -----

----- José Leitão (PS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Pedro Biscaia. -----

----- Telmo Correia (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Carlos Barroso. -----

----- José Luís Ferreira (PEV), de 14 de Fevereiro a 2 de Março, sendo substituído pela Deputada Municipal Emília Cristina Serra. -----

----- João Gordo Martins (PEV), primeiro candidato não eleito do Partido Ecologista “Os Verdes”, comunicou não poder substituir o Deputado Municipal José Luís Ferreira no período de 14 de Fevereiro a 2 de Março. -----

----- Foram justificadas as faltas e admitidas as substituições dos seguintes Deputados Municipais, Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- Rui Marques (PSD), Presidente da Junta de Freguesia da Penha de França, por Carlos Alberto Rebelo Costa. -----

----- José Pires (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Engrácia, por Sílvia Mota Lopes. -----

----- Ana Bravo de Campos (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de S. Mamede, por Rodolfo Knapic. -----

----- João Martins Ferreira (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Isabel, por Manuel da Costa Salema. -----

----- Filipe Almeida Pontes (PSD), Presidente da Junta de Freguesia da Sé, por João Baioneto. -----

----- Ermelinda Brito (PS), Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão e São Lourenço, por Rui Manuel Matos Alves. -----

----- Joaquim Granadeiro (PCP), Presidente da Junta de Freguesia da Ajuda, por Manuel Correia. -----

----- Às 15 horas e 30 minutos, constatada a existência de *quorum*, a **Senhora Presidente** declarou aberta a reunião, primeira da Sessão Ordinária de Fevereiro, entrando-se, de imediato, no período destinado à intervenção do público. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **A Sra. D. Maria Júlia Jesus Silva Costa**, moradora na Rua de Campo de Ourique, 75, porta 4 – 1º esqº 1250-060 Lisboa, disse que a casa onde reside é particular e o senhorio deu-lhe um prazo para sair visto que estava a contrato. Não tinha para onde ir de momento, tinha consigo a sua mãe que sofrera um acidente e estava quase acamada, ela própria também estava já reformada devido a problemas na vista pelo que não tinha possibilidades de pagar uma renda de casa tão cara quanto lhe pediam, nem sequer tempo livre para andar à procura. -----

----- Por tudo isso, fez já um requerimento à Câmara a pedir que lhe arranjassem uma casa onde quer que fosse, pese embora gostasse de ir, com a sua mãe, para o Bairro Padre Cruz onde já vivia a sua irmã. -----

----- (Entregou documentação referente ao pedido feito à Câmara e à notificação para abandonar a casa em Junho próximo). -----

----- **A Senhora Presidente** disse que não competia à Assembleia a gestão de situações como a que acabara de ser exposta, de todo o modo enviariam a questão ao Gabinete do Sr. Presidente da Câmara que depois a faria distribuir. -----

----- **O Sr. José Manuel de Sousa Bandeira**, morador na Rua Pedro Queiroz Pereira, lote 3, r/chão dtº Lisboa, falando na qualidade de membro da Comissão de Moradores da Rua Pedro Queiroz Pereira e da Associação de Moradores do Bairro da Cruz Vermelha, no Lumiar, leu a seguinte exposição: -----

----- “Venho expor duas ou três questões. -----

----- Para quando as obras na Rua Pedro Queiroz Pereira, na totalidade dos seus 21 lotes, tendo em conta que desde a sua construção, há mais de 36 anos, nunca foram objecto de quaisquer obras de intervenção? -----

----- Para quando a sua reabilitação tendo em conta que o lote 21 se encontra num precipício de mais de 10 a 12 metros pondo em risco a integridade física dos seus moradores? -----

----- Este lote 21 e o lote 20 não têm acesso. Em caso de doença como transportar os idosos, que são a sua maioria? -----

----- A quem temos de pedir estas intervenções visto que diversos Departamentos da Câmara Municipal de Lisboa se demarcam destes problemas: UPAL, GEBALIS, etc.?

----- E para quando a abertura do Posto Médico tendo em conta que já se encontra mobilado?” -----

----- (Entregou na Mesa, a pedido da Sra. Presidente, a exposição acabada de ler). -----

----- **A Sra. D. Isaura da Cunha**, moradora na Av. Padre Manuel da Nóbrega, 8A, Lisboa, disse que na Rua Padre Manuel da Nóbrega continuava em construção um

prédio, embora já na fase final, que causava grande transtorno ao estabelecimento que há mais de 40 anos tem na morada indicada, porquanto o entulho, pedra, cimento, etc., ia todo parar à sua porta, para além de que a rede de protecção dos andaimes também prejudicava bastante a entrada do estabelecimento. -----

----- Por outro lado, durante todo o dia havia cargas e descargas de materiais o que também prejudicava muito o acesso ao estabelecimento. -----

----- A crescer a tudo isso, abriram uma porta, junto da sua, ao que se dizia para tirar o lixo, o que era de lamentar porque as pessoas passavam o levavam com o lixo em cima. Portanto, o que pedia era que mandassem mudar essa porta para outro lado porque estava mesmo quase em cima da sua. -----

----- Lembrou que já há algum tempo atrás colocara o problema na Assembleia Municipal, mas, até ao presente, não recebera qualquer resposta nem o problema foi resolvido. -----

----- **A Senhora Presidente** perguntou à munícipe se tinha alguma documentação para entregar e, tendo obtido como resposta que não tinha nada consigo, disse que uma das Sras. funcionárias iria anotar aquilo de que se queixava para que pudessem transmitir à Câmara. -----

----- Depois, findo o período de intervenção do público, declarou aberto o período de Antes da Ordem do Dia. -----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DAS ACTAS N.ºs 18 e 19.** -----

----- **A Senhora Presidente** pôs em apreciação as referidas actas e como ninguém desejou pronunciar-se sobre as mesmas, de imediato as submeteu à votação, separadamente, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Aprovar a acta n.º 18, por unanimidade. -----

----- Aprovar a acta n.º 19, por unanimidade. -----

----- Finda a votação das actas, a Assembleia aprovou, por unanimidade, o Voto de Pesar que a seguir se transcreve: -----

----- **Voto de Pesar** -----

----- “No dia 8 de Fevereiro de 2007 faleceu Sérgio Vilarigues, dirigente histórico do PCP. -----

----- Em 1932 aderiu à Federação das Juventudes Comunistas Portuguesas. -----

----- Foi preso em 1934. Esteve no Aljube e em Peniche e, em 8 de Junho de 1935, ano em que aderiu ao PCP, foi enviado para a Fortaleza de São João Baptista, em Angra do Heroísmo. Em Outubro de 1936, apesar de já ter cumprido a pena a que fora condenado, faz parte do grupo de prisioneiros que inaugura o Campo de Concentração do Tarrafal. -----

----- Em Dezembro de 1940 é “amnistiado”, ficando em “liberdade condicional”. Passa à clandestinidade em 1942, na qual permanece ininterruptamente até 25 de Abril de 1974. -----

----- Sérgio Vilarigues participou activamente na reorganização do PCP em 1940/41, tendo sido eleito para o Comité Central no III Congresso, em 1943. Foi responsável por diversas organizações regionais, incluindo Lisboa. Pertenceu ao Secretariado e à

Comissão Política e foi um dos mais destacados dirigentes comunistas da vida e da história do PCP. -----

----- A Assembleia Municipal, na sua reunião ordinária de 27 de Fevereiro de 2007, lamenta o seu falecimento, apresenta sentidas condolências à sua família e ao PCP e recomenda que o seu nome seja atribuído a uma rua de Lisboa, em memória da sua luta pelos direitos dos mais desfavorecidos e pela liberdade consagrada na Revolução de 25 de Abril de 1974.” -----

----- Após a votação, a Assembleia, de pé, guardou um minuto de silêncio em memória da referida personalidade. -----

----- **A Senhora Presidente** informou que tinham sido apresentadas onze moções e duas recomendações, que estavam já distribuídas. -----

----- **MOCÃO NÚMERO UM** -----

----- “Segurança no Eixo Norte-Sul” -----

----- “O Eixo Norte-Sul, obra a cargo da Estradas de Portugal, é considerado um elo fundamental para completar o anel de radiais rodoviárias na Área Metropolitana de Lisboa, permitindo a quem chega à cidade, vindo pela A1, A8 ou ponte Vasco da Gama, dirigir-se, por exemplo, à ponte 25 de Abril sem passar pelo centro da cidade e vice-versa, sem recorrer a duas vias habitualmente alvo de grandes congestionamentos de tráfego, como a Segunda Circular ou a Calçada de Carriche. -----

----- Esta via “fundamental em termos de acessibilidades e desenvolvimento da cidade” teve, em Agosto de 2005, a sua data de conclusão prevista para o Verão de 2006, segundo declarações públicas da Secretaria de Estado das Obras Públicas e da Estradas de Portugal. -----

----- Ora, o Observatório de Segurança das Estradas e Cidades (OSEC) elaborou um estudo onde foram detectadas deficiências nos traçados que violam regras de segurança, tendo alertado as entidades competentes para os erros de construção e manutenção, responsáveis por grande parte da sinistralidade rodoviária. -----

----- Para além deste facto, também os moradores de ambos os lados do Eixo Norte-Sul têm vindo, quer a título individual, quer através de associações locais, a alertar repetidamente os órgãos competentes para a salvaguarda da saúde e o bem-estar das populações, concretamente, para a prevenção do ruído e o controlo da poluição do ar, sonora e visual, alegando o não cumprimento do Decreto-Lei nº 292/2000, de 14 de Novembro. -----

----- Neste sentido, a Assembleia Municipal de Lisboa delibera, na sequência da presente proposta dos eleitos do Partido Ecologista “Os Verdes”, recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que requeira à Estradas de Portugal e ao Ministério das Obras Públicas: -----

----- - a correcção técnica das imprecisões da via detectadas no relatório do OSEC, designadamente com a revisão do traçado e a correcção das curvas, de modo a aumentar as condições de segurança do eixo Norte/Sul; -----

----- - a solução dos impactos acústicos do eixo Norte/Sul, prevendo a introdução de barreiras acústicas, que incluam filas de árvores, vegetação arbórea e painéis absorventes do ruído, bem como a aplicação de pavimento betuminoso flexível com

reciclado de borracha e a implementação de radares de controlo de velocidade para os limites mais adequados a cada troço da via.” -----

----- (Subscrita pelos Deputados Municipais Sobreda Antunes e Cristina Serra, do PEV) -----

### MOCÃO NÚMERO DOIS

----- “No dia 19 de Abril de 2006, já no actual mandato, foi inaugurado o Casino de Lisboa, projecto iniciado 4 anos antes, também em mandato do PSD, e que contou com inúmeras vozes contra por parte dos partidos da oposição municipal. -----

----- Estamos perante uma infra-estrutura de que a cidade tem beneficiado, embora não ainda na dimensão prevista, considerando que das suas contrapartidas decorre um conjunto muito significativo de investimentos para obras, iniciativas ou projectos de valorização turística e cultural, como eram a reabilitação do Pavilhão Carlos Lopes, do Parque Mayer e a construção do novo Museu dos Coches. -----

----- Efectivamente, com o PSD no Governo, foi aprovado o Decreto-Lei n.º 15/2003, de 30 de Janeiro, que consagrou, expressamente, que a contrapartida inicial no montante de 30.000.000 de euros, teria como destino: -----

----- - 33,5% para um teatro no Parque Mayer; -----

----- - 16,5% para outro equipamento cultural no Parque Mayer; -----

----- - 16,5% para a recuperação do Pavilhão Carlos Lopes; -----

----- - 33,5% para um museu nacional a criar pelo Governo no Município de Lisboa. -

----- E estipulava, ainda, aquele diploma legal que caberia ao Governo, por despacho do Ministro da Economia, ouvida a CML, definir os montantes dos financiamentos a conceder, respectivos prazos e condições de utilização. -----

----- Infelizmente, e até hoje, passado quase um ano da inauguração do Casino, o Governo PS não procedeu a esta regulamentação, omissão e inacção que impedem a CML de projectar investimentos considerados essenciais para áreas nobres da Cidade, como sejam o Parque Mayer e o Pavilhão Carlos Lopes, retendo verbas essenciais para Lisboa. -----

----- Acresce que, pese embora o empenho e os esforços da CML, o Governo não foi também capaz de, até à data, entender-se internamente sobre o futuro Museu dos Coches. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 27 de Fevereiro de 2007, delibera exigir, do Governo, a rápida regulamentação do art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 15/2003, de 30 de Janeiro, garantindo ao Município de Lisboa o acesso a aos financiamentos que lhe cabem, por lei.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Saldanha Serra, do PSD) -----

### MOCÃO NÚMERO TRÊS

----- “Os trabalhadores e colaboradores da Câmara Municipal de Lisboa são o garante da cabal satisfação das necessidades dos munícipes da cidade de Lisboa. -----

----- Para que se obtenham acréscimos de produtividade e eficácia na prestação do serviço público a que aqueles trabalhadores se dedicam, é fundamental que sejam criadas condições de reforço da estabilidade e segurança laborais, objectivo que está a ser posto em prática com a recente aprovação do quadro de direito privado da CML. --

----- Considerando a intenção, reiterada pelo actual Governo, de extinguir a Caixa de Previdência dos Trabalhadores da CML, que até aqui assegurava a prestação de apoio social complementar aos funcionários e respectivas famílias. -----

----- Considerando que o actual Executivo camarário definiu, mediante protocolo já assinado, os termos de execução das transferências financeiras indispensáveis para dotar os Serviços Sociais da CML de meios adequados para garantir a manutenção dos níveis de apoio social até aqui prestados aos trabalhadores da CML. -----

----- Considerando que o artº 156º do Orçamento de Estado, que entrou em vigor no passado dia 1 de Janeiro de 2007, poderá impor a cessação de quaisquer financiamentos públicos de sistemas particulares de protecção social ou de cuidados de saúde. -----

----- Considerando que uma interpretação literal daquela norma pode acarretar graves e injustificados prejuízos para um universo de mais de 10.000 trabalhadores e colaboradores da CML. -----

----- Considerando que tal constitui um grave e injustificado ataque, não só aos direitos adquiridos dos trabalhadores da CML, como também às suas legítimas expectativas, e que é agravado pelo reordenamento da rede de cuidados de saúde primários levado a cabo pelo Ministério da Saúde. -----

----- Considerando que tal norma consubstancia mais um injustificado atropelo ao princípio da autonomia do Poder Local, atropelo esse que não pode deixar de ser objecto da profunda indignação desta Assembleia Municipal. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 27 de Fevereiro de 2007, delibera: -----

----- 1. Manifestar, veementemente, a sua total discordância com o ataque aos direitos e legítimas expectativas dos trabalhadores e colaboradores da CML, ataque esse consubstanciado pelo artº 156º do Orçamento de Estado. -----

----- 2. Manifestar a sua profunda indignação pelo atentado ao princípio da autonomia do Poder Local, representado pela referida norma orçamental. -----

----- 3. Apelar ao Executivo Municipal para que continue a desenvolver todos os esforços necessários à resolução deste problema por forma a acautelar os legítimos anseios dos trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Saldanha Serra, do PSD) -----

----- **MOCÃO NÚMERO QUATRO** -----

----- **PELA DEFESA DO PARQUE PERIFÉRICO** -----

----- “1. Considerando que na sessão da Assembleia Municipal de Lisboa de 12 de Dezembro de 2006, o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda apresentou uma listagem mapeada de vários pedidos de licenciamento para loteamentos em terrenos pertencentes ao futuro Parque Periférico; -----

----- 2. Sabendo-se que o Parque Periférico foi aprovado em sessão da Câmara Municipal de Lisboa em 1992, embora não tenha sido implementado nos 15 anos que se seguiram; -----

----- 3. Entendendo o Parque Periférico como um corredor verde contínuo na coroa norte da cidade, no interface com os concelhos limítrofes a norte, constituindo um

Parque Urbano estratégico à escala da Área Metropolitana de Lisboa, com dimensões que permitem baixos custos de instalação e de manutenção e direccionado para suportar grandes capacidades de carga humana; -----

----- 4. Tendo em conta a revisão do Plano Director Municipal (PDM) em curso, sendo que a área referente ao Parque Periférico, segundo a própria equipa técnica de revisão do PDM e da própria Vereação, apresentaria ainda uma situação indefinida quanto aos seus usos; -----

----- 5. Considerando a absoluta necessidade numa revisão tranquila do PDM, permitindo uma discussão livre sobre as potencialidades de um espaço tão estratégico da cidade de Lisboa. -----

----- O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sessão ordinária de 27 de Fevereiro de 2007, delibere: -----

----- 1. Requerer à Câmara Municipal de Lisboa a apresentação a esta Assembleia Municipal da relação dos pedidos de licenciamentos urbanísticos actualizados à data desta sessão, para a área do futuro Parque Periférico. -----

----- 2. Exigir o indeferimento de todos os pedidos de licenciamentos urbanísticos na área do futuro Parque Periférico, tendo em conta a actual revisão do Plano Director Municipal em curso.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Carlos Marques, do BE) -----

----- **MOCÃO NÚMERO CINCO** -----

----- **Contra o aumento do custo de vida** -----

----- “Em oposição às legítimas expectativas que as palavras proferidas pelo Senhor Primeiro-Ministro, na sua mensagem de Natal, criaram nos portugueses, o ano de 2007 começou mal para a generalidade da população, sobretudo para a que tem mais fracos recursos. -----

----- Ao longo dos últimos anos, os preços de bens e produtos essenciais foram sofrendo agravamentos e conduzindo a perdas sucessivas do poder de compra e qualidade de vida. Citando apenas alguns exemplos de 2006, na Educação as despesas aumentaram cerca de 5,5 %; na Saúde, com a introdução das taxas moderadoras nos hospitais, cerca de 6 %; as taxas de juro para empréstimo para habitação; os transportes. -----

----- Para 2007 subiram ou estão anunciadas, a curto prazo, subidas de bens essenciais como: o pão (até cerca de 20%), água, medicamentos (com a redução na sua comparticipação entre 1 e 5 %), rendas de casa, transportes públicos, combustíveis, portagens, etc. Estes aumentos agravarão ainda mais as condições de vida dos portugueses, já de si tão degradadas, por comparação com outros países da União Europeia. -----

----- Em contrapartida, os aumentos salariais não irão além dos 1,5 % na Função Pública e 2,8% no sector privado, o que significa a continuação da perda real do poder de compra. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa não pode ficar indiferente a esta situação, até porque ela tem reflexos também na cidade de Lisboa e nas condições de vida dos seus habitantes. -----

----- Neste contexto, o Grupo Municipal do PCP propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 27 de Fevereiro de 2007, delibere: -----

----- 1) manifestar o seu repúdio por esta política de constante aumento do custo de vida; -----

----- 2) apelar aos cidadãos que defendam os seus interesses participando nas acções de luta contra esta política; -----

----- 3) enviar esta moção para o Senhor Primeiro-Ministro, o Senhor Presidente da República e Assembleia da República.” -----

----- (Subscrita pelos Deputados Municipais Vítor Agostinho e Ana Páscoa, do PCP) -

----- **MOCÃO NÚMERO SEIS** -----

----- “Considerando que: -----

----- No passado dia 11 de Fevereiro o SIM venceu no referendo. -----

----- Importa tornar exequível aquilo que resulta deste referendo e que é erradicar este grave problema de saúde pública, acabar com o negócio do aborto clandestino e relançar um combate determinado às causas sociais, económicas e culturais que levam as mulheres, em contextos de vida extremamente condicionantes, a terem que recorrer à interrupção da gravidez; -----

----- Urge que a Assembleia da República e o Serviço Nacional de Saúde assegurem a aplicação da Lei e a igualdade de acesso e de tratamento de todas as mulheres que optem em consciência, por uma interrupção voluntária da gravidez; -----

----- Não aceitaremos que se criem instrumentos que visem atrasar o processo. Defendemos a existência de um período de reflexão e entendemos que o aconselhamento deve existir quando solicitado; -----

----- O atendimento deverá ser célere e efectuado como qualquer outro acto médico; --

----- É necessário contribuir para tornar o aborto cada vez mais raro. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 27 de Fevereiro de 2007, exorta a Assembleia da República e o Serviço Nacional de Saúde para a necessária criação de medidas que vão ao encontro: -----

----- 1. da execução de políticas e medidas que garantam a estabilidade e condições sociais, económicas e de vida dignas às mulheres e às famílias; -----

----- 2. da existência de condições de trabalho e de organização da sociedade que permitam articular a vida familiar e profissional; -----

----- 3. do reforço dos serviços e consultas de planeamento familiar e garantia de acesso aos meios contraceptivos; -----

----- 4. da Educação Sexual nas escolas sem prejuízo do papel das famílias; -----

----- 5. da existência de Programa de apoio aos jovens em todos os Centros de Saúde; -----

----- 6. da efectiva protecção no emprego das trabalhadoras grávidas, puérperas e lactantes; -----

----- 7. Esta Moção deverá ser enviada ao Senhor Presidente da República, ao Senhor Primeiro-ministro e a todos os Grupos Parlamentares.” -----

----- (Subscrita pela Deputada Municipal Deolinda Machado, do PCP) -----

----- **MOCÃO NÚMERO SETE** -----

----- Mercado do Levante da Qta. do Ourives -----

----- “Atendendo que: -----

----- Já há vários anos que o Mercado do Levante da Qta. do Ourives funciona sem as mínimas condições de higiene e segurança assemelhando-se a um mercado de um qualquer país de terceiro mundo, em que por exemplo, no que se refere à falta de condições, se chega ao ponto de haver venda de peixe sem torneiras para a lavagem e preparação do mesmo. -----

----- Este mercado está situado num pequeno logradouro, entre prédios habitacionais de 6 andares com 3 fracções por piso, provocando barulhos constantes e odores desagradáveis, incomodando estes munícipes que já expressaram o seu descontentamento de várias formas. -----

----- A zona onde se situa, entre o bairro da Madre Deus e Bairro Municipal da Qta. do Ourives, é deficitária deste tipo de estruturas e atendendo ao número significativo de pessoas idosas com dificuldades de locomoção há procura de comércio do género. -----

----- As seis vendedoras do mercado já estão estabelecidas no referido mercado há vários anos sendo esta a sua actividade principal e em alguns casos o que permite a sua subsistência. -----

----- Já foi deliberado pela Câmara Municipal de Lisboa a extinção do referido mercado sem precaver várias situações pendentes. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida a 27 de Fevereiro de 2007, propõe:

----- 1. Com carácter de urgência seja encontrada uma solução para este problema, o qual envergonha os vários órgãos de Poder Local em Lisboa; -----

----- 3. Que diligencie no sentido da construção de um novo mercado, perto do anterior, havendo para o efeito vários terrenos municipais nas redondezas; -----

----- 3. Que a solução para as vendedoras do mercado atendendo ao número de anos que estão naquele mercado e ao seu diminuto número seja a atribuição de lojas municipais, de preferência perto da zona do mercado, a preços moderados e/ou que sejam apoiadas na remodelação das mesmas para o fim comercial a que se destinam; -----

----- 4. Que caso não seja possível a solução preconizada no ponto anterior, em alternativa, seja atribuída uma banca num outro mercado municipal, em condições preferenciais.” -----

----- (Subscrita pelos Deputados Municipais Miguel Coelho e Hugo Xambre Pereira, do PS) -----

### MOCÃO NÚMERO OITO

----- Inauguração da Pista Municipal de Atletismo Professor Mário Moniz Pereira. -----

----- “A vida e obra do Professor Mário Moniz Pereira dedicada à causa do desporto nacional, muito especialmente ao atletismo, constituem, para todos os portugueses em geral e para os lisboetas em particular, um motivo de orgulho e reconhecimento público.

Na verdade, a sua permanente e competente intervenção profissional, em prol do desenvolvimento físico e educacional de sucessivas gerações, resultaram não só, na emergência de grandes figuras do atletismo nacional, figuras essas que com as suas

vitórias, contribuíram para afirmar internacionalmente o Portugal democrático, como, ainda mais importante, contribuiu para a afirmar o desporto amador – alternativo ao espectáculo desportivo – facto que seguramente resultou numa melhoria para saúde pública das pessoas, que passaram a encarar a actividade física como um investimento na melhoria da sua qualidade de vida. -----

---- Ao Professor Mário Moniz Pereira, devemos não só os sucessos desportivos, mas sobretudo, esta alteração de comportamentos da sociedade civil. -----

---- Foi partindo deste pressuposto que encarámos com apreço a recente iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa em atribuir o nome do Professor Moniz Pereira à Pista de Atletismo Municipal. -----

---- O que já não compreendemos e aceitamos é que a dita inauguração tenha sido feita com a Pista de Atletismo ainda incompleta, sem condições de pleno uso e sem a dignidade merecida. -----

---- Na realidade como se pode inaugurar uma pista de atletismo verificando-se as seguintes situações: -----

---- 1º - A pista não tem balneários nem vestiários; -----

---- 2º - A bancada é apenas um degrau de cimento numa recta, com uma tribuna implantada numa curva, o que é insólito neste tipo de equipamentos; -----

---- 3º - A pista não tem uma zona de armazenamento do apetrechamento necessário ao seu funcionamento; -----

---- 4º - A pista não integra outro tipo de infra-estruturas – como uma área destinada ao treino com cargas – indispensáveis para a formação e treino de praticantes de atletismo;

5º - Os arruamentos são inexistentes ou estão inacabados; -----

---- 6º - A pista está a poucos metros do eixo Norte-Sul, o que não é o mais indicado para uma prática desportiva saudável, seja na formação desportiva de base ou no alto rendimento; -----

---- 7º - A pista não tem um modelo de gestão, publicamente conhecido, que inclua, nomeadamente, um plano de gestão e animação; -----

---- 8º - A pista está situada numa zona particularmente ventosa, o que impede, em muitos dias, que haja competições oficiais desta modalidade; -----

---- 9º - A pista não tem qualquer estrutura de acolhimento e enquadramento dos praticantes, de uma simples recepção/portaria aos gabinetes técnicos e de apoio médico.

---- No dia da inauguração assistiu-se a um verdadeiro pandemónio organizativo e protocolar, chegando-se ao ridículo de se verificar que a própria placa assinaladora não mencionava o nome da entidade que presidiu à cerimónia: o Presidente da República. -----

---- O Professor Mário Moniz Pereira merecia muito mais consideração. Esta maioria não devia ter querido aproveitar-se do nome desta figura ímpar do desporto nacional para promover mais um dos seus habituais “show off”. -----

---- Assim, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe que esta Assembleia Municipal delibere: -----

---- a) – Solicitar à Câmara Municipal de Lisboa que proceda, com urgência, à implementação dos equipamentos necessárias ao funcionamento normal da Pista de

Atletismo em condições correctas de operacionalidade técnico-desportiva e com segurança; -----

----- b) – Solicitar à Câmara Municipal que elabore, com urgência, um plano de gestão e animação para a Pista de Atletismo; -----

----- c) – Que a Câmara Municipal de Lisboa apresente, para apreciação desta Assembleia, um projecto paisagístico, que integre a Pista de Atletismo e que a possa potenciar numa perspectiva lúdica, desportiva e recreativa; -----

----- d) – Que substitua a placa assinaladora da inauguração, registando a presença do Sr. Presidente da República.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Miguel Coelho, do PS) -----

#### ----- **MOCÃO NÚMERO NOVE** -----

----- “Na última sessão do executivo municipal, realizada no passado dia 22 de Fevereiro, a cidade foi confrontada, mais uma vez, com uma situação que vem agravar ainda mais, a relação de confiança entre os lisboetas e a sua autarquia. -----

----- Desta vez, com as conclusões de um inquérito realizado à empresa municipal Gebalis, inquérito esse determinado pelo Sr. Vereador Sérgio Lipari, que para o efeito e pelas notícias vindas a público terá sido efectuado por pessoas afectas ao gabinete do S. Vereador, mencionando-se também a participação de um representante da Ordem dos Engenheiros, que, aparentemente, não assina as conclusões do referido inquérito. -----

----- Ainda mais insólito é o facto de que, os inquiridores, não terem considerado necessário ouvir o Conselho de Administração da Gebalis, não respeitando assim uma elementar obrigação de exercício do contraditório. -----

----- O Partido Socialista não ignora que estamos em presença de mais um conflito interno no seio do PSD, uma guerra de facções, e que este inquérito configura, igualmente, uma tentativa de ajustes de contas entre o PSD e o CDS/PP que, recentemente, abandonou a coligação. Porém, o PS/Lisboa, também não pode ignorar as conclusões do inquérito apresentadas pelo Sr. Vereador Sérgio Lipari, as quais se vierem a confirmar – após a realização de um novo inquérito, imparcial, que naturalmente tenha em conta o direito ao contraditório – indiciam factos e situações graves que impõem uma atitude enérgica por parte dos responsáveis municipais. -----

----- Mais uma vez, a credibilidade do executivo do Eng. Carmona Rodrigues foi posta em causa, pelo que, o Partido Socialista propõe que esta Assembleia Municipal delibere: -

----- - Constituir uma Comissão Eventual para Análise e Acompanhamento da Situação da Gebalis – Gestão dos Bairros Municipais de Lisboa, EM.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Miguel Coelho, do PS) -----

#### ----- **MOCÃO NÚMERO DEZ** -----

----- “O relacionamento entre o poder central e o poder local, assim como entre a administração central e a administração local deve existir numa base de confiança mutua e obedecer ao princípio da subsidiariedade, devendo caber às autarquias locais as atribuições e competências que podem prosseguir com maior racionalidade e eficiência. O Governo enquanto poder central têm a obrigação de cumprir uma política de descentralização, e ter coerência nas suas políticas públicas com incidência territorial, onde as diversas cores políticas não devem ser critério, para

que o Estado, no seu todo possa cumprir melhor as suas funções, garantindo o desenvolvimento, equilibrado e sustentado do País e das sua População. O poder local deve ter as necessárias ferramentas para com eficácia cumprir as suas competências/obrigações para com os cidadãos/municípios. -----

----- Contudo, constata-se que o Governo não acautelou no OE 2007 as necessárias transferências para o município de Lisboa, nem mostrou, até ao momento presente, vontade política para efectuar as necessárias correcções, resultando num enorme prejuízo para a cidade de Lisboa. Assim, urge a imediata resolução deste processo. -

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 27 de Fevereiro de 2007, delibera: -----

----- 1. Manifestar o maior desagrado junto do Governo, para que este, com a maior urgência possível, efectue as necessárias correcções ao OE, por forma a garantir que os meios financeiros necessários a cumprir com as competências transferidas da Administração Central para a Administração Local, em áreas como: Educação; Saúde; Ordenamento do Território, Urbanismo, Ambiente e a Acção Social possam ser materialmente cumpridas pelo Município de Lisboa, e não pondo assim em causa a promoção do desenvolvimento social dos lisboetas. -----

----- 2. Dar a conhecer a presente Moção a todos os Grupos Parlamentares representados na Assembleia da Republica, ao Primeiro-Ministro e ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Nelson Coelho, do PSD) -----

#### **MOCÃO NÚMERO ONZE**

----- “No dia 15 de Fevereiro foi inaugurada, na Alta de Lisboa, em frente ao Parque Oeste, o que lhe confere um enquadramento paisagístico adequado, a Pista de Atletismo Moniz Pereira, oferecendo-se assim à Cidade mais um equipamento desportivo de qualidade, colmatando uma lacuna que se tornara evidente em Lisboa quando, após a construção dos novos estádios de futebol, desapareceram as pistas de atletismo. -----

----- Mas esta inauguração teve, também e sobretudo, o enorme mérito de permitir homenagear, em vida e como é bem devido e merecido, o Professor Mário Moniz Pereira, conhecido como o “Senhor Atletismo” e para com o qual o País e o Desporto Português têm uma dívida que muito dificilmente pagarão. -----

----- Na ocasião, o Prof. Moniz Pereira foi agraciado com a Medalha de Honra da Cidade de Lisboa, numa cerimónia em que estiveram presentes, entre outros, Sua Excelência o Presidente da República, Prof. Cavaco Silva, o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Prof. Carmona Rodrigues, e o anterior Presidente da República e da Câmara Municipal de Lisboa, Dr. Jorge Sampaio, diversos Vereadores da CML, numa demonstração de convergência em torno da figura daquele Desportista. -----

----- Este é, por isso, um momento com um significado muito especial, de regozijo e orgulho para a cidade de Lisboa, e no qual todos os Lisboetas, independentemente das suas opções políticas, por certo se revêem e saúdam. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 27 de Fevereiro de 2007, delibera expressar a sua enorme satisfação pelo facto de a Câmara Municipal de

Lisboa ter prestado esta homenagem de reconhecimento público pelo trabalho do Prof. Moniz Pereira, colocando ao serviço de Lisboa e dos Lisboetas uma nova infraestrutura desportiva de qualidade e de que a Cidade muito carecia – a Pista de Atletismo Moniz Pereira, na Alta de Lisboa.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Saldanha Serra, do PSD) -----

----- **RECOMENDAÇÃO NÚMERO UM** -----

----- Parque Mayer -----

----- “Apesar do Ponto V da Proposta nº 36/2005, votada nesta Assembleia Municipal no dia 1 de Março de 2005, referente à permuta de terrenos do Parque Mayer e uma parte dos terrenos da antiga Feira Popular, referir, expressamente, que “Os imóveis são permutados livres de quaisquer ónus encargos...”, a Câmara Municipal de Lisboa e a Bragaparques procederam à permuta, sem garantir que os imóveis situados nos terrenos do Parque Mayer, se encontrassem libertos dos contratos de arrendamento que a Bragaparques mantinha com os cerca de quinze inquilinos e que a Câmara Municipal de Lisboa acabou por “herdar” com esta permuta. -----

----- Os comerciantes e os moradores que ainda residem no Parque Mayer vivem o seu dia a dia com legítimas preocupações e muitas incertezas quanto ao seu futuro. A necessidade de obras urgentes é visível sem grande esforço, pelo que se queixam da falta de segurança e de, apesar dos esforços que têm feito, ninguém lhes assegurar uma resposta para o problema. Têm assim assistido a um constante degradar do espaço sem ninguém fazer nada. -----

----- Por sua vez, a Bragaparques, continua inexplicavelmente a explorar o espaço que já não lhe pertence, como parque de estacionamento, como se entretanto não tivesse decorrido a permuta dos terrenos e, ao que se sabe, sem quaisquer contrapartidas para a legítima proprietária do terreno que, desde Agosto do ano passado, é a Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Neste sentido, a Assembleia Municipal de Lisboa delibera, na sequência da presente proposta dos eleitos do Partido Ecologista “ Os Verdes”, recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que: -----

----- 1. Diligencie junto da Bragaparques, para que esta resolva o mais rapidamente possível, o que ficou de resolver até à permuta, ou seja, os problemas dos moradores e dos comerciantes do Parque Mayer; -----

----- 2. Tome as medidas necessárias para que a Bragaparques abandone a exploração do Parque de Estacionamento e, no caso da Câmara Municipal optar, ainda que provisoriamente, por continuar a utilizar o espaço para Parque de Estacionamento, que neste seja assegurado um número considerável de lugares para os residentes; -----

----- 3. Inicie um processo negocial com a Bragaparques, de forma a encontrar um valor que esta deverá pagar a Câmara, pela exploração do recinto como Parque de Estacionamento, desde Agosto do ano passado até à saída definitiva do local.” -----

----- (Subscrita pelos Deputados Municipais Sobreda Antunes e Cristina Serra, do PEV) -----

----- **RECOMENDAÇÃO NÚMERO DOIS** -----

----- REDUÇÃO DA EMISSÃO DE GASES COM EFEITO DE ESTUFA E COMBATE ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS EM LISBOA. -----

----- “Considerando que Portugal tem compromissos internacionais a honrar no controlo das emissões de gases com efeito de estufa e no combate às alterações climáticas, que decorrem da assinatura do Protocolo de Quioto; -----

----- Considerando que se encontra já em discussão, no âmbito da União Europeia (UE) e para o período que se iniciará em 2013, o pós-Quoto, ou seja, os compromissos e metas de redução da emissão de gases com efeito de estufa que a UE proporá aos restantes países para a celebração de um novo acordo e/ou os compromissos e metas que a UE se propõe prosseguir independentemente dos acordos internacionais que sobre tal matéria venha a ser possível estabelecer; -----

----- 3. Considerando que a estratégia de conservação de energia e de consequente redução da emissão de gases com efeito de estufa, que é imperioso que seja prosseguida, terá importantes impactos positivos para todo o planeta na vertente ambiental, mas também para o nosso país, nas vertentes geo-estratégica (diminuição da nossa dependência face aos países e regiões fornecedores de petróleo e gás natural) e na vertente económico-financeira, nomeadamente no que respeita à nossa balança de pagamentos; -----

----- 4. Considerando que o esforço que é exigido a Portugal no controlo das emissões de gases com efeito de estufa deve ser assumido por todos (cidadãos, empresas e outras entidades sejam públicas ou privadas) e, nomeadamente, pela Câmara Municipal de Lisboa; -----

----- 5. Considerando que à Câmara Municipal de Lisboa, como órgão político responsável pelo mais importante município do país, incumbe o desenvolvimento de uma “Estratégia Energético-Ambiental para Lisboa” e a preparação dos correspondentes Programas de Conservação de Energia que possam servir de modelo ou referência para outros municípios e outras entidades, públicas ou privadas, muito em especial as da cidade de Lisboa: -----

----- 6. Considerando que o desenvolvimento e implementação dos referidos Programas de Conservação de Energia, com a consagração de metas e a referência a medidas concretas, poderão ainda conduzir a reduções significativas das facturas energéticas pagas pelo Município; -----

----- 7. Tendo em conta a “Matriz Energética de Lisboa” elaborada pela Lisboa E-Nova – Agência Municipal de Energia e Ambiente. -----

----- O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião ordinária de 27 de Fevereiro de 2007, decida recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que: -----

----- 1. No quadro de uma “Estratégia Energético-Ambiental para Lisboa” prepare Programas de Conservação de Energia, que contemplem a calendarização plurianual da sua implementação. Tais programas deverão compreender uma primeira vertente que vise a conservação energética nos edifícios e instalações camarárias e uma segunda vertente que contemple as competências legais do Município, designadamente nos domínios do ordenamento do território e da

mobilidade e do licenciamento de novas construções ou de reabilitação de edificado já existente. -----

----- 2. Com base em auditorias energéticas (efectuadas ou a efectuar) a todos os seus edifícios e instalações, elabore e implemente Programas de Conservação de Energia, que nomeadamente e no que respeita ao património edificado municipal, visem a sua requalificação e contribuam para a melhoria da gestão térmica dos edifícios, contribuindo para a redução do desperdício energético em aquecimento, arrefecimento e iluminação, bem como fomentem a instalação de fontes de energia renovável em edifícios sempre que tecnicamente possível. -----

----- 3. Os programas de requalificação dos bairros municipais e de bairros degradados passem a contemplar a temática da conservação de energia, bem como analisem a possibilidade de instalação de fontes de energia renovável. -----

----- 4. A reconversão dos esquemas de iluminação e semaforização públicas, substituindo as luminárias por elementos de baixa intensidade LED ou outras e procurando adoptar fontes de energia renovável solar tanto para candeeiros na via pública como semáforos. -----

----- 5. Adopte medidas para uma progressiva reconversão da frota automóvel municipal, optando por veículos híbridos, pelo recurso ao biodiesel e/ou outras fontes de energia não poluentes. -----

----- 6. Adopte políticas de ordenamento do território e modelos de mobilidade que, entre outros aspectos, visem a conservação energética ao nível do sistema de transportes, privilegiem o transporte público, assim como o andar a pé e de bicicleta e criem alternativas eficientes de transporte público ao transporte individual. -----

----- 7. Sejam publicitados no sítio do Município, e à medida que forem sendo elaborados, os diversos Programas de Conservação de Energia. E que seja também publicitada, com periodicidade mínima trimestral, informação sobre os resultados obtidos com a sua implementação, nomeadamente no que respeita aos consumos energéticos e às respectivas facturas pagas pelo Município. “ -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Carlos Marques, do BE) -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)**, no uso da palavra, disse que desde a última Sessão Extraordinária continuavam a assistir à tentativa de introduzir e induzir agitação na actividade do Município de Lisboa, tentativa essa provocada pelos partidos da oposição, em especial pelo BE e pelo PS. -----

----- Cabia por isso perguntar, perante todos, qual tinha sido, no cerca de ano e meio de mandato, o papel da oposição a favor de Lisboa; qual tinha sido o papel da oposição na apresentação de alternativas a favor de Lisboa; qual tinha sido o papel da oposição a apresentar ideias concretas a favor de Lisboa; qual tinha sido o papel da oposição a apresentar projectos concretos em favor de Lisboa. -----

----- Em resumo, perguntavam e esperavam resposta, o que tinha feito a oposição a favor de Lisboa, pela positiva e com espírito construtivo. Até agora nada! Desde ausências a guerrilha, desde climas de suspeição induzidos a ataques a torto e a

direito, a oposição, de positivo e de objectivo, não tinha proposto nada que a recomendasse para tratar de Lisboa. -----

----- Por isso, era importante que de uma vez por todas, na Assembleia Municipal, que era inamovível, se desmistificasse a questão da existência de condições do Executivo municipal para governar. Havia condições para governar, havia legitimidade, havia uma maioria, havia um projecto, havia uma orientação. Se não havia condições, e a oposição dizia que não havia, era porque a oposição sabia que não estava disposta a criar condições para que Lisboa fosse governável. E lembrava que a oposição tinha, no seu conjunto, a maioria absoluta no Executivo municipal. -----

----- Portanto, mais uma vez perguntava se a oposição, ao dizer que não havia condições para que Lisboa fosse governada, estava efectivamente a assumir que não queria criar condições para que Lisboa fosse governada. -----

----- Esta, disse, era uma pergunta que tinha que ser feita à oposição. Não era à Câmara que, como já referira, se sentia em condições de governar, como não era à maioria da Assembleia Municipal que já disse que continuava a apoiar, de forma inquebrantável, o Executivo municipal. E a Assembleia Municipal não estava em saldo, que se desiludisse quem pensava que, por mera vontade, derrubava a Assembleia Municipal e os seus 107 Deputados Municipais, eleitos legitimamente para as Juntas de Freguesia ou directamente, pelos lisboetas. -----

----- Para além disso, entre estas três últimas semanas que passaram, tempo curto ou nem por isso, apenas assinalava que em termos de obra, para mostrar que a cidade não estava parada, foi iniciada uma operação de combate à publicidade ilegal; foram incluídos no processo de recolha selectiva mais 215 fogos na Charneca e na Ameixoeira e 1.200 fogos nos Olivais; foi apresentado publicamente, pelo Vereador Sérgio Lipari Pinto, o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sociável Sustentado e o Plano Estratégico para a Juventude; foi inaugurada a Pista Moniz Pereira; foi estabelecido um protocolo de cooperação entre a Câmara Municipal de Lisboa e as várias SRUs; foi criado um grupo de trabalho para estudar a possibilidade de serem ocupadas casas devolutas para efeitos de habitação em Lisboa; e foi entregue um conjunto de chaves de novos fogos para moradores nas Calvanas. -----

----- Isto a título de exemplo para desmistificar que a cidade estivesse parada e que não estivesse a existir actividade por parte do Executivo camarário. -----

----- Mas mais, quando se dizia que não havia condições e que a cidade estava parada, a oposição estava a inflingir um ataque desonesto aos trabalhadores do Município de Lisboa, que todos os dias estavam no seu local de trabalho a dar no duro, pese embora as condições que o Governo vinha criando para eles não fossem as melhores. -----

----- E que dizer quando quem vinha referir que não havia condições era quem, como o PS, se ia perdendo em guerras entre o ex-Vereador Manuel Maria Carrilho e o Vereador Nuno Gaioso, os computadores e as salas do Vereador Dias Batista ou as correcções que o Deputado Municipal Miguel Coelho tinha que fazer à estratégia do Vereador Nuno Gaioso quanto a Lisboa. Que se entendessem primeiro e viessem depois propor alguma coisa para Lisboa! Que arrumassem primeiro a casa! -----

----- Por outro lado, que dizer do BE quando – e isto teria que ser ali dito, olhos nos olhos – afirmavam para os outros princípios que eles próprios eram os primeiros a desrespeitar quando eram as suas barbas que estavam a arder. Era inaceitável aquilo que exigiam para Lisboa e aquilo que não eram capazes de exigir para eles próprios em Salvaterra de Magos. Isso não era sério, não era coerente, e tinha que ser denunciado de forma clara e olhos nos olhos. -----

----- Passando às moções, disse que quando se falava que não havia condições seria bom que se pensasse que condições tinha o Governo criado para Lisboa. Eram os túneis que continuavam à espera de ser resolvidos, iam ter o Túnel do Marquês aberto em Abril e iam ter os buracos dos túneis do Rossio e do Terreiro do Paço por resolver e por abrir devido a trapalhadas do Governo. -----

----- Disse que foi ali prometido pela Deputada Municipal Marta Rebelo que em Dezembro do ano passado teriam criada a Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa, mas passara Dezembro, passara Janeiro, estava a passar Fevereiro e essa entidade nem vê-la. No entanto, de forma desonesta, porque criava expectativas nas populações que tinham que se deslocar para Lisboa, o Governo anunciara, há um mês, um pacote de milhões para acessibilidades que só viriam dificultar ainda mais a vida de quem vivia em Lisboa e daqueles que se deslocavam para Lisboa com a panaceira de que iam ter maior acessibilidade. Isso não era verdade, porque enquanto a Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa não fosse criada – e era-o em Dezembro – não havia forma de criar uma rede de transportes e um conjunto de acessibilidades e mobilidade na Cidade de Lisboa que fosse atractiva para quem na cidade trabalhava e para ela tinha que se deslocar todos os dias. -----

----- Mas que dizer também – e essa era a razão da Moção que apresentaram – sobre o que se passava com as verbas do Casino de Lisboa. Era inacreditável que ao fim de um ano da sua inauguração o Governo, através do Sr. Ministro da Economia ainda não se tivesse feito um despacho para dizer em que medida e de que maneira as verbas eram afectas à Cidade de Lisboa. Lisboa estava a perder essas verbas e a Câmara estava a ter problemas para resolver a reabilitação do Pavilhão Carlos Lopes, porque não sabia o que era que o Governo exigia para que esse projecto fosse elegível para efeitos de financiamento. Era uma situação lamentável e a Assembleia Municipal teria que exigir do Governo que rapidamente regulamentasse essa legislação. -----

----- Uma outra situação já complicada mas que se podia tornar ainda mais, era, segundo disse, a que se prendia com os trabalhadores do Município de Lisboa e com o artigo 156º do Orçamento de Estado, que poderia impedir transferências para efeitos de apoio social. Também o PSD denunciava essa situação, que atentava contra os direitos dos trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa, que mereciam todo o respeito do PSD, porque, ao contrário do que dizia a oposição, eles não estavam parados. A Câmara estava a trabalhar e eram os trabalhadores da Câmara que no dia-a-dia davam no duro nesse trabalho a favor de Lisboa e dos lisboetas. -----

----- Sobre a Moção do PCP relativa ao aborto, disse que o PSD estava inteiramente de acordo com a sua parte deliberativa, mas estava inteiramente em desacordo com os seus considerandos, independentemente da forma como cada um votara no Referendo,

e estavam em desacordo porque entendiam que as questões de divisão nessa matéria foram expressas, e neste momento tudo o que fosse evitar e diminuir o recurso ao aborto deveria ser praticado por todos. Portanto, qualificativos da forma como ali estavam expressos sobre a opção que se tomara e sobre alguns que tomaram uma opção ignorando-se os outros que tomaram outra, não lhes parecia que viesse a favor de uma posição sustentada e o mais alargada possível da Assembleia Municipal, numa matéria que do ponto de vista deliberativo não merecia qualquer objecção. -----

----- Deixava ao PCP a questão de ver até que ponto seria possível mudar-se os considerandos, tornando-os simples e singelos, para que aquilo que interessava que eram as preocupações que estavam na parte deliberativa, pudessem ser maioritariamente sufragadas pela Assembleia. -----

----- Disse, ainda, que foi com profunda surpresa que leram a Moção n.º 8, apresentada pelo PS, sobre a Pista de Atletismo Moniz Pereira. Já sabiam que o PS tinha a ideia da exclusividade sobre algumas coisas, mas o Prof. Moniz Pereira não era exclusivo do PS, o Prof. Moniz Pereira era um cidadão exclusivo de Portugal. E foi esta Câmara que entendera, e bem, em boa hora, em tempo oportuno e em vida, homenageá-lo de três formas: a homenagem em si, a atribuição da Medalha de Mérito da Cidade e a inauguração de uma pista de atletismo com o seu nome. -----

----- Mas agora o PS vinha fazer uma Moção perfeitamente divisória numa matéria que também ela não tinha razão para divisões. Uma pista como aquela, que passara a existir a partir do dia 15 deste mês, com o nome do Prof. Mário Moniz Pereira, só merecia o aplauso da Assembleia Municipal. -----

----- Foi essa a razão pela qual o PSD apresentara uma Moção alternativa. Não quiseram apenas votar contra uma Moção que não prestigiava o PS, quiseram também, pela positiva, homenagear ali, ainda que indirectamente, o Prof. Mário Moniz Pereira e o impulso fundamental que ele deu ao desporto português porque dificilmente o País alguma vez pagaria essa dívida que tinha para com ele. -----

----- Referindo-se à Moção n.º 9, sobre a GEBALIS, também apresentada pelo PS, disse que o PS não estaria muito inspirado neste fim-de-semana quando produzira as moções, porquanto também esta era uma Moção muito triste. E era triste porque era de puro, fácil e pouco elevado ataque ao PSD, e por isso mesmo não podia passar sem um reparo porquanto não era aceitável utilizar esse tipo de linguagem, que era pouco digna numa Assembleia como esta e, portanto, só por isso o PSD votaria contra essa Moção. -----

----- Mas interrogava a Assembleia e pedia também à comunicação social que se interrogasse seriamente, nesta pista: quem fazia e apresentava uma Moção tinha por objectivo vê-la aprovada, logo, quando a construía, construía-a por forma a que ela tivesse a maior adesão possível. No entanto, lessem essa Moção e vissem se era possível que ela tivesse o apoio do PSD, porque era óbvio que não tendo o apoio do PSD ela não passava na Assembleia. E depois que se perguntassem por que razão o partido que apresentava essa Moção a fazia, deliberadamente, de forma a que o PSD a chumbasse, e depois que tirassem as suas ilações. -----

----- Por si, poderia tirar uma. É que o PS, afinal, tinha receio do que se apurasse em relação à GEBALIS, e queria apenas fazer mero *show-off* dizendo que queria tudo investigado para afinal querer apenas uma Moção de inviabilização por parte do PSD, atirando para o PSD o ónus nessa matéria. O PSD já ali demonstrara que não tinha nenhuns esqueletos nos armários em nenhum sítio, estavam dispostos a esclarecer tudo, assim houvesse a mesma postura por parte da oposição. E, aliás, o PS, que tinha a presidência da Comissão Permanente de Finanças, podia ter chamado este assunto a essa Comissão, não precisava de vir propor a constituição de uma Comissão Eventual para tratar desta matéria. Portanto, que fossem sérios, claros e transparentes. -----

----- Ainda sobre o mesmo assunto, disse que qualquer governante que assumisse uma determinada função, era natural que quando contactava com os serviços ou com as entidades que tutelava, quisesse saber o que se passava nos vários sectores, como era natural também que quando deparava com situações que não eram perceptíveis quisesse esclarecê-las, e foi realmente isso que se passara em relação à GEBALIS. O que se seguiria seria a introdução de entidades, como o Tribunal de Contas e os Serviços de Auditoria da Câmara, que utilizariam todos os meios ao seu alcance, e que a lei previa, para se fazer uma análise mais completa e mais aprofundada de toda a matéria. -----

----- Portanto, que ficasse muito claro que o PSD não tinha nenhum problema na análise das questões da GEBALIS, o que não faziam era moções dizendo que queriam uma coisa mas pedindo por todos os santinhos que lhes inviabilizassem a Moção não fosse aparecer-lhes, neste caso ao PS, mais algum esqueleto no armário. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, disse que antes de fazer a declaração política que tinha escrita, desejava, desde já, dizer ao Deputado Municipal Saldanha Serra que o PS estava disponível para retirar todos os considerandos da Moção sobre a GEBALIS, se o PSD garantisse que votava favoravelmente a constituição da Comissão Eventual. -----

----- A um aparte respondeu: “Ai não! Agora dirijo-me eu à comunicação social para verem onde está a hipocrisia. Nós queremos apurar, nós até valorizamos o trabalho do Sr. Vereador Sérgio Lipari Pinto! Porque nós não dizemos que isto é perseguição à Sra. Vereadora Nogueira Pinto, o que nós dizemos é o seguinte: isto é preciso ser investigado, se havia dúvidas quanto à credibilidade, quanto à Comissão que o Sr. Vereador nomeou, então crie-se outra para se apurar se aquilo que está ali tem ou não tem razão de ser.” -----

----- Portanto, frisou, o PS retirava todos os considerandos da Moção se o PSD a votasse favoravelmente para que fosse criada uma Comissão Eventual de Acompanhamento para a GEBALIS, que ouvisse todos: os administradores, os inquiridores, o Sr. Vereador, os funcionários, tudo aquilo que fosse necessário. -----

----- Por isso, deixava o desafio e a comunicação social que registasse também esta consideração. -----

----- No tocante à Moção que apresentaram sobre a pista de atletismo, disse que não estava em causa a homenagem ao Sr. Prof. Mário Moniz Pereira! Por exemplo, o PSD votava contra que se substitui-se a placa para que se dissesse que esteve ali o Senhor

Presidente da República? É que, de facto, foi uma inauguração feita à pressa, foi um *show-off* e o que queriam era chamar a atenção para isso porque o Prof. Mário Moniz Pereira merecia mais consideração. -----

----- Antes de iniciar a leitura do documento escrito que referira, lamentou a ausência do Sr. Presidente da Câmara porquanto ela tinha conteúdo político e gostava que ele estivesse ali, mais uma vez não estava mas, de qualquer maneira, estava com certeza bem representado pelos Srs. Vereadores. -----

----- “Quando no passado dia 6 de Fevereiro aqui reunimos, por iniciativa do Partido Socialista, aliás prontamente secundada por todas as outras forças políticas, e tive a oportunidade de em nome do PS/Lisboa, apresentar o nosso diagnóstico da situação política da cidade e, os termos, nos quais o PS aconselhava o PSD e o Sr. Presidente da Câmara a mudarem de rumo, estávamos longe de supor que este autêntico pesadelo iria continuar, com contornos cada vez mais preocupantes. -----

----- Não me estou a referir, como aliás tive o cuidado de aqui o dizer, a nenhum dos aspectos que se prendem com as investigações em curso às diversas situações por todos já conhecidas. -----

----- Reafirmo, em nome do PS/Lisboa, que num Estado de Direito, não é a condição de arguido que transforma um cidadão em culpado. Aliás, a importante entrevista que o Sr. Procurador-Geral da República deu recentemente a um canal televisivo, confirma, como não poderia deixar de ser, tal facto. -----

----- Estou-me a referir, como sempre, à inaudita forma como o Sr. Presidente da Câmara e o PSD têm gerido politicamente os destinos da cidade e, também, todas as matérias que colocam em causa a credibilidade do município. -----

----- Neste âmbito, para além de tudo o que já tinha acontecido, ocorreram nestes quinze dias, mais situações às quais a resposta do Sr. Presidente e do PSD foi, em nosso entender, desastrosa. -----

----- Como foi possível que o Sr. Vereador Fontão de Carvalho tenha omitido, ao que parece por quase três meses a sua condição de arguido? Como foi possível o desnorte da sua solitária conferência de imprensa e tudo o que se seguiu. Não estou a pronunciar-me sobre a matéria judicial, apenas a fazer uma leitura política de mais esta trapalhada e pergunto com sinceridade: -----

----- - acham que os lisboetas compreendem o que aconteceu? -----

----- - acham que este episódio – mais um – aumentou os níveis de confiança na vossa governação? -----

----- Ainda com toda a gente perplexa com o que estava a acontecer, surgiu mais um episódio, ridículo mas grave - o da Gebalis: um vereador, quiçá para promover um ajuste de contas internos ao PSD e também com o CDS, nomeia uma comissão para analisar os actos da empresa que se esquece de ouvir o Conselho de Administração e envia as conclusões do mesmo, que são graves para a empresa e para o município, para a Inspeção-Geral de Finanças e para o Tribunal de Contas. -----

----- Ridículo, porque evidencia o desnorte desta maioria, com este autêntico tiro de canhão nos próprios pés, mas grave, porque não se pode ignorar o seu conteúdo. -----

----- Não rejeitamos assim as referidas conclusões, como verificarão pela Moção que apresentámos, mas queremos que elas sejam confirmadas por uma Comissão de Inquérito independente. Mas pergunto, novamente, com sinceridade: acha o PSD, a Sra. Presidente da AML e o Sr. Presidente da Câmara que este episódio reforça a confiança no executivo municipal e na sua imagem? -----

----- Evidentemente que não. -----

----- Sra. Presidente, Sr. Presidente, -----

----- O PSD colocou-se numa posição insustentável. Mas mais grave ainda é que aprofundou a crise e a paralisia da cidade de Lisboa. Já ninguém acredita na vossa capacidade de resolver os problemas, de tirar Lisboa do fundo do poço. -----

----- À dramática crise financeira, soma-se uma crise moral, de confiança e de credibilidade. -----

----- Há quinze dias atrás, questionávamos a maioria com três pontos: -----

----- 1 – Informarem se estavam ou não em condições de continuar; -----

----- 2 – Com que solução de estabilidade; -----

----- 3 – Com que prioridades. -----

----- Tínhamos esperança que pudessem encontrar o fôlego e o engenho necessário para responderem positivamente. -----

----- Hoje, verificámos o contrário. -----

----- Não só não se preocuparam em procurar soluções, como ainda contribuíram para agravar ainda mais a imagem e credibilidade da vossa própria maioria. -----

----- Não ignoramos as responsabilidades do PSD nacional, e do seu líder, no aprofundamento desta crise. Para além da jurisprudência interna ao PSD que criou com a sua postura quanto aos autarcas constituídos em arguidos, encontrou as excepções mais convenientes para si, quando este estatuto de arguido atingiu as suas escolhas pessoais. Para além disso, precipitou o fim da coligação com o CDS/PP, ao interferir na escolha de dirigentes de empresas municipais. -----

----- Não ignoramos as responsabilidades, enquanto líder partidária, da Sra. Presidente da Assembleia, que não soube, ou não conseguiu ser um factor de estabilidade, controlando o seu próprio partido nas sucessivas guerras internas, que só contribuíram para minar a relação de confiança entre a cidade e a sua câmara. -----

----- Mas, Sr. Presidente, Eng. Carmona Rodrigues, não ignoramos, sobretudo, as suas próprias responsabilidades em todo este processo, porque desde o início se demitiu de traçar os caminhos estratégicos para a cidade de Lisboa, de impor a sua liderança e autoridade política ao PSD e, sobretudo, de não ter sabido interpretar com clareza, os sinais que indicavam o descontrolo total da máquina decisória do município. -----

----- Por estas razões, o PS/Lisboa entende que é tempo de os Srs. fazerem aquilo que deve ser feito: demitirem-se e criarem as condições para que os lisboetas se possam pronunciar. O PSD deve assumir as suas responsabilidades e compreender que só através de Eleições Intercalares pode restituir à cidade a credibilidade e confiança perdidas na sua Câmara Municipal.” -----

----- **A Senhora Presidente**, antes de dar a palavra ao Deputado Municipal Saldanha Serra para um protesto, lembrando-lhe que o tempo dos protestos contava para o

tempo global dos partidos, disse que como o Deputado Municipal Miguel Coelho sabia ela não podia responder-lhe no âmbito da condução dos trabalhos da Assembleia Municipal. Portanto sublinhava a elegância, ou a falta dela, na referência que acabava de lhe fazer, sabendo que ali onde estava não lhe podia responder, nem o faria. Não deixaria de o fazer, no entanto, em sede própria, isto é, no âmbito do debate partidário. -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PSD)**, em protesto contra a intervenção do orador anterior, disse que protestava veementemente contra o ataque, desenfreado e pouco sério, feito pelo Deputado Municipal Miguel Coelho e pelo PS ao PSD, desde o líder nacional até aos Deputados Municipais que ali estavam. Não era aceitável que o Deputado Municipal Miguel Coelho fosse para ali falar do que não sabia, que fosse ali continuar a instilar climas de suspeição sobre aquilo que não sabia, quando não era capaz de pôr ordem na sua casa. Que olhasse para a sua casa, que olhasse para o Vereador Gaioso, que olhasse para o Vereador Dias Baptista, que olhasse para a sua camarada Leonor Coutinho, que olhasse para o Joaquim Raposo, que olhasse para as guerras de computadores, de quartos, de salas e de gabinetes, enfim, que olhasse para a sua casa e depois de a pôr na ordem viesse falar da do PSD.

----- Disse que ele, como o PSD, olhavam primeiro para a própria casa, mas se o Deputado Municipal Miguel Coelho mexia na casa sua entrava também na dele. Não aceitava que entrasse na sua casa desta maneira! -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)** dirigiu-se à Sra. Presidente dizendo que teve o cuidado de a citar enquanto líder distrital ... -----

----- A vários apartes respondeu: “Eu lerei: ‘não ignoramos as responsabilidades da Sra. Presidente da Assembleia Municipal enquanto líder partidário’, a Sra. Presidente é, de facto, líder partidária, e a Sra. Presidente pode sempre fazer-se substituir neste ponto, sentar-se naquela bancada e interferir se assim o entender.” -----

----- **A Senhora Presidente** respondeu que compreendiam o alcance da intenção do Deputado Municipal Miguel Coelho e não deixariam de recordar aquilo que tem sido o seu juízo sobre a condução da Assembleia. -----

----- **A Deputada Municipal Deolinda Machado (PCP)**, no uso da palavra, disse que no âmbito do seu Grupo Municipal já fez alguns contactos no sentido de poder encontrar um texto para a alteração dos considerandos da Moção n.º 6, que subscreveu, para que se conseguisse obter um consenso alargado. -----

----- Assim, o primeiro considerando, ficaria com a seguinte redacção: “*No passado dia 11 de Fevereiro o SIM venceu no referendo*” retirando-se a parte restante. O parágrafo seguinte seria retirado, e no parágrafo terceiro havia uma gralha, onde se lia “intervenção” deveria ler-se “interrupção”, como, de resto, constava nos restantes parágrafos. -----

----- Depois, na parte deliberativa, também se fizeram algumas alterações, ficando a seguinte redacção: -----

----- “*A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 27 de Fevereiro de 2007, exorta a Assembleia da República e o Serviço Nacional de Saúde para a necessária criação de medidas que vão ao encontro:* -----

----- 1. da execução de políticas e medidas que garantam a estabilidade e condições sociais, económicas e de vida dignas às mulheres e às famílias; -----  
----- 2. da existência de condições de trabalho e de organização da sociedade que permitam articular a vida familiar e profissional; -----  
----- 3. do reforço dos serviços e consultas de planeamento familiar e garantia de acesso aos meios contraceptivos; -----  
----- 4. da Educação Sexual nas escolas sem prejuízo do papel das famílias; -----  
----- 5. da existência de Programa de apoio aos jovens em todos os Centros de Saúde; -----  
----- 6. da efectiva protecção no emprego das trabalhadoras grávidas, puérperas e lactantes; -----  
----- 7. Esta Moção deverá ser enviada ao Senhor Presidente da República, ao Senhor Primeiro-ministro e a todos os Grupos Parlamentares.” -----

----- Disse, ainda, que a questão da educação sexual na escola e em meio familiar era importante na medida em que, sabiam todos, ainda continuava a ser tabu a abordagem dessas temáticas. Era importante que cada vez fizessem mais essa abordagem em meio familiar e incentivassem também as comunidades a que o fizessem, assim como também os outros órgãos fossem eles associativos, políticos, religiosos ou outros, para além da escola, obviamente. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Marques (BE)**, no uso da palavra, disse que deviam, sobretudo o PSD e o Deputado Municipal Saldanha Serra, ter um pouco de calma e um pouco de sensatez, se queriam ter um debate político com nível político. -----

----- Começando pelos conceitos, porque estavam num órgão político, lembrou que disse na última reunião que a Assembleia Municipal era um local de debate político e não a sede da Polícia Judiciária, a sede do Magistério Público nem a sede de nenhum tribunal. O Deputado Municipal Saldanha Serra nunca o ouviu a si, como a nenhum Deputado Municipal do BE ou à sua Direcção Nacional, dizer que qualquer titular de cargo público que fosse considerado arguido teria que se demitir de imediato. Nunca disseram isso até hoje! -----

----- Mas dava um exemplo. Existia uma queixa em tribunal contra o Sr. Vereador Pedro Feist apresentada por um grupo de trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa que se consideraram insultados, e perguntava se já alguma vez pediram ali que o Sr. Vereador Pedro Feist retirasse ... -----

----- A um aparte respondeu: “Estamos a discutir política, não estamos a discutir o que se passa nos tribunais, nas investigações. Já uma vez, numa reunião de líderes, quando o Senhor perguntou o que é que a gente vinha discutir eu respondi-lhe “política” porque isto é um órgão político para controlar politicamente a Câmara Municipal de Lisboa”. -----

----- Por isso, o Deputado Municipal Saldanha Serra podia ir ali falar do que quisesse, de Salvaterra de Magos e de tudo, não tinham problema nenhum. Que pegasse nos Vereadores do PSD de Salvaterra de Magos e fizesse lá um processo político. Mas era um facto que nunca ali ouvira o BE pedir qualquer acção para

com a Presidente da Câmara Municipal de Leiria que também estava arguida, porque não tinham nada a ver com isso, ali tinham que tratar de Lisboa e nada mais. O Deputado Municipal Saldanha Serra escusava de vir para ali com esse problema, porque a Dra. Isabel Damasceno, Presidente da Câmara de Leiria, também estava arguida, e nunca trouxeram esse problema para ali nem iriam trazer. Isso era para não querer trazer um debate político sério à Assembleia. -----

----- Disse, depois, que no dia 6 de Fevereiro a Assembleia Municipal realizara uma sessão especial para discutir a crise que se passava na Câmara, e o Deputado Municipal Saldanha Serra começara então a sua intervenção dizendo que havia ali uns agitadores. A oposição agitava! Desde o tempo que era dirigente estudantil que era chamado de agitador, nem sabiam o orgulho que lhe dava dizer isso. Aliás, até foi expulso da universidade por causa disso. De ser agitador, acusado, que maravilha! -----

----- Mas a oposição, o BE, o PEV, o PS e o PCP é que eram os agitadores? Tiveram ali uma sessão no dia 6, debateram as posições políticas que a Câmara tinha para gerir, ou não gerir a cidade, e passados uns dias sabiam que o Vice-Presidente da Câmara era arguido e que não tinha dito a ninguém! O Deputado Municipal Saldanha Serra e os demais Deputados Municipais do PSD sabiam que ele era arguido? Foi a oposição que fez essa agitação? -----

----- E passados uns dias vinha a público um relatório feito por uma comissão para acompanhar a GEBALIS, e que, segundo parecia, era preciso inquirir, e bem, porque tinha que se inquirir tudo doesse a quem doesse. Mas foi outra vez a oposição que lançara o problema de que havia mais uma empresa municipal onde, provavelmente, haveria factos de corrupção. Haveria? Foi outra vez a oposição que trouxe a agitação? -----

----- Pediu ao Deputado Municipal Saldanha Serra que pusesse os pés no chão, que não falasse que o preto era branco, porque não era. O preto continuava a ser preto e o branco continuava a ser branco. -----

----- Ainda dirigindo-se ao Deputado Municipal Saldanha Serra, disse que o que estavam ali a tratar era se a Câmara tinha condições políticas. Aliás, depois dos factos que aconteceram após o dia 6 de Fevereiro, um Deputado Municipal do PSD voltou-se para si e disse: “vês, também nós estamos a tentar corrigir coisas sérias na Câmara” a que respondeu “ainda bem, se é para corrigir coisas sérias na Câmara ainda bem, contarão com todo o nosso apoio para todas as investigações que são necessárias para que passe a haver transparência nesta Câmara, seja para quem for, doa a quem doer, incluindo a nós”. -----

----- Agora, o que era facto é que para o cidadão comum o que ficou lá fora mais uma vez foi: “e há mais uma empresa municipal, agora é a GEBALIS também!”. Essa era a realidade política da falta de credibilidade da gestão da Câmara, este era um problema sério! -----

----- E o Deputado Municipal Saldanha Serra vinha dizer que o PSD tinha maioria absoluta na Assembleia, portanto ali estavam firmes e sólidos e dali não saíam, era um direito democrático porque foi assim que aconteceu, mas na Câmara não

estavam e a oposição é que se demitia! Que não invertesse a questão! Então os lisboetas davam ao PSD um mandato para dirigir a Câmara Municipal de Lisboa e o Deputado Municipal Saldanha Serra dizia que a oposição é que tinha que se demitir! A oposição que exercia o seu papel de fiscalizar e de fazer propostas? ----

----- O Deputado Municipal Saldanha Serra vive em que sítio? Conhecia o que se passava na Câmara Municipal de Lisboa? Não estaria ali quando ele referira que o BE já apresentara 70 propostas concretas em reunião de Câmara, número de que não havia memória e das quais, como disse na altura, sete foram aprovadas e agora dizia que foram oito. Não fizeram nada de positivo? Não apresentaram nenhuma proposta? Era só deitar abaixo? -----

----- Portanto, um pouco de seriedade no debate para que pudessem discutir a questão política. Quais eram as condições políticas que a Câmara tinha, ou não tinha, para Governar? No entender do BE a Câmara não tinha, perdera a credibilidade toda, ninguém acreditava nela, era uma desconfiança completa! -----

----- Aliás, ao PSD só fazia bem, e quem tinha que tomar essa atitude era o Sr. Presidente da Câmara. E tanto não eram judicialistas na análise na medida em que, curiosamente, a pessoa de quem pediam a demissão era aquela que não estava arguida, o Sr. Presidente da Câmara. -----

----- Continuando, disse que pediram, na reunião de Comissão Permanente de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, por escrito, há três meses, com várias perguntas aprovadas por unanimidade de todos os partidos nela representados, para conversarem com o Sr. Presidente da EPUL e até hoje não tiveram resposta. A opinião do BE, em resposta à Moção do PS sobre a GEBALIS, era que ela fosse enviada para a Comissão Permanente de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico porque era aí que residia o poder para analisar essa matéria, porque, senão, também iam propor uma Comissão Eventual para a EPUL, depois outra para a EMEL, e isso não podia ser. Mas queriam que a Câmara respondesse! Que respondesse, por exemplo, àquela Moção aprovada em Janeiro do ano passado, em que questionavam sobre aquele trabalhador da EPUL que recebera 110.000 euros por ter sido despedido e no mês seguinte estava a receber 7.500 euros a recibo verde. -----

----- Entregaram também um requerimento à Sra. Presidente a dizer que queriam saber como era que o Clube Faia fazia um concurso para dar de gestão as piscinas, esse concurso foi anulado e hoje se lá passassem viam que não estava lá Clube Faia mas sim Mega Crack. Qual foi o concurso? Como era que aquilo foi entregue? -----

----- E já hoje entregara na Mesa outro requerimento, antes de pôr ali a questão pelo respeito que lhes merecia a Sra. Presidente, a perguntar quando teriam uma resposta pelo facto do Sr. Presidente da Câmara ter mandado pagar dinheiro ao Benfica, quando o que ali aprovaram foi que a única coisa que se daria ao Benfica e ao Sporting seriam serviços através das empresas da EPUL. -----

----- A terminar, dirigindo-se novamente ao Deputado Municipal Saldanha Serra, disse que ele podia dizer que havia agitação, existia agitação era verdade, mas a

culpa estava na sua bancada, era melhor que se olhasse ao espelho porque a culpa não estava na oposição. Quem tinha que dirigir era o PSD, se não conseguiam dirigir que se demitissem. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Barroso (CDS-PP)**, no uso da palavra, disse que o que se tem ouvido hoje na Assembleia, assim como ao longo das últimas semanas, era a discussão da política, todos os partidos têm elevado a situação da Câmara a uma discussão sobre política, mas importava definir o que era o entendimento da política para todos e cada um. -----

----- Para o CDS-PP, a política era a prossecução do interesse público, era a defesa dos interesses dos cidadãos que os elegeram a todos, Vereadores e Deputados Municipais. E na óptica do CDS-PP era esse o objectivo que deveria presidir a qualquer discussão. -----

----- Tinham todos, em conjunto, que garantir o cumprimento do programa eleitoral que foi sufragado e das propostas que cada um, isoladamente e em conjunto, tinham para a cidade. Ao PSD, que ganhara as eleições, cabia a responsabilidade de governar a cidade, tinha obrigação de cumprir o seu programa eleitoral, e aos outros partidos, como oposição, cabia a obrigação de fiscalizar essa actuação e, por outro lado, apresentar as propostas que entendiam melhor servir a cidade. -----

----- Disse que o CDS-PP, não iria entrar, nesta reunião da Assembleia, mais uma vez, na discussão da existência de condições, ou não, para a continuação da actividade camarária. Essa discussão já foi feita, houve uma reunião específica para o efeito, e houve uma discussão política que foi feita ali e fora dali. -----

----- O que lhes interessava verdadeiramente, hoje, ali, era fazer uma análise do entendimento do que era político e do que era o interesse da cidade. E essa análise teria que ser feita analisando aquilo que o PSD, enquanto partido maioritário, se propusera fazer, aquilo que efectivamente realizara, aquilo que faltava realizar e, acima de tudo, – isso é que era o importante – saber se tinha condições para o realizar. E não estavam a falar de condições partidárias! Estavam a falar de condições objectivas, de condições de interesse público. -----

----- Referiu que durante ano e meio de mandato, o CDS-PP, quer quando esteve com a Sra. Vereadora Nogueira Pinto a fazer parte da maioria camarária, quer com ela já sem qualquer Pelouro, sempre pautara a sua conduta na Assembleia Municipal por uma linha única: a apresentação de propostas concretas para a Cidade de Lisboa. -----

----- Felizmente, a maioria delas foram aprovadas e, em grande parte, por unanimidade, mas, infelizmente e de forma que não compreendiam conforme surpresa que na altura manifestaram, algumas foram chumbadas pela maioria do PSD. Todas elas, e não foi só o CDS-PP que o afirmara, os próprios partidos à esquerda o afirmaram também, eram propostas que contribuiriam para a melhoria da qualidade de vida na cidade, eram propostas que o CDS-PP tinha apresentado no seu programa eleitoral e, mais ainda, muitas delas eram propostas que o PSD se tinha comprometido realizar em 180 dias. -----

----- Hoje, numa altura em que estavam a analisar as condições políticas de continuação, ou não, da actividade camarária, era essa a análise que tinham que fazer. Tinham que fazer a análise daquilo que foi efectivamente feito e das condições que a Câmara tinha para fazer o que prometera e o que a Assembleia Municipal aprovara, como recomendação à Câmara Municipal, para fazer. -----

----- E permitia-se salientar três ou quatro aspectos que para o CDS-PP eram aspectos estruturais da sua intervenção na Cidade de Lisboa. -----

----- Espaço público: apresentaram na Assembleia inúmeras moções relacionadas com a requalificação do espaço público, com situações concretas de várias freguesias e de vários bairros da cidade, e antes desta reunião tiveram oportunidade de constatar que nenhuma dessas moções, apesar de terem sido aprovadas, por maioria ou por unanimidade, foram executadas pela Câmara. -----

----- Mobilidade: apresentaram também uma proposta que no entender do CDS-PP era uma proposta estruturante para a Cidade de Lisboa, mas essa proposta foi rejeitada pelo PSD no sentido de que era matéria que estava a ser executada pela maioria camarária. Só que hoje não estava visível, mas veriam isso mais à frente quando discutissem a informação escrita do Sr. Presidente da Câmara. -----

----- Centro de Saúde de Marvila: trouxeram à colação, mais que uma vez, esse assunto e, a nível da actuação camarária, nenhuma evolução foi ainda obtida. -----

----- E poderia continuar, por exemplo, com a questão do parque de jogos do Grupo Desportivo Operário ou com a questão do eixo Norte-Sul, enfim, poderia continuar com uma série de questões concretas que o CDS-PP ali apresentara. -----

----- Era essa a linha que queriam deixar. Independentemente do que iria acontecer no futuro, independentemente de todas as conjecturas político/partidárias de cada um, o certo era que tinham uma Câmara em funcionamento, uma Câmara que tinha, obviamente, legitimidade para governar, e que tinha que avaliar se tinha condições para o fazer, porque eram essas condições para governar, era a prossecução das medidas que se propusera cumprir que teriam que avaliar na Assembleia, e que o CDS-PP iria avaliar momento a momento. E, nessa linha de rumo, exigir sempre da Câmara, com propostas concretas, o cumprimento do programa eleitoral que apresentaram aos eleitores e a garantia de que a Câmara, mantendo-se em funções, iria, efectivamente, executar as suas obrigações. -----

----- **O Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)**, no uso da palavra, disse que quanto à intervenção do munícipe morador da Rua Queiroz Pereira, Sr. José Bandeira, deseja reforçar que as casas dessa rua não tinham obras desde há 34 anos. Havia esgotos entupidos e a céu aberto e tectos e paredes exteriores em péssimo estado. -----

----- Desejava também recordar que na reunião da Assembleia Municipal, realizada em 20 de Junho de 2006, o PSD e o CDS-PP votaram contra uma Recomendação que defendia a reabilitação do Bairro da Cruz Vermelha, no Lumiar, e dessa rua em particular. Nesse dia, longe dos moradores, o Sr. Presidente da Junta alegara, citou: “que muita coisa foi feita naquela zona”. Mas no fim-de-semana passado, após acção pública dos moradores, o Sr. Presidente da

Junta dera o dito por não dito reconhecendo para a comunicação social que o bairro carecia de obras de requalificação. Então em que ficavam? Os moradores continuavam à espera das obras e a pergunta era, para quando? -----

----- Aludindo à Recomendação n.º 1, apresentada pelo seu Grupo Municipal, disse que a proposta 36/2005 referia que os terrenos do Parque Mayer e da antiga Feira Popular seriam transmitidos livres de ónus, encargos ou responsabilidades – ver página 19 da acta n.º 81 da Assembleia Municipal – depois, no dia 5 de Julho de 2005, foi assinada a escritura da permuta com os terrenos do Parque Mayer que pertenciam à Bragaparques e parte dos terrenos municipais de Entrecampos, onde se situava a Feira Popular. -----

----- A incerteza em torno do futuro do Parque Mayer, com os avanços e recuos do processo, tem desgastado e desesperado os poucos comerciantes e moradores que ainda resistiam no local, que lamentavam o abandono da área que em tempos foi de diversão e de boémia, mas onde a animação de outrora dera lugar a um espaço degradado, com fachadas a cair, ervas, animais errantes e carros estacionados desordenadamente. Os últimos resistentes do Parque Mayer têm, desde então, apelado à Câmara Municipal para pressionar a empresa Bragaparques a indemnizá-los para que pudessem abandonar o recinto e pôr fim ao calvário que diziam ter vivido nos últimos anos. -----

----- Duvidando da eficácia dos termos da permuta, afirmavam, citou: “há seis anos que vivem nesta agonia e que são os principais prejudicados de todo este processo”. -----

----- Como recordava o representante dos comerciantes, a Bragaparques até agora ainda não os contactara, e lamentava que cada vez que o Parque Mayer estava para avançar, recuasse. Isto, dizia ele, ia ficar para as calendas. Para os residentes, a empresa tinha de entregar à autarquia o terreno livre de ónus na sequência da permuta realizada há mais e ano e meio. -----

----- Ainda sobre essa Recomendação, disse que o Grupo Municipal do PSD propusera-lhes, ontem, uma alteração ao ponto 3, que inicialmente aceitaram a fim de se obter um consenso bem mais alargado. Porém, hoje, foram de novo abordados pelo PSD que decidira voltar atrás na sugestão, motivo pelo qual o PEV ia manter a primeira versão da recomendação e não a que foi distribuída há momentos. -----

----- Nesse sentido, o Partido Ecologista “Os Verdes”, recomendava à Câmara Municipal de Lisboa que diligenciasse junto da Bragaparques, para que essa empresa resolvesse o mais rapidamente possível o que ficara de resolver até à permuta, ou seja, os problemas dos moradores e dos comerciantes do Parque Mayer. -----

----- Que tomasse as medidas necessárias para que a Bragaparques abandonasse a exploração do parque de estacionamento e iniciasse um processo negocial com a Bragaparques, de forma a encontrar um valor que a empresa deveria pagar à Câmara, pela exploração do recinto como parque de estacionamento, desde Agosto do ano passado até à saída definitiva do local. -----

----- E, finalmente, que no caso da Câmara Municipal optar por continuar a utilizar o espaço para parque de estacionamento, nesse fosse assegurado, em conjunto com a Junta de Freguesia, um número considerável de lugares para os residentes. -----

----- Relativamente à Moção n.º 1, referente ao eixo Norte-Sul, disse que a construção dessa via começara em 1992 mas a última fase dos trabalhos arrancara apenas em 2004, tinha uma extensão de 5 km e o seu custo final estava previsto em 60 milhões de euros. Calculava-se que nessa via circulassem 50.000 carros por dia, a sua rápida conclusão traria benefícios à cidade pois permitiria desviar tráfego não apenas de outras vias estruturantes, como a Av. Marechal Gomes da Costa ou a Av. Padre Cruz, mas também do interior dos bairros que a ladeavam. --

----- Um dos problemas dessa via dizia respeito a deficiências no traçado que não cumpriam as regras técnicas de segurança, como no troço entre o Viaduto Duarte Pacheco e o Aqueduto das Águas Livres. A visibilidade em algumas das zonas era apenas de 80 metros, quando se aconselhava que nunca fosse inferior a 180 metros de modo a procurar reduzir, significativamente, a sinistralidade rodoviária. -----

----- Um segundo problema dizia respeito ao não cumprimento do Regulamento Geral do Ruído, visto que, segundo informação da própria Junta de Freguesia do Lumiar, verificavam-se níveis de ruído acima dos valores normais. Por esse motivo, e pelos níveis de poluição que os afectavam directamente, os moradores, através de associações como, por exemplo, a Associação de Residentes de Telheiras, têm vindo sucessivamente a alertar para a situação solicitando a rápida resolução do problema, para o qual tinham apontado diversas soluções técnicas. --

----- Nesse sentido, o Grupo Municipal do Partido Ecologista “Os Verdes” recomendava à Câmara Municipal de Lisboa que requeresse às entidades competentes a correcção técnica das imprecisões do eixo Norte-Sul, designadamente as detectadas no relatório do Observatório, prevendo, ainda, a inclusão de radares de controlo de velocidade bem como a redução dos impactos acústicos que vinham afectando os residentes das zonas limítrofes da via. -----

----- **O Deputado Municipal João Mesquita (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia de São José, no uso da palavra, referindo-se à Recomendação n.º 1 disse que, mais uma vez, o PSD queria demonstrar que na política havia regras, mas, pelos vistos, os partidos da oposição não entendiam assim. -----

----- Disse que a Comissão Eventual para Acompanhamento do Parque Mayer, eleita pela Assembleia Municipal, na sua última reunião decidira que dois elementos seus, os Deputados Municipais Silva Dias e António Manuel, iriam fazer um apanhado de todas as visitas que fizeram e de todas as conversas que tiveram com as pessoas que chamaram à Comissão, e que produziriam, depois do dia 1 de Março que era a data marcada para a próxima reunião, uma Recomendação da Comissão. Daí o seu espanto quando ontem viu uma Recomendação, isolada, apresentada pelo PEV. -----

----- Mas para que não acusassem, a si e ao PSD, de má vontade, porque concordavam com todas as indicações que estavam nessa Recomendação, até porque tinha ficado de obter algumas informações de Vereadores, que obtivera e tencionava comunicar na tal reunião do dia 1 de Março, propusera ao PEV a alteração do ponto n.º 3, no sentido de

que a Recomendação fosse da Comissão, mesmo sabendo que não deveria ser porque havia duas pessoas a trabalhar para elaborar uma Recomendação da Comissão. Só que o PEV insistira que a Recomendação tinha que ser deles. -----

----- Se calhar, e essa era uma questão que deixava à consideração da Sra. Presidente, a partir de agora cada um dos partidos trabalharia isoladamente em relação ao Parque Mayer e extinguia-se a Comissão. É que se a Comissão tinha pessoas a trabalhar no caso dando tempo das suas vidas privadas para produzir trabalho para a Assembleia, e depois vinham partidos, isoladamente, apresentar recomendações aproveitando-se desse trabalho feito pelo conjunto de todos os partidos, não lhe parecia que fizesse sentido existir a Comissão. -----

----- Portanto, o PSD ia votar contra, única e simplesmente porque o PEV não aceitara que a Recomendação fosse uma Recomendação da Comissão. Havia regras para cumprir e o PSD não fazia política à toa. -----

----- Seguidamente, disse que quer através dos partidos da oposição, quer através de alguns jornais, ia-se dizendo que a Câmara parara, o que era verdadeiramente incrível. Enquanto Presidente de Junta tem tido algumas reuniões com serviços da Câmara e espantava-se que o PS, nas últimas semanas, viesse dizendo que a Câmara parara porque isso não era verdade. Ontem mesmo teve uma reunião na Divisão de Matas e Jardins, e viu um conjunto de técnicos que com grande alegria e com grande gosto terminaram a rede de jardins digitais. Mas sabiam porque era que ainda não podiam pôr em prática esse projecto? Porque o Governo ainda não regulamentara a lei das verbas do Casino Lisboa para esse tipo de obras. -----

----- Espantava por o PS não estar preocupado com essas questões! Não estar preocupado, por exemplo, com o facto de um dos cinemas principais da cidade, o Cinema São Jorge, ser hoje palco de espectáculos de orquestras sinfónicas, quando antes foram incapazes de lá fazer fosse o que fosse. Ele esteve fechado porque a maioria de então foi incapaz de lhe dar uma condução cultural. -----

----- Era com esse tipo de coisas que gostava de ver a oposição preocupada, porque a Câmara estava bem, recomendava-se, estava a trabalhar, nada estava parado, e pessoalmente gosta de contar com o PS para que rapidamente, junto do Governo, fizesse pressão para regulamentar a dita lei para ver se conseguiam ter esse trabalho feito com gosto pelos funcionários da Câmara, para o funcionamento da rede de jardins digitais. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Sara Brito (PS)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Breves palavras para me congratular com os resultados do referendo de 11 de Fevereiro, sobre a despenalização da IVG (se realizada por opção da mulher nas primeiras 10 semanas em estabelecimento de saúde legalmente autorizado). -----

----- Várias vezes usei da palavra aqui nesta Assembleia Municipal para demonstrar a minha indignação e vergonha pelos julgamentos da Maia, Aveiro e Setúbal. -----

----- Agora, estou aqui para afirmar que vamos continuar a trabalhar para um melhor e mais eficaz planeamento familiar, para uma melhor e mais eficaz saúde sexual e reprodutiva das mulheres, bem como a informação sobre utilização dos métodos

contraceptivos. Insistir na informação das e dos jovens vai ser o nosso trabalho. Vamos também estar atentas à legislação e à implementação da mesma para que não se desvirtue o que foi referendado. -----

----- As mulheres portuguesas não precisam de timoneiros a orientá-las, precisam sim de ter consultas de saúde quando decidem interromper uma gravidez não desejada e, se elas optarem, ter um aconselhamento psicológico. -----

----- Queremos na verdade tudo fazer para acabar com o aborto clandestino e que a IVG seja rara e segura. Existe aqui o nosso compromisso. -----

----- Digo-vos a todas e todos que valeu a pena (e vale sempre a pena) lutar ao longo dos anos por esta causa que era humilhante e vergonhosa para as mulheres e para Portugal. -----

----- Valeu a pena a campanha do SIM ser serena e esclarecedora. O País e a Cidade de Lisboa mostraram maturidade política, responsabilidade e exerceram a cidadania. As Mulheres e Homens do meu País souberam responder a este problema. -----

----- Temos consciência que a intervenção dos Movimentos de Cidadãs e Cidadãos foi decisiva para esta vitória do SIM independentemente da posição assumida pelos Partidos Políticos essenciais à Democracia. -----

----- Em Lisboa, a participação frontal e sem equívocos da cidadã Paula Teixeira da Cruz foi importante para a vitória esclarecedora do SIM com 67,5%, o NÃO com 32,5% e a abstenção 51,5%, sendo esta posição demonstrativa da força dos Movimentos de Cidadania que congregam Mulheres e Homens de todas as actividades profissionais, grupos etários, orientações ideológicas, religiosas e de vida. -----

----- Por fim, também uma palavra para o Secretário-Geral do PS, José Sócrates, que assumiu o SIM neste referendo com convicção o que também proporcionou a vitória. -

----- Faço-o aqui publicamente porque foi aqui também que anteriormente critiquei o Eng.º Guterres, pois foi ele e Marcelo Rebelo de Sousa que nos colocaram na exigência de um referendo depois de uma lei aprovada na Assembleia da República. --

----- Espero que tenham aprendido a lição. A história os julgará. -----

----- O País está de parabéns, Lisboa está de parabéns, as mulheres, espero, rapidamente podem interromper a gravidez sem serem perseguidas e humilhadas e sem serem vilipendiadas nos tribunais.” -----

----- **A Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “No dia 6 de Fevereiro esta Assembleia reflectiu e debateu a grave crise que atravessa a Câmara Municipal; de então para cá a situação agravou-se substancialmente, o que justifica a nossa intervenção aqui e agora. -----

----- A Câmara Municipal encontra-se hoje numa situação de instabilidade e crise, cujo primeiro responsável é o PSD, força maioritária na Autarquia, que desde há cinco anos vem promovendo uma estratégia errática, baseada no sistemático condicionamento do interesse público à avidez do interesses privados. -----

----- Em numerosas situações o interesse municipal não foi acautelado, com danos no erário público e originando uma especulação imobiliária por toda a cidade. -----

----- Fruto da política de direita conduzida por Santana Lopes e Carmona Rodrigues desde 2001, as condições de vida dos lisboetas deterioraram-se significativamente e, no último ano e meio, agravaram-se todos os problemas, não havendo uma única área em que se vejam soluções ou obras que respondam às necessidades: no tratamento dos espaços públicos e na iluminação, no trânsito, na higiene e limpeza urbanas, na falta de uma política desportiva e de apoio ao movimento associativo, na degradação do parque escolar; são alguns exemplos que ilustram o “estado da cidade”. -----

----- Situação muito grave é ainda a financeira: apesar dos constrangimentos orçamentais, a Câmara atingiu a maior dívida de sempre com um volume superior a mil milhões de euros, sendo cerca de 200 milhões de dívidas a curto prazo. -----

----- No entanto, persistem políticas que em nada contribuem para diminuir a dívida, de que são exemplo: a entrada de umas dezenas de assessores, a desarticulação dos serviços da Câmara (por exemplo as oficinas mecânicas quase não têm trabalho e pagam-se milhões de euros a oficinas externas), empresas municipais que duplicam despesas, etc. -----

----- Mas a principal linha política da direita é a entrega da Cidade à especulação imobiliária, linha que se pretende aprofundar com a revisão do PDM. É contra esta linha que o PCP, nos órgãos autárquicos e fora deles, sempre se bateu! -----

----- O problema da Câmara não é apenas o facto de 2 vereadores serem constituídos arguidos, mas toda uma política contrária ao interesse público que está em jogo! Desejamos que as investigações decorram de forma célere, por forma a esclarecer toda a situação e responsabilizar quem de facto é responsável, e ilibando eventuais inocentes! -----

----- Os últimos desenvolvimentos – nomeadamente o caso Fontão de Carvalho e o inquérito à GEBALIS, que é sintomático do modo como esta vereação funciona – apontam cada vez mais para a possibilidade de se recorrer à eventual convocação de eleições, como saída para a crise. No entanto, salientamos que a eventual realização de eleições, sendo uma saída para a crise, não constitui a solução global e necessária para a cidade. A situação a que se chegou prova que é necessária, sim, uma mudança de política para a cidade, o que o PCP sempre reivindicou. -----

----- O PCP está, como sempre esteve, preparado para assumir as suas responsabilidades, continuando o seu percurso de coerência e defesa dos interesses da cidade. -----

----- Temos um Projecto e estamos convictos que ele é indispensável para a resolução dos problemas de Lisboa. -----

----- Vamos continuar a assumir uma atitude responsável, qualquer que seja o cenário que vier a concretizar-se. E vamos continuar a manter uma postura de seriedade, disponibilidade e luta, sempre na defesa dos interesses de Lisboa e das políticas que melhor sirvam esses interesses.” -----

----- **O Deputado Municipal Rui Roque (CDS-PP)**, no uso da palavra, disse que desde o início de Janeiro que o CDS-PP, mas especificamente pela Sra. Vereadora Maria José Nogueira Pinto, foi avisando que o processo de investigação lançado pelo

Sr. Vereador Sérgio Lipari Pinto à gestão da GEBALIS enfermava de graves erros formais e não cumpria, de todo, as boas práticas de auditoria. -----

----- Apesar da gravidade dos factos, o Sr. Presidente da Câmara não valorizara os avisos do CDS-PP, aliás repetidos por toda a oposição, e deixara ao Sr. Vereador toda a liberdade para prosseguir numa acção, pouco recomendável do ponto de vista ético e desadequada de ponto de vista da gestão de uma empresa. -----

----- Vinha agora o Sr. Presidente da Câmara remediar o que deveria ter prevenido, exarando um despacho que desautorizava o Sr. Vereador em toda a linha, e usando, como não podia deixar de ser, o essencial dos argumentos em que o CDS-PP foi insistindo ao longo de quase dois meses. -----

----- Disse que o Sr. Presidente da Câmara continuava a reboque dos acontecimentos, sem tirar as necessárias consequências políticas que, neste caso, deveria ser a retirada da confiança política ao Sr. Vereador Sérgio Lipari Pinto e, conseqüentemente, das competências de que o mesmo, de forma irresponsável, abusara, não respeitando, em primeiro lugar, o próprio Presidente da Câmara Municipal de Lisboa como se inferia do próprio despacho. -----

----- Mas, para que não restassem dúvidas, era importante referir que a preocupação do CDS-PP pela forma como este processo foi conduzido não escondia a vontade de evitar uma qualquer investigação conducente ao apuramento da verdade, até porque não tinha qualquer responsabilidade nos pretensos factos e conclusões que o relatório apontava, e, ainda que tivesse, teria que se sujeitar ao apuramento da verdade. -----

----- Sobre os factos e conclusões que se reportavam no relatório em causa e cuja gravidade o Sr. Vereador, na sua imensa sapiência, já valorizara como extremas, não se pronunciaria o CDS-PP porque desde sempre se recusara comentar o que à justiça competia esclarecer o julgar, até porque o relatório em causa nem sequer tinha ainda a credibilidade mínima para que pudessem, de forma útil e construtiva, extrair conclusões sérias e as respectivas consequências, políticas ou outras. -----

----- Para o efeito, considerava o CDS-PP serem as Comissões Permanentes existentes, nomeadamente a de Habitação, Reabilitação Urbana e Bairros Municipais e a de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico as adequadas para o trabalho político de acompanhamento do assunto, não havendo, por isso, a necessidade de criação de uma Comissão Eventual. No entanto, se a maioria do Plenário assim o entendesse, o CDS-PP não teria qualquer problema em aprovar a constituição de uma Comissão Eventual, que, como já disse, não lhes parecia essencial porque essencial seria sim o acompanhamento que outras Comissões já existentes bem poderiam fazer. -----

----- **O Deputado Municipal Nelson Coelho (PSD)**, no uso da palavra, disse que se ia referir à Moção n.º 10, por si subscrita em nome do PSD, sobre o facto de, até ao momento, o Governo não ter cumprido com as suas obrigações, em termos de Orçamento de Estado, no tocante às transferências das verbas necessárias para a Cidade de Lisboa, porque, ao contrário do que disse em toda a campanha até à aprovação da nova Lei das Finanças Locais de que nenhum Município seria prejudicado, apelando para o princípio da naturalidade na transferência, tal não era

verdade porquanto a Cidade de Lisboa iria ser substancialmente penalizada, e isso tinha que ser ali dito. -----

----- Aquilo a que se vinha assistindo até ao momento era que havia duas realidades: uma, a realidade do que se passava lá fora onde ouvia as pessoas falarem relativamente à Câmara e ao trabalho que estava a ser desenvolvido, e outra parecia ser a realidade que se passava na Assembleia Municipal em termos políticos. -----

----- Em termos de cultura via o Cinema São Jorge, o Teatro Maria Matos e o Teatro São Luiz a funcionarem, enquanto lisboeta usufruía desses serviços culturais da Câmara, porque eles estavam lá numa base diária. -----

----- Sobre o urbanismo, já referiu ali uma vez e voltava a repetir porque convinha não esquecer, que a frente marítima da cidade, durante este mandato, ia mudar radicalmente: havia obras em construção na EXPO, no Poço do Bispo 90 hectares, um novo cais de embarque em Santa Apolónia, duas Agências da Comissão Europeia que se iam instalar no Cais do Sodré, bairros habitacionais e de comércio em Santos, um mega-projecto em Alcântara, um novo museu em Belém, e, mesmo no interior da cidade, a SGAL no Alto do Lumiar. Mas parecia que nada disso estava a ser feito. ----

----- Em matéria de educação tinham refeições gratuitas, o aumento do número de horas disponíveis nas escolas do ensino básico e diminuição dos encargos que os encarregados de educação tinham, e isso era pôr mais rendimento disponível no bolso dos lisboetas. Isto num momento em que todos, em termos nacionais devido ao aumento do custo de vida, devido aos baixos salários e baixos aumentos, e ao custo de coisas tão simples como o petróleo e a energia, em que o Governo em parte era culpado mas aqui teriam que ser sérios e dizer que a conjuntura internacional também não ajudava, mas era um facto que se tomara uma medida que efectivamente punha mais rendimento disponível no bolso dos lisboetas. E isso foi feito pelo actual Executivo. -----

----- Por outro lado, outras questões se foram resolvendo. Por exemplo, em matéria de estacionamento para residentes só neste ano criaram-se mais de 5.000 lugares. Em termos de segurança, havia mais Polícia Municipal na rua, hoje era quase impossível um lisboeta andar pela cidade e não ver, ao longo do dia, um ou dois carros, carrinhas ou motas da Polícia Municipal, portanto a força presente o que era importante como elemento dissuasor de criminalidade e para dar segurança a polícia andar na rua perfeitamente identificável. Isso foi feito no último ano, notava-se a diferença, bastava andar nas ruas da cidade! -----

----- No tocante ao trânsito, salientou a inclusão dos radares e a disciplina dos lugares de estacionamento, que era diferente da política de parques de estacionamento, vide EMEL de que todos poderiam não gostar quando queriam estacionar, mas era um facto que quando estavam a conduzir diziam que ainda bem que existia disciplina no trânsito para não haver segundas filas. -----

----- E tudo isso levava-o a um ponto final que era muito importante, concretamente a relação entre o PS nacional, isto é o Governo, e o PS Lisboa. O que percebia, olhando para o que o Governo tem feito, algumas coisas boas outras menos boas, era que sempre que fazia algumas das menos boas, fosse no Algarve por questões da Lei das

Finanças Locais, fosse por questões da área da saúde em Trás-os-Montes, as pessoas do PS pertencentes às respectivas concelhias diziam o que tinham a dizer contra a política do Governo porque achavam que ela afectava os interesses dos seus concelhos. -----

----- Mas relativamente às medidas que o Governo tem tomado que de alguma forma punham em causa o concelho de Lisboa, não via o PS Lisboa, na Assembleia Municipal, dizer que estava contra. Por exemplo, por que era que o PS não perguntava nada sobre a estação do Metro da Praça do Comércio, que já custara mais 30 milhões de contos? Ou por que não falava do Túnel do Rossio que punha mais de 60.000 pessoas por dia no Metro causando inconvenientes enormes? Ou por que não falava dos 30 milhões de euros que a cidade tinha a receber do Casino Lisboa, para aplicar na área cultural que era tão cara, quer à direita, quer à esquerda? Ou, ainda, por que era que este ano nas transferências do Orçamento de Estado a Cidade de Lisboa perdia 5%, que era efectivamente muito? Mas porque não via o PS Lisboa pronunciar-se sobre isso, perguntava se estava de acordo, se achava que Lisboa merecia perder 5% dessas verbas. -----

----- Disse, ainda, que um projecto que considerava ruinoso para o País, mas em particular para a Cidade de Lisboa, era o projecto da Ota. Era algo que continuavam a ouvir todos os dias mas que ia avançar apesar de custar 1.500 milhões de euros. Os termos internacionais que existiam em matéria de engenharia técnica eram do mais arrasador possível para o projecto, que não devia ser feito. Mas partindo do princípio que era feito, em termos económicos a Cidade de Lisboa iria sofrer um duro golpe porque estavam a falar de qualquer coisa como um milhão de turistas, estavam a falar de que conseguiram pôr a Cidade de Lisboa entre as dez principais cidades para realização de eventos, e quando falavam em eventos falavam de pessoas com valor acrescentado que ficavam em hotéis, que consumiam, e que de um momento para o outro pelo facto de terem um aeroporto a 50 kms de Lisboa deixavam de vir. E não via o PS Lisboa mostrar-se preocupado com essas questões! -----

----- Quanto à Moção n.º 9, apresentada pelo PS, sobre a GEBALIS, disse que o PSD, tal como já foi referido pelo líder da bancada, iria votar liminarmente contra. Era uma questão de união entre o Grupo Municipal. Agora, aguardava que o PS, em sede de Comissão Permanente de Finanças, cuja presidência era assegurada pelo próprio PS na pessoa da Deputada Municipal Marta Rebelo, fizesse as *démarches* necessárias para que o Sr. Vereador do Pelouro, o Sr. Presidente da GEBALIS e o Sr. Presidente da Comissão responsável pela elaboração do relatório fossem chamados à dita Comissão Permanente, mostrando, assim, que o PSD não tinha qualquer medo sobre essa questão. Aliás, foi o PSD que a levantara e que queria ver o seu fundo. De resto, como já disse o líder da bancada, de estranhar era a forma como o PS apresentava esta sua Moção. -----

----- Portanto, o PSD iria votar contra porque se sentia ofendido enquanto partido, mas queria que no lugar certo, neste caso na Comissão Permanente de Finanças, fossem feitas as *démarches* necessárias para, aí sim, se ver da transparência do processo e também a comunicação social poder ter uma opinião sobre o assunto. -----

----- **O Deputado Municipal Hugo Xambre Pereira (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia do Beato, no uso da palavra, referindo-se à Moção n.º 7, apresentada pelo PS, sobre o mercado de levante da Quinta do Ourives, disse que se tratava de uma Moção que pretendia, sem demagogia, pôr o problema desse mercado que não tinha condições para poder funcionar. Era um mercado ao ar livre, sem lavadouros, sem água corrente para se poder lavar o peixe e a hortalíça que aí eram vendidos, sem condições de higiene e com um cheiro constante paredes-meias com 120 habitações e à frente de uma escola do 2º e 3º ciclos. -----

----- Disse que a Moção pretendia enquadrar a questão e focar alguns aspectos que eram indispensáveis para a poder resolver. Tratava-se de uma matéria que já neste mandato teve a intervenção do Vereador Fontão de Carvalho, que na altura tinha também o Pelouro, e como tal pensava que aquilo que era preciso eram vários empurrões para se poder resolver o problema, porque, de outro modo, era uma matéria que ficava sempre adiada, e a Junta de Freguesia sempre se mostrara, e continuava a mostrar, com uma postura dialogante e construtiva no sentido de encontrar soluções. --

----- Mas havia alguns pontos que importava realçar. Atendendo à idade avançada das seis vendedoras – apenas seis vendedoras, portanto não era uma questão tão complicada quanto isso – tinham que encontrar uma solução humana para o caso, visto que essas pessoas apenas tinham esse modo de vida e caso contrário teriam grandes dificuldades para poderem continuar as suas vidas. -----

----- Por outro lado, a zona oriental era talvez das poucas zonas de Lisboa onde os mercados ainda resistiam com grande número de clientes mesmo durante a semana, porque no fim-de-semana eram verdadeiras enchentes. Portanto, havia clientes e conseqüentemente necessidade de haver um mercado condigno numa zona próxima daquela onde se situava este, que, como já referira, tinha falta de condições para poder funcionar condignamente. -----

----- Mas a Moção também referia a construção de um novo mercado que pudesse servir a população do Beato e de Marvila, até porque em terrenos próximos existiam terrenos com condições adequadas. -----

----- Este era um ponto pelo qual a Junta de Freguesia sempre se iria bater, até porque ele era indispensável para se poder resolver a questão como um todo. -----

----- **O Deputado Municipal Paulo Quaresma (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, disse que como era do conhecimento de todos o Governo anunciara, por ocasião dos 30 anos do Poder Local Democrático, a sua intenção de descentralizar para os Municípios novas competências, nomeadamente nas áreas da educação, acção social e da saúde. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara, Vice-Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses, veio a público manifestar uma grande satisfação com essa intenção do Governo, e manifestando-se disponível, de imediato, para assumir novas competências. Sabiam que estava nesta altura a decorrer o processo de análise dessa matéria, e as leis deviam ser levadas ao concreto e ao dia-a-dia das populações. Mas desejava questionar a actual maioria do PSD e o Sr. Presidente da Câmara a propósito desse assunto. -----

----- Qual era o motivo de tanta satisfação por parte do Sr. Presidente da Câmara? Ao contrário de tantos outros Municípios portugueses, Lisboa continuava, por exemplo, a necessitar de construir novas escolas do 1º ciclo e jardins-de-infância, uma actual competência que, recordou, em cinco anos de mandato o PSD nem uma escola foi capaz de construir. -----

----- Se o processo de descentralização de competências evoluir favoravelmente para o Governo, a Câmara Municipal de Lisboa veria a sua responsabilidade alargada, por exemplo, às escolas do 2º e 3º ciclos. Teria o Município consciência dessa responsabilidade? O Município já se preocupara em realizar um levantamento sobre o actual estado de conservação das escolas do 2º e 3º ciclos em Lisboa? O Sr. Vereador Sérgio Lipari Pinto estaria em condições de lhes dizer quanto era que essa nova competência iria custar ao Município? Já elaborara, ou estava em fase de elaboração, algum relatório sobre essa matéria, já que parecia que até gostava de relatórios? -----

----- Era de uma enorme irresponsabilidade política manifestar contentamento em aceitar novas responsabilidades, sem saberem o que isso mesmo implicava e sem terem tido até hoje capacidade para resolver as competências que já lhes estavam atribuídas. Por Exemplo, a substituição e reparação de escolas como o pré-fabricado da Escola EB 2/3, de Telheiras, na Freguesia do Lumiar, em estado deplorável, passava a ser responsabilidade do Município de Lisboa! -----

----- E o que dizer na área da saúde? Quantos centros de saúde e unidades de saúde familiares seriam necessários ainda construir na Cidade de Lisboa? Em que estado se encontravam os actuais edifícios de saúde existentes em Lisboa? O Sr. Presidente da Câmara sabia? O Sr. Vereador sabia? O que era que o PSD tinha a dizer sobre essa matéria? -----

----- Disse que na sua freguesia há anos que a população reivindicava a construção de um centro de saúde. A actual maioria estava consciente que o contentamento do Sr. Presidente da Câmara teria como factura os custos da construção, por exemplo, do centro de saúde de Carnide? -----

----- Seguidamente, referindo-se às novas medidas gravosas contra os Serviços de Protecção Social dos trabalhadores das autarquias, disse que, segundo a nova legislação, as Câmaras Municipais iam ser impedidas de transferir verbas para suportar serviços sociais dos seus funcionários, e, nesta matéria, desde já referia que o PCP iria votar favoravelmente a Moção n.º 3, apresentada pelo PSD, mas manifestava-se também profundamente contra o Orçamento de Estado que, nesta matéria, era um atentado ao princípio da autonomia do Poder Local. O PCP sempre defendera, e continuava a defender, um Poder Local Democrático, forte, de proximidade, activo e ao serviço das populações, mas também defendia um Poder Local independente do Poder Central, com meios e consciente das suas actuais e futuras responsabilidades. -----

----- Terminou dizendo que sendo Lisboa o maior Município português seria fundamental ouvir o Sr. Presidente da Câmara e a actual maioria, que ainda o sustentava, sobre esta matéria. -----

----- **O Deputado Municipal Duarte Mata (BE)**, no uso da palavra, disse que a Moção que apresentaram sobre o Parque Periférico surgia na sequência da intervenção que fizeram no dia 12 de Dezembro, na Assembleia Municipal, onde mostraram um mapa com os loteamentos que o GESTURB indicava que eram requeridos à Câmara Municipal. O Sr. Presidente da Câmara, agora com funções também na parte do urbanismo, nada disse na altura e, segundo viam agora na informação escrita, também nada dizia, e gostariam de saber se era possível estar a fazer a revisão do PDM nessas condições, ou seja, com os loteamentos. -----

----- O que propunham na Moção era que a Assembleia permitisse que Câmara fornecesse ao Plenário e à Comissão do PDM os elementos necessários para que pudessem fazer uma revisão do PDM com calma. É que este espaço – disse apontando um mapa – não estava decidido se seria habitação ou espaços verdes, e para que pudessem discutir essa matéria com calma precisavam de saber o que era que estava a ser aprovado ou não. -----

----- A Recomendação que apresentaram, na senda da promoção de ideias para a cidade, que tem caracterizado o BE tanto na Câmara como na Assembleia Municipal, tinha a ver com a conservação da energia. Como sabiam, um dos grandes problemas que estava na agenda mundial era a questão do Protocolo de Quioto e a questão das alterações climáticas, que trariam inúmeros problemas com complexidades inacreditáveis a nível social, ambiental e económico. Já não dava para passar ao lado, já não dava para dizer que não viam. Até a Administração Bush já tinha dificuldades em dizer que não havia aquecimento global por responsabilidades antrópicas. -----

----- O BE entendia que todos tinham que partilhar as responsabilidades, e a responsabilidade não era apenas uma responsabilidade individual, ela era colectiva. A Câmara Municipal de Lisboa tinha obrigação de apresentar políticas que permitissem não só nos seus edifícios, na sua frota automóvel ou através de políticas de ordenamento do território, dar um sinal de que estava interessada em contribuir para evitar as alterações climáticas. -----

----- Terminou dizendo que propunham no documento uma série de políticas e de medidas extremamente simples, que eram verdadeiros pontapés de saída. Se quisessem fazer algo pela cidade tinham aí uma boa proposta para o fazer. -----

----- **A Deputada Municipal Cristina Serra (PEV)**, no uso da palavra, disse que sob a apresentação de moções e recomendações, o PEV pretendia apenas recordar ao PSD que não existia qualquer norma que impedisse os membros de uma Comissão de continuarem a exercer as suas responsabilidades de eleitos e as suas funções de Deputados Municipais, motivo pelo qual se reservavam no direito de apresentar na Assembleia Municipal recomendações e moções sempre que os que viviam e trabalhavam na cidade, justificadamente requeriam intervenção em sua defesa. -----

----- **O Deputado Municipal Ferreira Pereira (PSD)**, no uso da palavra, disse que ia começar por fazer uma declaração, em seu nome e atrevia-se também a fazê-la em nome dos outros Deputados Municipais monárquicos, no sentido de que eram completamente alheios à omissão do nome do Presidente da República na placa de

inauguração da pista coberta. Que procurassem quem foi, porque os monárquicos não foram! -----

----- Disse, depois, que apesar de ter recuado, o PCP apresentara uma Moção a propósito dos resultados do referendo em que manifestava o seu habitual espírito de tolerância: de um lado estava o partido e os democratas amantes da paz, do progresso e da verdade, e do outro os fascistas, hipócritas e retrógrados. Conhecia há muito essas técnicas intimidatórias porque entre 1975 e 1978 resistira a uma comissão de trabalhadores composta por comunistas, alguns mesmo funcionários do partido, acabando a sua luta no dia em que o convidaram para administrador. Agradecera, declinara, virara-lhes as costas e não seria agora que se deixaria intimidar. -----

----- Mas o resultado do referendo estava aí, embora ensombrado pela questão do *quorum*, questão que para si era irrelevante. Nunca gostara de eleições condicionadas, o fundamental era que houvesse condições de esclarecimento, liberdade de expressão e votações livres e escrutinadas, e neste caso foi o que aconteceu. A abstenção era uma forma tão legítima como qualquer outra, convinha era que os abstencionistas não se viessem depois queixar se o resultado não lhes agradasse. -----

----- Pessoalmente mantinha as suas convicções, e aos que, como ele, foram derrotados, convidava a que se juntassem a uma das muitas associações que se dedicavam ao apoio a mulheres em risco de, por desespero, pensarem em recorrer ao aborto. Era a melhor maneira de darem testemunho das suas convicções! -----

----- Àqueles que tão facilmente falavam em hipocrisia, lembrava que nunca viu manifestações às portas dos tribunais promovidas por anti-abortistas. Viu sim, por várias vezes, na televisão, grupos ruidosos, perto dos tribunais, empunhando cartazes e que ao verem aproximar-se uma mulher, que só nessa altura ficavam a saber que ia ser julgada por aborto, entravam em verdadeiro delírio de gritos e de acenos e então a pobre senhora, com ar desesperado, tentava esconder-se das câmaras no que era ajudada por um advogado que a cobria com a beca. -----

----- Portanto, antes de falarem em hipocrisia que se vissem ao espelho, porque talvez não gostassem daquilo que viam. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Lamy (PS)**, no uso da palavra, disse que o PS ia votar a favor da Recomendação n.º 2 porque estava no seguimento da estratégia do Governo para dar cumprimento ao Protocolo de Quioto, de forma a atingir as metas fixadas para Portugal, através de medidas adequadas referenciadas no programa nacional das alterações climáticas, bem como no programa nacional de atribuição de licenças de emissão. -----

----- Era entendimento do PS que o esforço necessário para se atingir a meta para Portugal, não advinha apenas do sector industrial, que realmente fazia o seu esforço porque a isso era obrigado através de legislação em vigor, mas também de outros sectores que permitissem reunir esforços para que os resultados fossem atingíveis. ----

----- Para esse esforço, a Câmara Municipal de Lisboa tinha uma responsabilidade acrescida porque como era o Município mais importante do País deveria dar o exemplo, tanto na matéria que estavam a discutir agora em relação à energia, como no sector das águas e nos resíduos. -----

----- No documento recomendava-se a elaboração de programas de conservação de energia, e por que não do programa de conservação de energia com a elaboração de procedimentos específicos a aplicar, depois, por outros Municípios, entidades públicas, ou mesmo privadas, de forma a não se dispersar demasiado a informação do programa? -----

----- Nesse sentido, deveria ser efectuada uma análise de referência do que existia realmente, dos domínios que se pretendia analisar, fosse nas melhores técnicas existentes para os edifícios que já existiam ou edifícios futuros, fosse na frota automóvel da Câmara, fosse nos equipamentos de iluminação pública, ou outros. -----

----- Para melhor se poder avaliar o sucesso das acções tomadas na implementação de racionalização de energia, deveriam ter o cuidado de estabelecer a prioridade das medidas a implementar, a curto, médio ou longo prazo. Tinham medidas simples que poderiam implementar com facilidade, desde a simples atitude dos funcionários desligarem os seus monitores quando iam para o almoço ou para as reuniões, ou então com medidas mais exigentes a nível financeiro como a reconversão do equipamento de iluminação com fontes de energias renováveis. -----

----- Era importante definir os meios necessários para implementar essas medidas, analisar os custos associados a cada medida e, através dessa análise, efectuar uma coerente calendarização das medidas a implementar. -----

----- E também definir indicadores de avaliação e reportar esses dados de forma a demonstrar que o esforço exigido estava a ter resultados, porque, a ausência dos mesmos, teria que levar a reequacionar as medidas sugeridas no sentido de saber se seriam ou não as adequadas, ou se estando a implementá-las a curto prazo não seria melhor aplicá-las a médio prazo. -----

----- A concluir, disse que o programa de conservação de energia, a elaborar, devia ser bem estruturado, coerente e razoável, para que o sucesso da implementação das medidas de racionalização de energia fosse verificado de uma forma continuada, porque, caso contrário, o radicalismo levava sempre ao insucesso e a credibilidade seria posta em causa. Não queriam certamente estudos, programas e até mesmo regulamentos que não tivessem depois aplicabilidade, fosse ela a curto, médio ou mesmo longo prazo. -----

----- **O Deputado Municipal José Godinho (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara, no uso da palavra, disse que o assunto que ia abordar era já há mais de um ano recorrente na Assembleia Municipal, e tinha a ver com a Escola D. João de Castro. O chamado bloco central, neste caso o PS e o PSD, há muito que pensaram encerrar essa escola. De início, o Sr. Ministro David Justino, que a pretexto de ir à transferência da Escola Rainha D. Amélia para a Escola D. João de Castro, referira na véspera à comunicação social que iria encerrar a escola. Os jovens sentaram-se à frente do carro do Sr. Ministro não o deixando passar, e o Sr. Ministro depois, já lá dentro, disse que afinal o assunto não estava ainda encerrado, estava a pensar, e não encerrara a escola. -----

----- No entanto, o PS, à boa maneira do bloco central, também pensara encerrar a escola. Primeiro andara a dizer que fazia isto e aquilo, que fazia um protocolo com a

Casa Pia, depois era a fusão com a Escola Fonseca Benevides, depois encerrara-a mesmo, e na semana passada anunciara que a ia reabrir. -----

----- Mas reabri-la como? Criara uma empresa, a Parque Escolar EPE, que, primeiro, funcionara como os “donos do dinheiro”, deslocalizara a escola obrigando os alunos a ir para várias escolas, alguns deles para o concelho de Oeiras. Enfim, obrigara professores, alunos e funcionários a deslocalizar-se. Essa empresa tinha sete escolas, cinco de Lisboa e duas do Porto, os membros do conselho de administração para já eram só três, por conseguinte tachos já iam em três, fora depois a gente que os conselhos de administração tinham: secretárias, motoristas, aquela gente toda, se calhar levava mais 50, mas como eram 150.000 que o PS queria arranjar teria que criar mais algumas empresas para conseguir tanto, porque para os amigos os tachos não dava para tanto. -----

----- Portanto, como vinha dizendo, a Parque Escolar EPE tinha sete escolas e, curiosamente, no que dizia respeito à Escola D. João de Castro começava por referir que ela tinha cinco corpos associados, que o edificado tinha 11.950 m<sup>2</sup> e estava num lote de cerca de 25.000 m<sup>2</sup>, por conseguinte estavam ali a ver “gato escondido com o rabo de fora”. E, por outro lado, dizia que o conselho de administração tinha poderes para alienar, alugar, etc. Isso estava escrito e não foi ele que fez a lei! -----

----- Por conseguinte, o PS ficava mal nesta fotografia porque andara a reboque de outros interesses, felizmente agora recuara, mas o que pensava e temia, era que se calhar a escola ficaria ligada ao ensino, mas ou ensino privado como já havia quem falasse nisso. -----

----- Mas a Câmara de Lisboa, e o PSD, também não ficavam bem na fotografia. Recordou que há algum tempo atrás dera um limão ao Sr. Vereador da Cultura dizendo-lhe que se portara mal, agora ao Sr. Vereador Sérgio Lipari Pinto dava-lhe dois porque ele portara-se muito mal já que a Escola D. João de Castro foi encerrada e não dera um passo para a sua reabertura. -----

----- **O Deputado Municipal Brito Correia (PSD)**, no uso da palavra, disse que apenas queria referir que era evidente que os resultados do referendo deviam ser respeitados, mas eles não eram vinculativos visto que houve 56% de abstenções. Só 26% do eleitorado votara a favor da despenalização e, nessas circunstâncias, era para si mais do que duvidosa a legitimidade da Assembleia da República para desrespeitar o princípio constitucional da inviolabilidade da vida humana, e vida humana começava com a concepção. -----

----- Em segundo lugar, parecia-lhe também que não tinha legitimidade para discriminar crianças com menos de dez semanas e crianças com mais de dez semanas.

----- Em terceiro lugar, considerava que a Assembleia da República devia, no contexto dos resultados do referendo, impor a obrigatoriedade do aconselhamento prévio, aconselhamento tendente a desincentivar o aborto, que todos consideravam um mal a combater, e esse aconselhamento, obviamente, não poderia ser feito por pessoas ligadas às clínicas abortistas que tinham por único objectivo o lucro privado. -----

----- Consequentemente, o que era fundamental era que houvesse apoio às mulheres grávidas e às crianças, e era nesse sentido que os movimentos que defenderam o NÃO

iriam continuar a sua luta. A luta ia continuar, até porque nos referendos estavam empatados 1-1. -----

----- **A Senhora Presidente**, dado que a Deputada Municipal Ana Sara Brito solicitara a palavra para um pedido de esclarecimento, disse que lha ia dar porque o PS ainda tinha um minuto, mas o pedido de esclarecimento já não podia ser respondido por questões regimentais. Portanto, solicitava-lhe esse entendimento. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Sara Brito (PS)**, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse, em relação ao referendo de 1998, que quando se considerou que ele não era vinculativo em termos jurídicos mas era-o em termos políticos, não viu o orador anterior debater, gritar ou andar em manifestações a contestar que não era vinculativo porque, assim sendo, não tinha ganho o NÃO. -----

----- Por isso, passaram mais oito anos de humilhação para conseguirem a vitória do SIM. Onde esteve V. Exa., perguntou a rematar. -----

----- **O Senhor Vereador Pedro Feist**, no uso da palavra, referindo-se à Moção apresentada pelo Deputado Municipal Miguel Coelho sobre a Pista Moniz Pereira, começou por dizer que achava muito desinspirada a escolha que fizera para copiar o artigo de “A Bola” de 23 de Fevereiro deste ano, da autoria do seu camarada José Lello, aliás, de muito mau gosto. De facto, escolhera mal a fonte já que foi ele o responsável pelo desaparecimento de duas pistas, a do Benfica e a do Sporting, aquando das lamentáveis decisões de se construírem dois estádios em vez de um, com a superior participação do erário público. -----

----- Disse que o que a Câmara fez foi praticar um acto de justa homenagem ao Prof. Moniz Pereira e não, sublinhou e não, como se procurava desinformar fazer uma inauguração com *show-off*. A dignidade posta nesta questão foi suficientemente comentada pela comunicação social e contara com a presença e o aplauso do universo do desporto nacional: Comité Olímpico, Confederação do Desporto e dirigentes das mais variadas modalidades, tudo a culminar com a presença de Sua Excelência o Presidente da República, o Senhor Secretário de Estado dos Desportos e muitas outras altas individualidades de destaque, entre as quais se contavam vários autarcas socialistas de Lisboa. -----

----- E os pontos constantes da Moção estavam todos contemplados nas obras em curso, que se esperava estivessem concluídas no fim do verão, como sempre esteve previsto. Por isso, não se falara em inauguração. -----

----- Mas a intenção da Câmara, que foi tão mal acolhida pelo Sr. Deputado Municipal Miguel Coelho, foi aproveitar a semana em que o Sr. Prof. Moniz Pereira fez 86 anos e para que pudesse permitir, ainda durante muito tempo, que viesse a usufruir desportivamente daquele equipamento que lhe era tão querido, desde a pista, às caixas de saltos e ao relvado dos lançamentos, sem balizas. E a placa dizia tão só: “Pista Municipal de Atletismo, Prof. Mário Moniz Pereira”. Esta foi a homenagem! -----

----- O Senhor Presidente da República só pouco antes conseguira confirmar a sua presença e, por isso mesmo, também não constava da placa o nome do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- E, para as memórias curtas, permitia-se recordar que no anterior mandato desta maioria, foi atribuído ao pavilhão do Liceu Camões, construído pela Câmara, o nome Prof. Moniz Pereira. -----

----- Lamentou que o PS nunca se tivesse lembrado de prestar ao Prof. Moniz Pereira qualquer homenagem e agora aproveitasse para denegrir uma iniciativa que foi de grande consenso, com brilho, e tão bem acolhida por toda a sociedade. E se o PS nunca entendera esse dever, o próprio Governo socialista também não, mas a maioria municipal entendera em boa hora fazê-lo e completara a homenagem com a atribuição da Medalha de Honra da Cidade, enquanto que outros, com responsabilidades em Lisboa, se esqueceram. -----

----- O Prof. Moniz Pereira não merecia esta sua intervenção, disse a concluir. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, novamente no uso da palavra, disse que dos 48 segundos que restavam ao PS ainda dava 5 ao PSD para que pudessem dizer se aceitavam votar a Moção sobre a GEBALIS, da qual retiravam todos os considerandos, ficando apenas: -----

----- “O Partido Socialista propõe que esta Assembleia Municipal delibere: -----

----- - Constituir uma Comissão Eventual para Análise e Acompanhamento da Situação da Gebalis – Gestão dos Bairros Municipais de Lisboa, EM.” -----

----- **O Deputado Municipal Saldanha Serra (PS)**, novamente no uso da palavra, disse que, como já referira, o PSD não respondia a reptos deste tipo. Aliás, o seu companheiro, Deputado Municipal Nelson Coelho, acabara de ser muito claro, talvez o Deputado Municipal Miguel Coelho não estivesse presente. Não se devia gastar dinheiro nestas matérias com mais Comissões Eventuais, o PS que pusesse a Deputada Municipal Marta Rebelo a convocar a Comissão Permanente de Finanças para chamar a si este assunto já que era aí que ele devia ser tratado, porque o PSD ali estaria para o discutir com toda a tranquilidade e frontalidade. -----

----- **O Senhor Vereador Sérgio Lipari Pinto**, no uso da palavra, disse que assumiram, no início deste mandato, um plano estratégico de desenvolvimento social sustentado, visando o empreendedorismo solidário, e que assentasse na coabitação entre a economia de mercado e a economia social, o qual, através de determinados instrumentos poderosos, pudesse de facto ajudar a consolidar a defesa dos direitos e das oportunidades dos mais vulneráveis. -----

----- Finalmente esse plano estava pronto a ser levado a reunião de Câmara, e seria levado amanhã mesmo, esperando que aí o interesse público fosse sobreposto a tudo o demais. Era um plano que assentava em quatro eixos estratégicos: -----

----- O mercado comum das Instituições Particulares de Solidariedade Social, criava uma plataforma de cooperação para competir com vista a desenvolver ofertas comuns de serviços. -----

----- O Centro Comercial Virtual, que dotava a cidade do *market place one-line* para a economia solidária. Um centro comercial formado por pequenas lojas. -----

----- O Centro de Artes e Ofícios Tradicionais para desenvolver as valências educativas de formação, de investigação e museológica, na perspectiva, inclusive, da

população, fazer reviver as artes e ofícios tão esquecidos e que tanto equilíbrio podiam dar à cidade em termos sociais. -----

----- Mas também tinha projectos de interesse geral para fomentar a disponibilidade e a compatibilização de oferta e procura de recursos críticos, e por isso assentava em diversas vertentes: na certificação de competências de pessoas, numa bolsa de emprego, no voluntariado empresarial, em referenciais de evidência para as IPSS, em formação qualificante, em informação e comunicação e no financiamento solidário sustentável. -----

----- Disse que consigo estiveram a trabalhar, após aprovação de Câmara, cinco peritos de renome inquestionável pelo trabalho que têm desenvolvido, a nível do País, na área social. -----

----- Por fim, disse que o Deputado Municipal José Godinho não foi justo consigo nem com o PSD, porquanto sempre defendera que a Escola D. João de Castro fosse um espaço de formação e de educação, que não alinhariam em especulações imobiliárias, e podia garantir ali, porque acordara com a Sra. Ministra da Educação, o Sr. Presidente da Câmara estava presente e poderia confirmar, que iria ser assinado um protocolo para ser aproveitada uma parte para integração na rede pública do pré-escolar. Estavam a trabalhar, sabiam o que queriam! -----

----- **A Senhora Presidente**, terminadas as intervenções, iniciou o processo de votação das moções, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- (Nota: As alterações que foram sendo anunciadas pela Sra. Presidente antes da votação de cada documento, assim como aquelas que foram sugeridas ao longo do debate e aceites pelos proponentes, encontram-se já inseridas nos respectivos textos, integralmente transcritos nesta acta no início do período de Antes da Ordem do Dia) --

----- Aprovar, por unanimidade, a **Moção n.º 1**, subscrita pelo Grupo Municipal do PEV. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 2**, subscrita pelo Grupo Municipal do PSD, com votos favoráveis do PSD, PCP, CDS-PP e PEV, e a abstenção do PS e do BE. ----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 3**, subscrita pelo Grupo Municipal do PSD, com votos favoráveis do PSD, PCP, BE, CDS-PP e PEV, e votos contra do PS. -----

----- A **Moção n.º 4**, subscrita pelo Grupo Municipal do BE, a requerimento do PSD foi votada ponto por ponto, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Aprovar o ponto 1, por unanimidade. -----

----- Rejeitar o ponto 2, por maioria, com votos contra do PSD e votos favoráveis do PS, PCP, BE e PEV, e a abstenção do CDS-PP. -----

----- A **Moção n.º 5**, subscrita pelo Grupo Municipal do PCP, a requerimento do PSD foi votada ponto por ponto, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Aprovar o ponto 1, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PCP, PEV e BE, votos contra do PS, e a abstenção do CDS-PP. -----

----- Rejeitar o ponto 2, por maioria, com votos contra do PSD, PS e CDS-PP, votos favoráveis do PCP, BE e PEV, e a abstenção de um Deputado Municipal do PSD. ----

----- Aprovar o ponto 3, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PCP, BE e PEV, votos contra do PS e a abstenção do CDS-PP e de um Deputado Municipal do PSD. ---

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 6**, subscrita pelo Grupo Municipal do PCP, com votos favoráveis do PSD, PS, PCP, BE e PEV, votos contra do CDS-PP e de três Deputados Municipais do PSD, e abstenção de dois Deputados Municipais do PSD. ---

----- **O Deputado Municipal Rui Roque (CDS-PP)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “O CDS-PP revê-se, obviamente, em todos os pontos deliberativos, mas os considerandos têm, eles próprios, importância deliberativa. -----

----- Portanto, o CDS-PP revê-se nas medidas que estão votadas na parte deliberativa, obviamente não se revê, por exemplo, na não obrigatoriedade de aconselhamento, que é algo que nós consideramos fundamental e que é mesmo algo que vigora na lei alemã, por exemplo, que claramente não é retrógrada nem saudosista.” -----

----- **O Deputado Municipal Brito Correia (PSD)** apresentou, por escrito, a seguinte declaração de voto de vencido, a título individual: -----

----- “Declaro que votei contra esta moção por entender que o compromisso de vários dirigentes do PS, durante a campanha do referendo deve ser cumprido, no sentido de ser tornado obrigatório o aconselhamento prévio da mulher que manifeste o desejo de abortar. Esse aconselhamento deve incluir, não só a vertente psicológica, mas também económico-social, tendo em vista desincentivar o recurso ao aborto, que todos consideram um mal. Só assim será, minimamente, respeitado o princípio constitucional da inviolabilidade da vida humana (obviamente, desde que há vida humana, ou seja, desde a concepção).” -----

----- Rejeitar, por maioria, a **Moção n.º 7**, subscrita pelo Grupo Municipal do PS, com votos contra do PSD, votos favoráveis do PS, PCP, BE e PEV, e a abstenção do CDS-PP. -----

----- Rejeitar, por maioria, a **Moção n.º 8**, subscrita pelo Grupo Municipal do PS, com votos contra do PSD, votos favoráveis do PS, PCP, BE e PEV, e a abstenção do CDS-PP. -----

----- Rejeitar, por maioria, a **Moção n.º 9**, subscrita pelo Grupo Municipal do PS, com votos contra do PSD, PCP, PEV e BE, votos favoráveis do PS e do CDS-PP, e a abstenção de um Deputado Municipal do PSD. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 10**, subscrita pelo Grupo Municipal do PSD, com votos favoráveis do PSD, PCP, BE, CDS-PP e PEV, e votos contra do PS. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 11**, subscrita pelo Grupo Municipal do PSD, com votos favoráveis do PSD e CDS-PP, e a abstenção do PS, PCP, BE e PEV. -----

----- Finda a votação das moções, iniciou-se o processo de votação das recomendações tendo a Assembleia deliberado: -----

----- A **Recomendação n.º 1**, subscrita pelo Grupo Municipal do PEV, a requerimento do PS foi votada ponto por ponto, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Rejeitar, por maioria, o ponto 1, com votos contra do PSD, votos favoráveis do PCP, CDS-PP e PEV, e a abstenção do PS e BE. -----

----- Rejeitar, por maioria, o ponto 2, com votos contra do PSD, votos favoráveis do PS, PCP, CDS-PP e PEV, e a abstenção do BE. -----

----- Rejeitar, por maioria, o ponto 3, com votos contra do PSD, votos favoráveis do PS, PCP, CDS-PP e PEV, e a abstenção do BE. -----

----- **O Deputado Municipal Heitor de Sousa (BE)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Queríamos apenas justificar a nossa abstenção pelo facto de estando de acordo com o conteúdo da proposta, achamos que esta Câmara deve agir com ética política e, portanto, essa ética é que nos obriga a privilegiar uma atitude tomada pela Comissão Eventual de Acompanhamento do Processo do Parque Mayer, e não por uma votação política que desvirtua o trabalho que essa Comissão tem vindo a fazer.” -----

----- **O Deputado Municipal João Mesquita (PSD)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Só para reafirmar o que já disse há pouco aqui. A bancada do PSD está de acordo com todos estes pontos, até porque isto foi trabalhado na Comissão, foi um aproveitamento do PEV e nós não podemos compactuar com isto. Quer dizer, isto foi quase que uma usurpação de um trabalho de propriedade intelectual.” -----

----- Rejeitar, por maioria, a **Recomendação n.º 2**, subscrita pelo Grupo Municipal do BE, com votos contra do PSD e votos favoráveis do PS, PCP, BE, CDS-PP e PEV. ---

----- Findas as votações, a **Senhora Presidente** deu por encerrado o período de Antes da Ordem do Dia, declarando aberto o período da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária que tinha para discussão e votação os seguintes pontos: -----

----- **Ponto 1 - Apreciação da informação escrita do Presidente da CML acerca da actividade municipal;** -----

----- **Ponto 2 – Proposta 576/2006;** -----

----- **Ponto 3 - Proposta 577/2006;** -----

----- **Ponto 4 - Proposta 2/2007;** -----

----- **Ponto 5 - Proposta 3/2007;** -----

----- **Ponto 6 - Proposta 6/2007;** -----

----- **Ponto 7 - Proposta 7/2007;** -----

----- **Ponto 8 - Proposta 37/2007;** -----

----- **Ponto 9 - Proposta 42/2007;** -----

----- **Ponto 10 - Proposta 43/2007;** -----

----- **Ponto 11 - Proposta 68/2007.**-----

#### ----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO 1 – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CML ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL, FEITA NOS TERMOS DO N.º 1, ALÍNEA E) DO ART.º 53º. DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- Sobre a matéria, a Câmara enviou a informação escrita a que se refere o n.º 1, alínea e) do art.º 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, informação essa que foi distribuída aos Senhores Deputados Municipais e se encontra devidamente arquivada nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra para apresentação da informação escrita, depois de referir que o período a que ela dizia respeito, meados de Novembro de 2006 ao fim de Janeiro de 2007, foi um período especialmente intenso de actividade na Câmara Municipal de Lisboa, disse que, como sempre, começaria por destacar o que foi enquadrado nos quatro eixos da visão estratégica para a Lisboa-2012, começando pela Lisboa Cidade de Bairros. -----

----- E aí, tal como estava na informação, competia-lhe destacar a continuidade dos trabalhos da revisão do Plano Director Municipal, que, como era sabido, foi apresentado através da Sra. Vereadora Gabriela Seara, e também realçar todo o esforço que foi reunido para o seu desenvolvimento, mas especialmente para a sua finalização. Aliás, a Comissão Técnica do PDM, em colaboração com os serviços da Câmara, tem desenvolvido um trabalho complexo de aprofundamento do conteúdo material da proposta de revisão do PDM, e já se realizaram várias reuniões, não só de apresentação da proposta de plano, como também em sede de Comissão Permanente da Assembleia Municipal para Acompanhamento do PDM. -----

----- Portanto queriam que se seguisse a tramitação que estava prevista para começar, tão breve quanto possível, um processo de discussão pública para se levar depois aos órgãos competentes o seu agendamento para discussão e aprovação. -----

----- Ainda no tocante ao PDM, disse que desejava salientar também que já fora do período em análise, numa reunião de Câmara, recente, foi aprovada, por unanimidade, uma proposta no sentido de recomendar à Comissão de Revisão do PDM algumas linhas orientadoras sobre a forma de contemplar, no futuro, a utilização de espaços a construir para habitação a custos controlados ou a rendas controladas, e outras orientações para que esta nova geração do PDM pudesse constituir como que uma proposta, fracturante diria, e muito diferente daquela que foi aprovada em 1994, embora essa, na altura, tivesse com certeza seguido os melhores princípios e os melhores objectivos. -----

----- Mas, de facto, estavam em 2007 e cabia agora a esta maioria fazer com que esse instrumento fundamental, que tantos problemas tem trazido, muitas vezes de interpretação e de menor qualidade de transposição da sua aplicação para cidade, fosse corrigido naquilo que lhes competia para garantir que fosse um documento estratégico, um documento fundamental, mas um documento também tão transparente e tão isento quanto possível na sua leitura para aplicação na cidade. -----

----- E era por isso que estavam empenhados que neste processo de elaboração da proposta de revisão do PDM houvesse um número muito alargado de sessões de esclarecimento, algumas das quais já foram feitas. Foi também criado um *site* da própria revisão do PDM, tendo sido, e saberiam disso muitos dos presentes, a Câmara Municipal de Lisboa nomeada como um exemplo de boas práticas num estudo sobre as tecnologias da informação e da comunicação no ordenamento do território, estudo esse elaborado pela Universidade de Aveiro em articulação com a DGOTDU. -----

----- Também no campo da habitação, para além do sucesso do programa de arrendamento jovem LX-ReHabitar o Centro, destacava as candidaturas apresentadas pela Câmara Municipal de Lisboa ao PROHABITA, na continuidade do exemplo da

requalificação do Bairro do Condado e das Salgadas, com o alojamento dos respectivos agregados residentes. -----

----- Mas salientava também aquilo que tem sido muito a aposta prioritária da Câmara, que costumava designar como projectos de reabilitação integral na cidade, que eram o Bairro da Boavista e o Bairro Padre Cruz, e para a reunião de Câmara de amanhã estava já agendada uma proposta, que também já esteve agendada anteriormente, para o Bairro da Liberdade. Esses bairros, como referira, eram objecto de uma reabilitação integral que tinha vindo a merecer um aprofundado contacto com a população, com as associações de moradores e com as Juntas de Freguesia. Neste caso, os projectos de desenho urbano dos loteamentos já entraram na fase de discussão pública em Janeiro passado e, portanto, passadas que estavam as apresentações das várias fases que conduziram a este passo, já estavam na fase de discussão pública desses dois importantes projectos pioneiros de reabilitação integral na Cidade de Lisboa, para o Bairro da Boavista e para o Bairro Padre Cruz. -----

----- E outros exemplos de acções vinham justamente do planeamento urbano e também de estruturar áreas intersticiais do tecido urbano de Lisboa que estavam em desenvolvimento, e das quais poderia ali referir algumas a título de exemplo, como a elaboração do Plano de Pormenor da Área Crítica de Olivais Velho, em colaboração com a SRU Oriental, e o Projecto Urbano do Centro de Congressos de Lisboa. -----

----- Chamou também a atenção que depois das *démarches* que ele próprio fizera, há algumas semanas atrás, para a nomeação do novo Director Municipal de Urbanismo, amanhã levaria a proposta de nomeação do novo Director Municipal de Urbanismo à reunião de Câmara. -----

----- Disse que ontem mesmo recebera a Sra. Procuradora, Elisabete Costa Matos, que foi nomeada pelo Governo para presidir à sindicância que ia começar na Câmara Municipal de Lisboa, e estava convencido que mais do que uma oportunidade de passar em revista situações que qualquer um entendesse que não teriam tido, do seu ponto de vista, alguns aspectos de total legalidade ou transparência, supunha que isso podia e devia dar resultados para o futuro. À semelhança de experiências que conheciam noutros Municípios, o que pretendiam era que com esta actuação, no futuro, o número de casos que pudessem suscitar dúvidas fosse drasticamente reduzido e não houvesse esse permanente ambiente de suspeição sobre o urbanismo ou sobre qualquer outro serviço que a Câmara prestava aos munícipes e à cidade. -----

----- Tendo também em vista a melhoria do ambiente urbano e a qualificação crescente do espaço público da cidade, estava em discussão a definição e os conteúdos para o Plano Municipal do Ambiente e para a elaboração da Agenda XXI Local de Lisboa, para o que contribuiriam certamente as acções entretanto desenvolvidas nesse domínio, com a implementação da Rede Ciclável de Lisboa e a proposta de definição dos critérios e parâmetros para a sistematização do espaço público, a recolha selectiva porta-a-porta para entidades em 17 freguesias da cidade, ou, ainda, a recente instalação de Eco-ilhas para deposição de resíduos sólidos urbanos em bairros de grande densidade populacional. -----

----- Referindo-se a questões de segurança, disse que ainda há poucos dias a cidade foi notícia pelos melhores motivos, já que, através de um estudo, Lisboa foi considerada como a cidade mais segura da Europa, a par de Helsínquia. Não era qualquer coisa que dependesse exclusivamente da Câmara, mas aprazia-lhes registar isso porque a Câmara vinha fazendo um esforço muito grande, em articulação com o Governo, nomeadamente com o Comando Metropolitano de Lisboa da PSP, para aumentar as condições de operacionalidade da polícia. Nomeadamente, disponibilizara o Palácio da Folgosa e também um edifício na Rua Gomes Freire para instalação da 1ª Divisão da PSP de Lisboa e, neste momento, através da SGAL, estava-se a acabar a construção do novo edifício para uma nova Divisão da PSP na Alta de Lisboa, portanto estavam em perfeita sintonia com o Governo para articular sempre em termos de melhorar a segurança. E estavam a consegui-lo! Como tem dito, este é, hoje em dia, um factor fundamental de competitividade da própria cidade, para além, obviamente, da qualidade de vida e do bem-estar dos lisboetas. -----

----- Passando ao segundo eixo estratégico da visão da Câmara, “Lisboa Cidade de Culturas”, disse que neste aspecto também muito podia dizer porque muito têm vindo a desenvolver. -----

----- Desde logo, o sector do Turismo, tanto o turismo de negócios, como turismo de lazer, navios de cruzeiro e até de cultura, que têm beneficiado muito Lisboa. Aliás, os números diziam que no ano de 2006 houve um aumento de dormidas em Lisboa superior a 11% e em termos de receitas superior a 12%, o que revelava, efectivamente, um acréscimo na procura turística de Lisboa, para o que, sendo uma cidade cada vez mais cosmopolita, contribuía certamente as acções desenvolvidas e apoiadas pela Câmara no domínio da cultura, da animação urbana e da dinamização da actividade comercial. -----

----- No capítulo da animação cultural, destacou a contínua dinamização e melhoria da programação dos teatros municipais São Luiz e Maria Matos e as iniciativas desenvolvidas no âmbito da programação para o Cinema São Jorge, para além de outros exemplos que mereciam destaque no âmbito deste eixo, concretamente os concursos Lisboa A-Letra e Lisboa A-Prova, exemplos da dinamização cultural apoiada pela Câmara. -----

----- Acerca da Rede Social de Lisboa, disse que era de salientar a constituição do Conselho Local de Acção Social, a continuação do apoio às colectividades e as acções e estudos desenvolvidos para o fomento do Multiculturalismo e da Interculturalidade na Cidade de Lisboa, tendo a Freguesia da Pena como área-piloto. -----

----- Sobre o terceiro eixo estratégico da visão da Câmara, “Lisboa Cidade de Empreendedores”, disse que eram fundamentais os esforços para enquadrar estratégica e urbanisticamente os projectos estruturantes de investimento nos sectores económicos da Nova Economia, como, por exemplo, o projecto de construção do “Centro de Indústrias Criativas de Lisboa”, proposto pela TOBIS Portuguesa em parceria com a RTP, a Câmara Municipal de Lisboa e outros parceiros. -----

----- De salientar, ainda, que hoje mesmo, em conferência de imprensa, foi apresentado o Plano Estratégico de Desenvolvimento Social Sustentado, pelo Sr.

Vereador Sérgio Lipari Pinto, com a sua presença, justamente na linha da oportunidade e da importância que tinha hoje a actividade social suportada por diversas ONGs e IPSS, dinamizadas, apoiadas ou incentivadas pela própria Câmara, mas deviam justamente congregarem-se à volta de uma estratégia orientadora no sentido de minimizar as iniciativas ou apoios avulsos, mas haver efectivamente uma estratégia sustentada para apoio do empreendedorismo social na área de Lisboa, como factor fundamental, também, do robustecimento do tecido social e coesão social dentro da cidade. -----

----- Mas também desejava salientar a importância da modernização do comércio das áreas centrais e históricas da cidade, para as quais foram reformuladas as candidaturas dos Projectos Globais do Chiado, Campo de Ourique, Almirante Reis e Portas de Santo Antão/Praça da Figueira, no âmbito do Programa PRIME e URBCOM. -----

----- No período em análise, decorreu mais uma edição de sucesso do Salão Imobiliário de Lisboa, entre 22 e 26 de Novembro, no âmbito do qual foi organizada uma importante e oportuna Conferência sobre Reabilitação Urbana em Lisboa, Oportunidades de Investimento. Aliás, essa edição do Salão Imobiliário ultrapassara largamente em número de visitantes, em número de expositores e em número de profissionais presentes, relativamente ao ano transacto. -----

----- Ainda neste eixo, disse que relacionado com o desenvolvimento económico futuro de Lisboa, desejava destacar a actividade das Sociedades de Reabilitação Urbana, Oriental e Ocidental, as quais estavam progressivamente a elaborar os documentos estratégicos e os planos de pormenor, como por exemplo Lisboa Ocidental, Belém; e Lisboa Oriental, Madre Deus, Beato e Olivais Velho, desenvolvendo paralelamente os procedimentos para escolha de parceiros privados para reabilitação e revitalização urbana das suas Unidades de Intervenção. -----

----- Uma referência também para a organização conjunta de mais dois grandes eventos internacionais previstos para Lisboa: a WATERFRONTEXPO/2007 que teria lugar em Outubro, e a cerimónia de atribuição das novas 7 Maravilhas do Mundo Moderno, em parceria com a “New Seven Wonders Portugal” com vista a encontrar as formas de colaboração adequadas para a concretização desse evento e início do “Road Show” das 7 Maravilhas Nacionais. Como sabiam, realizar-se-á em Lisboa, no dia 7/7/2007, e Lisboa foi a cidade escolhida não só pelas 7 colinas mas também, e principalmente, pelos factores de competitividade que já referira, nomeadamente a questão da segurança. -----

----- Aludindo ao quarto eixo estratégico “Lisboa, Cidade de Modernidade e Inovação”, disse que se permitia destacar o trabalho permanente de actualização do cadastro e de modernização administrativa interna dos serviços da Câmara, mas também, no que dizia respeito à modernização das infra-estruturas da cidade, destacava o acompanhamento da expansão da rede do Metropolitano, nomeadamente porque o Governo tomara recentemente a decisão de avançar com a Linha Vermelha da Gare do Oriente até ao Aeroporto da Portela, e as obras de prolongamento do eixo Norte-Sul, que, segundo informações recentes do titular da pasta das Obras Públicas, estaria pronto para abrir em Maio. -----

----- E também o aprofundamento das intercepções no traçado da Via da Meia Encosta, bem como uma proposta para um novo modelo de gestão para o saneamento da cidade, que foi apresentada na sequência do Plano de Drenagem da Cidade de Lisboa, já foi apresentado nas suas duas primeiras fases. -----

----- Ainda dentro do quarto eixo estratégico, disse que a Câmara Municipal de Lisboa teve um papel muito importante no contributo que deu para a solução que o Ministério das Obras Públicas adoptara no tocante à realização do concurso internacional para que, finalmente, mais de 30 anos depois, se proceder à construção do fecho da CRIL – Circular Regional Interior de Lisboa, porque foi definida uma solução depois de vários melhoramentos, de várias auscultações, de várias fases e de vários avanços e recuos, mas finalmente o Governo abriu o processo de concurso internacional para a conclusão dessa obra, que já estava prevista no Plano Rodoviário Nacional desde 1972. Arazia-lhe registar essa iniciativa, mas também louvar o trabalho que os técnicos da Câmara puseram ao serviço do contributo para essa solução. -----

----- Seguidamente, disse que a implementação experimental do novo Sistema de Controlo e Vigilância de Tráfego da Cidade de Lisboa, a manutenção e criação de novos corredores BUS na Rua Alexandre Herculano, e as novas instalações semaforicas (SLAT) em execução na Alameda das Linhas de Torres/R. Luís de Freitas Branco, eram apenas alguns exemplos das intervenções realizadas no âmbito da melhoria da qualidade da mobilidade e da segurança rodoviária. -----

----- Mas merecia ainda destaque pela sua importância no contexto da modernidade, o lançamento do “Projecto Incluir”, em parceria com a Faculdade de Arquitectura e Faculdade de Motricidade Humana, da Universidade Técnica de Lisboa, para atribuição do selo de acessibilidade em edifícios de utilização pública e de serviços públicos. -----

----- Disse que desejava reafirmar a importância de continuar a reabilitar e revitalizar Lisboa, e renovar a competitividade urbana da cidade, prosseguindo com a estratégia de requalificação dos bairros da cidade, com especial atenção para o Centro Histórico e a Baixa Pombalina e para as áreas consolidadas com carências de equipamentos e espaços verdes e com problemas de degradação do espaço público e de mobilidade. ---

----- Como sabiam, a este período da informação escrita seguira-se o período em que foi aprovado em Câmara o projecto de revitalização da Baixa-Chiado, e não era demais dar ali uma palavra muito especial a todos os comissários que integraram esse trabalho, como também à Sra. Vereadora Maria José Nogueira Pinto que emprestara todo o seu dinamismo e experiência à coordenação desse trabalho. Era com natural satisfação que, no período agora em análise, viam reconhecido pelo Governo, através de resposta oficial do Sr. Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento do Regional, a adesão a esse projecto através da proposta de criação de uma sociedade conjunta com a Câmara Municipal de Lisboa para desenvolver os projectos de interesse urbanístico naquela parte que dizia respeito ao Governo, nomeadamente na frente ribeirinha entre o Cais do Sodré e Santa Apolónia, e também numa reformulação dos edifícios da Praça do Comércio. Era, aliás, matéria que seguramente estavam empenhados, agora também através da Assembleia Municipal

que iria apreciar em breve esse trabalho, mas também da nova equipa dirigente da Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Pombalina para avançar, logo que possível, com projectos concretos de revitalização tendo em vista, pelo menos, o horizonte de 2010, no centenário da implantação da República. -----

----- Continuando, disse que era também absolutamente fundamental actuar na renovação da base económica e apostar em actividades económicas de futuro, compatíveis com a função residencial, numa perspectiva de multifuncionalidade e compactação do espaço urbano – compactação não significava densificação – como os serviços avançados às empresas, e as actividades intensivas em conhecimento, criatividade, inovação e tecnologia, em paralelismo e complementaridade com as maiores aglomerações urbanas ibéricas e europeias. -----

----- Nesse aspecto, que era de registar a publicação recente, num jornal português, de um trabalho internacional onde era mostrado que em Lisboa, em 2006, se instalaram muitas empresas, que houve uma grande procura de empresas nos espaços terciários da cidade, portanto era um dado concreto de um resultado obtido justamente pelas condições de atractividade que a cidade tinha. Aliás, esse mesmo trabalho mostrava que Lisboa tem subido no *ranking* da atractividade enquanto o País descera. Eram boas notícias por um lado, seriam más notícias por outro, mas era um facto que Lisboa, ao contrário do País, estava a subir no *ranking* das condições de atractividade económica. -----

----- Disse, depois, que não menos importante para melhorar a qualidade de vida urbana, a mobilidade dos cidadãos e potenciar a renovação da competitividade urbana, era fundamental investir na contínua modernização das infra-estruturas da cidade, rodoviárias, portuárias, saneamento, etc. E, a propósito de saneamento, salientou o facto de se ter iniciado a reconstrução da ETAR de Alcântara, que teve também a presença do Sr. Ministro do Ambiente, porque depois de se terem estudado as outras soluções que foram abandonadas, esta era, seguramente, a melhor solução para terem na Cidade de Lisboa a cobertura total do saneamento, e devidamente enquadrada essa matéria na legislação comunitária e nacional. -----

----- Destacou, também, a importância do processo de requalificação da zona ribeirinha de Lisboa, em curso, e os projectos aí em desenvolvimento ou previstos, como, por exemplo, o Plano de Pormenor da Matinha, o Braço de Prata, a Agência Europeia de Segurança Marítima, já em obra, ou, ainda, o novo terminal de cruzeiros de Santa Apolónia, que o Governo se propunha lançar ainda este ano, e a requalificação do Terreiro Paço e do Cais do Sodré ou a reconversão da área de Pedrouços, muito importantes para a criação de novas centralidades interurbanas, capazes de potenciar a necessária renovação da competitividade económica de Lisboa, enquanto projectos-âncora de valorização da cidade. -----

----- Mas, neste período, havia vários outros destaques que mereciam ser ali referidos.-

----- Desde logo, porque era um período habitualmente destinada a submeter à aprovação da Câmara e da Assembleia Municipal o Plano de Actividades e o Orçamento para o ano seguinte, ou seja para o ano de 2007, aprazia-lhe ali registar a

forma como foi participada a discussão e como foram responsabilmente votados esses documentos. -----

----- Em termos de Acção Social, Educação e Criança, disse que a Câmara ratificara a plataforma sobre políticas de integração e acolhimento de imigrantes, em Novembro de 2006; a Acção Social assinara protocolos com a Abraço, a Sol e a Fundação Portuguesa Comunidade contra a Sida, justamente no Dia Mundial de Luta contra a Sida, e também com a Sociedade Portuguesa de Esclerose Múltipla, e foi constituído o Conselho Local de Acção Social, na Rede Social de Lisboa. E também merecia destaque a reunião, pela primeira vez, do Gabinete da Criança, que se verificara no dia 14 de Dezembro. -----

----- No tocante aos Espaços Verdes e ao Espaço Público, disse que foi feita uma justa homenagem, há muito desejada e há muito esperada, aos calceteiros da Cidade de Lisboa, através de um monumento que foi encomendado a um conhecido escultor, num local que honrava todo um conjunto muito vasto de iniciativas, de anos de trabalho, de dedicação que muitas vezes ia para além da mera obrigação profissional desse conjunto fantástico de pessoas que eram os calceteiros de Lisboa, que têm contribuído, objectivamente, para a valorização de um património que era o espaço público da cidade. Essa estátua foi inaugurada em 15 de Dezembro. -----

----- Por outro lado, após um projecto de requalificação que se seguira à reabertura da Quinta das Conchas, foi também reaberta a Quinta dos Lilases totalmente remodelada e com condições únicas para o lazer e actividades lúdicas da população, especialmente do Lumiar. -----

----- Disse que no âmbito do Ambiente, a Lisboa E-Nova, Agência Municipal de Lisboa, divulgara a estratégia energético/ambiental para a Cidade. Na Higiene Urbana salientava o esforço enorme que se tinha vindo a fazer na recolha selectiva porta-a-porta para entidades, em 17 freguesias. Também a recolha selectiva porta-a-porta em condomínios, no Campo Grande e São Domingos de Benfica, e ainda a reciclagem que continuava a crescer em Lisboa para atingir níveis que iam no sentido de colocar Lisboa a níveis daquilo que se verificava nas cidades da Europa com melhor desempenho ambiental. -----

----- No domínio da Cultura, disse que era de realçar a exposição sobre a vida e obra de Agostinho da Silva, e que foi apresentado o projecto do filme “Fados”, de Carlos Saura, que já terminara praticamente as suas filmagens e que deveria estar a tempo de ser apresentado no Festival de Cinema de Canne, em Maio, e que iria seguramente contribuir não só para reforçar aquele património único que era o fado, mas também para o afirmar, de forma cada vez maior, no panorama internacional. Portanto, estavam muito contentes por terem dado apoio, desde o primeiro momento, a esse projecto que, seguramente, iria contribuir para o enriquecimento do património, não material, da cidade, que era o fado. -----

----- Igualmente salientava o protocolo que foi assinado com o Instituto de Segurança Social para apoio aos cidadãos com necessidades especiais, assim como o protocolo que foi assinado com a Fundação Júlio Pomar para a criação de um atelier/museu. -----

----- E, ainda, a disponibilização de espaços que a Câmara fizera para veículos rebocados na via pública, na linha do que se estava já a fazer através da EMEL para, tirando partido do quadro legal que o novo Código da Estrada veio permitir, se começar a acabar com o mal de que muita gente falara durante muitos anos mas que nunca se fizera, que era acabar com a praga de carros mal estacionados, estacionados em sítios indevidos, estacionados em cima dos passeios. Aí o seu muito obrigado e uma palavra de apreço à Sra. Vereadora Marina Ferreira pelo trabalho único que tem feito nessa matéria, que iria mudar completamente a face da Cidade de Lisboa. -----

----- Prosseguindo, disse que, para além dos eventos já referidos, desejava destacar também a Feira de Natal e da Solidariedade de Lisboa, que teve a segunda edição na FIL, no Parque das Nações, e que foi um sucesso, quer em termos do número de expositores, quer em número de visitantes, quer, acima de tudo, pelo espírito de solidariedade e pela via alternativa que existia de comércio nessa altura do ano, justamente para juntar o útil ao agradável e apoiar quem devia ser apoiado, nomeadamente imensas IPSS, que davam muito de si pelos outros. Portanto, foi um sucesso essa Feira de Natal, apoiada pela Câmara quase de forma simbólica em termos financeiros, e que teve uma repercussão muito maior que o mero investimento que foi feito. -----

----- Referiu que foi lançado o primeiro volume da colecção de livros dedicados às colectividades de Lisboa, e convinha realçar e saudar essa iniciativa fazendo votos para que ela tivesse eco e repercussão noutras freguesias de Lisboa. -----

----- E também a já esperada festa da partida do Rali Lisboa-Dakar, que reforçara a boa imagem da Cidade de Lisboa e da sua capacidade de organização, como foi visto por todo o mundo que acompanhara, através da televisão, essa iniciativa. -----

----- Prosseguindo, disse que no período da informação escrita foi também realizada a Assembleia-Geral da UCCLA, em Guimarães, onde se dera um novo rumo à sua política, porque foi possível, para além das questões habituais, inverter um pouco uma tendência que subsistia há alguns anos, que ia muito no sentido de apoiar só obras do tijolo ou do betão. A palavra agora era cada vez mais apoiar iniciativas de formação, de capacitação profissional, de apoio de publicações, portanto mais de *software* do que de *hardware* como costumava dizer. Por isso, dizia que foi marcado um ponto de viragem muito importante na política da UCCLA, que certamente iria trazer efeitos mais duradouros. -----

----- Obviamente, foi feita a inauguração da escola da UCCLA, em Bissau, e no âmbito da Casa da América Latina, foi atribuído o prémio de criação literária ao argentino Tomaz Elói Martinez. -----

----- Em matéria de Recursos Humanos, disse que foi dada posse a 73 novos funcionários da Câmara, em Dezembro, e foi assinado um protocolo muito importante, em 22 de Dezembro, com os Serviços Sociais pelo que brevemente começariam a ter a funcionar em pleno os Serviços Sociais, em substituição da Caixa de Previdência que também tanto bem fez, durante muitos anos, a tantos funcionários da Câmara e seus familiares. -----

----- Sobre as transferências de verbas para as autarquias, decorrentes da Lei das Finanças Locais ou da Lei do Orçamento de Estado para 2007, disse que o Governo, como já referira apoiara o projecto de revitalização da Baixa-Chiado e foram aprovados os projectos da nova sede da Agência Europeia de Segurança Marítima e do Observatório Europeu para a Droga e Toxicodependência, que estavam em bom ritmo de construção, no Cais do Sodré. -----

----- Mas também merecia realce a apresentação do Plano Estratégico para a Política de Juventude 2007/2009, e o novo espaço Acqua Roma, um espaço aberto a todos os estudantes universitários e do secundário que quisessem ter um espaço de livre acesso à Internet, um espaço de trabalho e de convívio que pudesse permitir, nomeadamente aos mais carenciados, desenvolver as suas actividades estudantis. -----

----- Disse, ainda, que no âmbito da modernização das infra-estruturas, a EMARLIS assinara um importante protocolo de regulamentação das descargas residuais da Cidade de Lisboa, com o Laboratório Nacional de Engenharia Civil, e que foi também feita a apresentação pública da empresa municipal LX Desporto e dos projectos de requalificação do Pavilhão Carlos Lopes, do Complexo Desportivo Municipal dos Olivais e do novo Complexo Desportivo Municipal de Chelas. -----

----- Portanto, todo um conjunto muito alargado de iniciativas em todas as áreas da Câmara, lideradas por todos os Vereadores com competências delegadas nas respectivas matérias. -----

----- Com isto, disse a terminar, apenas desejava referir que Lisboa estava a andar, estava a andar bem, naturalmente eram sempre ambiciosos, queriam sempre fazer mais, mas estavam ali para dar continuidade a um trabalho muito vasto, que seguramente iria muito para além daquele que se propuseram fazer com o eleitorado de Lisboa. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Guerra de Sousa (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia dos Mártires, no uso da palavra, disse que acabaram de ter ali a prova real e concreta que a Câmara estava a trabalhar. De facto, ao contrário de muitos profetas da desgraça e alguns defensores da teoria de que existia um caos na Câmara Municipal de Lisboa, tiveram ali o Presidente da Câmara, durante meia hora, a apresentar as actividades, não do mandato mas dos últimos três meses. Isso provava que a Câmara estava a trabalhar, ao contrário do que muitas vezes se queria fazer transparecer para os órgãos de comunicação social e para a opinião pública. -----

----- Portanto, não teria necessidade nenhuma de referir ali algumas iniciativas que já foram muito bem referenciadas pelo Sr. Presidente da Câmara, mas, apesar de tudo, ia lembrar algumas para que as coisas fossem bem frisadas e para que se soubesse bem a realidade de Lisboa. -----

----- Assim, começou por dizer que o PDM estava em revisão e quase pronto. Era um grande marco para a gestão urbanística da cidade, uma das grandes realizações do actual mandato que em breve estaria concluída. -----

----- Por outro lado, a nível do repovoamento da cidade lembrava as medidas relativas ao arrendamento jovem, portanto a candidatura ao programa ProHabita que

novamente iria trazer a juventude para a cidade, que tanta falta fazia nomeadamente na parte relativa ao centro histórico. -----

----- Em matéria de ambiente, disse que era de referir a recolha selectiva que já estava neste momento a ser feita em 17 freguesias, e a nível da dinamização cultural podiam e deviam referir o Teatro São Luiz, que ultimamente vinha tendo uma grande dinâmica cultural, mas não só esse pois também o Teatro Maria Matos e o Cinema São Jorge tinham iniciativas culturais a decorrer que provavam que, efectivamente, a Câmara continuava a trabalhar, ao contrário do que muitas vezes se queria fazer crer junto da opinião pública. -----

----- Disse, ainda, que enquanto Presidente da Junta de Freguesia mais pequena de Lisboa, a Freguesia do Mártires, podia referir, por exemplo, a reactivação da Agência para a promoção da Baixa-Chiado, o próprio Commissariado que já apresentara junto da Assembleia Municipal as conclusões do seu trabalho, pois perante todos os Grupos Municipais estiveram ali os comissários e o próprio Presidente da Câmara a fazer a apresentação desse projecto, que era um marco importante para a gestão da cidade e estava certo que iria ser um grande marco para a sua zona histórica. -----

----- E a nível da reactivação do comércio tinha que referir também o programa PRIME e o próprio URBCOM, que eram programas a nível da União Europeia que iriam trazer uma nova dinâmica a nível da actividade comercial na cidade. -----

----- Mas também referia o sistema de segurança de tráfego, os célebres radares, que pela primeira vez existiam em Lisboa, ao contrário do que já acontecia noutras cidades, nomeadamente no Porto. -----

----- Continuando, chamou a atenção para a dinâmica da cidade dizendo que se se reparasse, por exemplo, no Lisboa-Dakar que há algum tempo atrás era o Paris-Dakar, ou no aumento do turismo porque, efectivamente, a cidade teve uma grande taxa de crescimento de turistas, nomeadamente de estadias curtas, mas era um facto que Lisboa estava na moda, e também nessa matéria a Câmara estava a fazer trabalho, ao contrário do que muitas vezes se queria fazer crer. -----

----- Por outro lado, era também de referir a reanimação zona ribeirinha, entre Santa Apolónia e o Cais do Sodré, incluindo a Praça do Comércio que, juntamente com o Cais do Sodré, estavam integradas na dinâmica do projecto do Commissariado da Baixa-Chiado, que também em breve iria ser iniciado e que esperava fosse modificar aquela zona da cidade. -----

----- Aludindo ao estacionamento, disse que a EMEL, finalmente, tinha competências próprias e por isso podia exercer uma maior fiscalização, tão necessária para evitar o estacionamento ilegal que se verificava na cidade. -----

----- Mas se calhar isso não convinha que se soubesse! Se calhar muitas vezes convinha que se falasse de outras coisas, se calhar muitas vezes convinha que se escondesse a realidade do País e para isso tinham que se arranjar alguns argumentos, tinham que se arranjar situações hipotéticas, tinham que se arranjar conflitos em Lisboa, porque tinham que esconder a própria realidade do País, tinham que esconder que o crescimento económico do País era abaixo da média da União Europeia e que

Portugal estava a ser ultrapassado por alguns países que recentemente entraram para a União Europeia. -----

----- Eram essas realidades que às vezes tinham que ser escondidas! Os 150.000 empregos que foram prometidos e não se via nada, a falência de muitas empresas, a deslocação de empresas que estavam em Portugal há vários anos, por exemplo a fábrica da Opel, na Azambuja, que se mudara Espanha. Enfim, eram essas situações que, perante a opinião pública, algumas forças partidárias queriam esconder e então tinham que arranjar outras matérias e valia a pena bater no elo mais fraco que se calhar era a Câmara Municipal de Lisboa. Mas o problema não estava na Câmara, o problema às vezes estava na gestão do País e não na gestão da cidade. -----

----- Aliás, bastava ver a questão do Túnel do Rossio, que já ali foi referido várias vezes, como a questão do Metro da Praça do Comércio e a limpeza do Arco da Rua Augusta. Há quantos anos o Arco da Rua Augusta não era limpo? Para quando também a recuperação da Faculdade de Belas-Artes, que não era da responsabilidade da Câmara e em relação ao que os próprios alunos fizeram há pouco tempo uma manifestação? -----

----- Por outro lado, que se tivesse também em atenção o que se passava com as verbas do Casino de Lisboa, que eram para actividades culturais na cidade, mas que ainda não chegaram à Câmara, como também as verbas que deverão ser transferidas do Orçamento de Estado para o Orçamento da Câmara ainda não chegaram. -----

----- Eram essas questões que teriam que ser ditas, porque a realidade era que tiveram ali o Presidente da Câmara a falar, durante meia hora, e contra factos não havia argumentos. Aliás, quem quisesse tinha presente a informação escrita para consultar, e em face disso teria que dizer que a Câmara estava a trabalhar. Permitia-se até repetir uma célebre frase: “deixem-nos trabalhar”. -----

----- **O Deputado Municipal Rosa do Egipto (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria dos Olivais, no uso da palavra, disse que ia referir duas ou três notas que não constavam da informação escrita nem foram referidas na intervenção do Sr. Presidente da Câmara, mas, antes disso, desejava dizer que o orador anterior não estava em sintonia com aquilo que o Sr. Presidente da Câmara acabara de referir. De facto, o Deputado Municipal Joaquim Guerra de Sousa acabara de desferir um ataque contra algumas medidas do Governo, quando o Sr. Presidente da Câmara, há 10 minutos atrás, elogiara algumas medidas do Governo. Havia ali qualquer coisa que não jogava bem, talvez fosse falta de liderança, talvez fosse aquela falta de unidade que se via no PSD, já que o Governo era criticado pelo que fez e não fez, mas era um facto que havia ali qualquer coisa que não estava bem sintonizada. -----

----- Passando às tais notas que disse ter para colocar, começou por referir que decorria da lei que a informação escrita do Presidente da Câmara fosse acompanhada da execução financeira do Município, mas era um facto que esse documento não foi enviado e não sabiam se essa omissão tinha a ver com a grave crise financeira que o Município atravessava. Não era a oposição que estava a levantar esse fantasma, mas era, efectivamente, uma crise a que o Sr. Presidente da Câmara não aludira na sua intervenção, e neste período da informação escrita não apontara um caminho, não

apontara uma pista ou um rumo sobre como sair da grave crise financeira que o Município atravessava. Sobre isso, nem uma linha na informação escrita, nem uma única palavra na intervenção! -----

----- A segunda nota, era para dizer que o PS estranhava que, perante o órgão fiscalizador do Município, o Sr. Presidente da Câmara não se tivesse referido à situação verificada no Executivo. Ou seja, para a Assembleia Municipal nada se passara no Executivo municipal, quando era um facto que a Assembleia não sabia dos mandatos dos Vereadores, o que foi que aconteceu, a quem foram atribuídos os Pelouros, quem estava com o quê, quem tinha responsabilidades nesta ou naquela área. Quer dizer, não se passara nada na Câmara Municipal de Lisboa que merecesse da parte do Sr. Presidente da Câmara uma explicação ao órgão que fiscalizava os actos do Município. -----

----- A terceira e última nota tinha a ver com a omissão no tocante à delegação de competências e aos protocolos com as Juntas de Freguesia, pois também nada constava na informação escrita nem uma palavra foi dita na intervenção do Sr. Presidente da Câmara. E quanto a essa matéria desejava esclarecer que não foram ressarcidas ainda algumas Juntas de Freguesia, no tocante a protocolos assinados para o Apoio à Família, desde 2006. Os Presidentes de Junta, incluindo ele próprio, têm seguido o princípio de manter o Apoio à Família – porque senão depois vinham dizer que a oposição não deixava trabalhar – nas escolas do ensino básico, sem terem protocolos assinados e sem terem recebido sequer um cêntimo desses protocolos. -----

----- Não sabia se o facto das verbas não terem sido ainda enviadas para as Juntas também tinha a ver com a situação financeira do Município, mas a verdade era que assinaram os protocolos no início do mandato, estavam agora em finais de Fevereiro e nem reuniões para se fazer a avaliação dos protocolos de 2006 nem aquilo que se previa para 2007, nada estava feito. -----

----- Por isso, sobre essa matéria, apelava ao bom-senso do Sr. Presidente da Câmara, e parafraseando aquilo que ele próprio havia dito no final da última reunião da Assembleia dizia-lhe agora também: “deixem-nos trabalhar porque queremos trabalhar em prol da cidade e em prol dos fregueses que nos elegeram”. -----

----- **O Deputado Municipal Joaquim Guerra de Sousa (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia dos Mártires, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que efectivamente falara da relação do Governo com a Câmara, mas era óbvio que pelo facto de haver um bom relacionamento em determinadas matérias, tal não queria dizer que não houvesse outras que eram criticáveis. -----

----- Portanto, a sua pergunta era qual a razão por que não podia, por um lado, fazer uma crítica e, por outro, fazer um elogio a determinadas actividades do Governo, por exemplo no caso do Comissariado da Baixa-Chiado ou outras. -----

----- Por outro lado, frisava também que não havia quaisquer divergência entre a Câmara e o PSD na Assembleia Municipal de Lisboa, por muito que a oposição quisesse. -----

----- **O Deputado Municipal Rosa do Egipto (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria dos Olivais, em resposta ao pedido de esclarecimento, disse que não

pretendera na sua intervenção inferir que houvesse algum mau relacionamento entre o Grupo Municipal do PSD e o Executivo camarário, longe de si tal ideia. Não queria de forma nenhuma que isso assim fosse entendido, senão iriam dizer que estava ali mais um membro da oposição a agitar qualquer coisa que não existia. Como o Deputado Municipal Saldanha Serra disse no início dos trabalhos desta reunião, era preciso que cada um visse a sua casa, portanto não se queria meter nisso. -----

----- Aquilo que referiu – explicou – foi havia alguma falta de sintonia, porque ainda hoje, tanto no período de Antes da Ordem do Dia, como neste período de apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara, vinha sendo recorrente, da parte da bancada do PSD, um ataque velado porque quando as coisas não corriam bem o Governo é que era o culpado. Se calhar, o Governo qualquer dia até ia ser culpado da crise que se instalara na Câmara Municipal de Lisboa! -----

----- Por outro lado, aquilo que disse foi que o Sr. Presidente da Câmara, na sua intervenção, acabara de referir algumas medidas positivas do Governo, portanto não era tudo negativo, mas para o Grupo Municipal do PSD tudo o que o Governo fazia era mau. Aliás, o Sr. Presidente da Câmara até ali referia a questão da segurança, matéria que era tão cara ao PSD. -----

----- **O Deputado Municipal Paulo Quaresma (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, no uso da palavra, disse que ao ouvirem a intervenção do Sr. Presidente da Câmara, de quase meia hora, ficaram estupefactos porque parecia que tudo estava a correr bem, que não se passara nada na Câmara Municipal de Lisboa, que os serviços estavam a funcionar normalmente, que não houve nenhuma alteração de Pelouros, mudança de Vereadores, enfim, que tudo estava na mesma quando, na verdade, no entender do PCP este foi, talvez, um dos períodos mais negros do Município de Lisboa. -----

----- E isso preocupava-os, sobretudo por quatro questões: -----

----- Em primeiro lugar, a credibilidade de uma instituição que se chamava Câmara Municipal de Lisboa, porque era exactamente quem devia zelar e promover a sua credibilidade quem mais a atacava no seu interior, e todas essas trapalhadas estavam a trazer danos irreversíveis para a Câmara e para as próprias empresas municipais, como era o caso da GEBALIS. Danos irreversíveis para muitos anos! -----

----- Em segundo lugar, preocupava-os a dignidade profissional de todos os trabalhadores do Município e das empresas municipais. Estava a falar de mais de 11.000 trabalhadores só do Município e mais umas centenas das empresas municipais, que mereciam todo o respeito, toda a seriedade e condições de trabalho dignas. -----

----- Em terceiro lugar, preocupava-os o bem-estar de quem vivia e trabalhava em Lisboa, porque mereciam uma Câmara diferente, uma Câmara que actuasse, uma Câmara que respeitasse, mais activa e que estivesse atenta aos reais problemas do seu dia-a-dia. -----

----- E a quarta preocupação tinha a ver com aquilo que poderia chamar de efeito dominó. Os 53 Presidentes de Junta, os 53 Executivos das Juntas de Freguesia da cidade não tinham culpa daquilo que estava a acontecer na Câmara Municipal de Lisboa. Foram legitimamente eleitos como foi a Câmara Municipal e não tinham

culpa de toda a desorganização que se passava na Câmara e que estava a começar a ter efeitos graves, como há pouco ali foi dito, nas Juntas de Freguesia. Não era correcto, não era justo que isso acontecesse e a desorganização da Câmara, voltava a dizer, não podia colocar em causa o trabalho das 53 Juntas de Freguesia. A cidade e os lisboetas mereciam um rumo, mereciam respeito e mais competência. -----

----- Mas pegava numa área muito concreta, a Educação, e sobre essa matéria solicitava alguns esclarecimentos. Sabia que a estratégia do Sr. Presidente da Câmara de gastar quase meia hora na sua intervenção não deixava muito tempo para os esclarecimentos, mas, de qualquer maneira, deixava no ar as dúvidas e as questões. ---

----- Dizia-se na informação escrita que estava em elaboração a Carta Educativa, e por que o Sr. Vereador Sérgio Lipari Pinto se encontrava presente pedia-lhe que informasse quantas vezes já reunira com os Presidentes de Junta para falar sobre a Carta Educativa da Cidade e que papel tem tido o Conselho Municipal de Educação nessa matéria. -----

----- Recordou que o Sr. Vereador, em Outubro de 2006, esteve numa reunião da Comissão e disse que até ao final do ano – até brincaram, perguntaram se ano civil ou ano lectivo – seria apresentado um plano de recuperação do parque escolar, mas já estavam em 2007 e esse plano ainda não foi apresentado, pelo que o Sr. Vereador estava em falta com a cidade e os lisboetas. É que já passaram cinco anos e a maioria de direita não conseguira construir uma única escola na Cidade de Lisboa. -----

----- Em termos de enriquecimento curricular, disse que era importante ouvir o Sr. Presidente da Câmara falar ali daquilo que afectava quase 20.000 crianças na Cidade de Lisboa, sobre como estavam as coisas a correr porque parecia que não era importante ouvir a Câmara dizer alguma coisa sobre isso, quando ouviam todos os dias dizer, na comunicação social, o que se passava sobre esse assunto. -----

----- Quanto ao complemento de Apoio à Família, disse que, como ali já foi referido por um Presidente de Junta ... -----

----- Respondendo a um aparte, disse: “ò Sr. Vereador, é muito fácil dizer que você democratizou o ensino, que fez tudo nas escolas. Esqueceu-se foi de dizer uma coisa: até ao momento não é com dinheiro da Câmara Municipal de Lisboa, é com dinheiro das Juntas de Freguesia que andam a financiar o trabalho da Câmara. Isto é importante ser dito porque se hoje as escolas estão a funcionar até às 18 horas não é com esforço nenhum da Câmara mas com o esforço financeiro das 53 Juntas de Freguesia da Cidade de Lisboa.” -----

----- Ainda sobre a Educação, perguntou o que se passava com as escolas que era preciso construir na cidade, as escolas n.º 205 e n.º 167, porque, repetiu, durante os últimos cinco anos nem uma única escola foi construída na cidade. -----

----- Continuando, disse que se falava na possível substituição da Sra. Directora Municipal de Educação e Juventude, e seria bom que ali fosse dito se isso era verdade ou mentira, ou seja, se estava em causa a continuação da Dra. Lurdes Rabaça nesse cargo, como também seria importante ali esclarecer, porque às vezes nas escolas e nas Juntas de Freguesia parecia que voltaram ao tempo do passado em que havia algumas

contradições entre aquilo que era o Gabinete e os serviços da Câmara Municipal de Lisboa na sua actuação. -----

----- Referindo-se ao Desporto, disse que ouviu o Sr. Presidente da Câmara falar do apoio às colectividades, mas porque certamente não teria tempo agora para responder, pedia-lhe que mandasse distribuir uma informação sobre que apoio a Câmara Municipal de Lisboa dera às colectividades de bairro da cidade, e quanto. Quase zero, ou zero! Que não viessem dizer que agora era para o Clube Nacional de Natação ou algo semelhante, porque estava a falar em colectividades de bairro que davam vida à cidade, que mantinham vivo o espírito de bairro de cidade. -----

----- E como ele mesmo disse ali em Dezembro, quando se criara a LX Desporto, foi o próprio Sr. Vereador Pedro Feist que reconhecera que conseguira poupar à custa daquilo que devia dar de apoio às colectividades da cidade, que quis criar a LX Desporto que, pelos vistos, ainda iam hoje discutir porque parecia que já não era bem assim como lhes tinham dito porque o dinheiro que havia afinal já não há, mas havia mais uma vez uma trapalhada! -----

----- **O Deputado Municipal João Bau (BE)**, no uso da palavra, disse que leu há poucos dias um artigo de um colonista e jornalista brasileiro muito conhecido, que se referia às dificuldades que enfrentava neste momento o Presidente Lula para formar o seu Governo. Esse jornalista referia a sua confiança na capacidade do Presidente para a resolução de tal problema, uma vez que, como se dizia na gíria política brasileira, o Presidente estava com a caneta cheia de tinta. Isso queria dizer que Lula estava com grande popularidade e mantinha intacta a sua capacidade de iniciativa e articulação política com o conjunto diversificado de partidos políticos que lhe iriam garantir uma base maioritária no Congresso de Deputados e no Senado. -----

----- E, ao ler isso, não pôde deixar de pensar no contraste flagrante com o que se passava na Câmara Municipal de Lisboa. A popularidade do Sr. Presidente e dos Srs. Vereadores do PSD estava em queda, a falta de um projecto mobilizador para a cidade, a incapacidade revelada nos mais diversos domínios, a crise financeira, os graves e sucessivos casos que vinham ocorrendo, a suspensão de mandato de Vereadores com Pelouros fundamentais, tudo isso eram indicadores de uma crise profunda e extremamente grave que paralisava a Câmara. E quando dizia que paralisava a Câmara não era que paralisava os calceteiros que continuavam a calcetar, os pintores que continuavam a pintar ou os jardineiros que continuavam nos jardins, o que estava paralisada era a capacidade de iniciativa e liderança da Câmara para resolver os problemas com que Lisboa se defrontava. -----

----- Tudo isso fundamentava a descrença e a desconfiança com que os responsáveis da maioria eram olhados pelos lisboetas, pela opinião pública nacional e pela generalidade dos comentadores e formadores de opinião, mesmo os do PSD. -----

----- Se do Presidente Lula, no Brasil, se dizia que estava com a caneta cheia, em Lisboa, do Sr. Presidente da Câmara, se podia dizer, recorrendo à gíria política brasileira, que estava com a caneta sem tinta. Se do Presidente Lula se dizia, no Brasil, que mantinha em alta a sua capacidade de articulação com as diferentes forças políticas que lhe podiam garantir uma maioria na Congresso dos Deputados e no

Senado, do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, com a caneta praticamente vazia, o que se podia dizer era que não tinha qualquer capacidade de articulação com os restantes partidos políticos. Pelo contrário, não aceitava o diálogo democrático com os partidos da oposição, optava por não esclarecer o que tinha que ser esclarecido e disparava em todas as direcções. -----

----- Mas a capacidade de articulação e de iniciativa do Sr. Presidente da Câmara também estava em crise mesmo no seio da força política que o apoiava, o que se revelava na relação com os Vereadores do PSD e com a estrutura do partido que o apoiava, pois eram do domínio público os queixumes sobre as informações que, em devido tempo, não dera nem aos seus. -----

----- E essa dificuldade de articulação no seio da sua força política, revelava-se também na redistribuição de Pelouros no seio da sua maioria relativa. Pelouros fundamentais como os das Finanças e do Urbanismo, após a suspensão do mandato dos seus responsáveis iniciais ao que parecia não eram atribuídos a outros Vereadores. Mas seria que o Sr. Presidente da Câmara não confiava nos restantes Vereadores, eleitos na sua lista, para lhes confiar importantes e tão sensíveis Pelouros? -----

----- De facto, o Sr. Presidente da Câmara estava com a caneta praticamente sem tinta e desse facto não poderiam deixar de ser tiradas as necessárias ilações políticas: o PSD estava numa posição insustentável! E era nessa situação concreta que lançava um repto ao Sr. Presidente da Câmara: numa situação de crise como a que hoje o Município e o seu Executivo, de maioria relativa, atravessavam, a defesa da credibilidade e do prestígio das instituições democráticas exigiam que o Sr. Presidente da Câmara assumisse, por fim, uma postura de transparência e de esclarecimento daquilo que tinha que ser esclarecido. -----

----- Que esclarecesse os Deputados Municipais de todas as bancadas, que esclarecesse os eleitores de Lisboa, e que não se escudasse nas investigações judiciais em curso para não responder. À justiça o que era da justiça, ao controlo democrático da Assembleia Municipal e dos cidadãos, ao debate político o que era da política. -----

----- Portanto, que esclarecesse o que tinha que ser esclarecido, que apresentasse a listagem completa das relações da Bragaparc com o Município de Lisboa, que incluísse eventuais relações de carácter comercial, de licenciamento ou de qualquer outra natureza. -----

----- Que esclarecesse com todo o rigor e clareza as relações entre a Câmara Municipal de Lisboa e o Benfica, no quadro do contrato celebrado aquando da construção do novo estádio. Qual foi o orçamento apresentado pelo Benfica? Quais as rubricas que continha? Que facturas, de facto, foram pagas e qual a sua natureza? -----

----- Que entregasse a todos os Vereadores, inclusive, como era óbvio, aos da oposição, os relatórios das auditorias oportunamente realizadas às diversas empresas municipais, auditorias essas aprovadas em reunião de Câmara no início do mandato, pois era cada vez menos aceitável que os relatórios das auditorias fossem considerados pelo Sr. Presidente da Câmara como informação que do foro privado se tratasse, enquanto que o recente relatório sobre a GEBALIS era profusamente publicitado e até enviado para a Inspeção Geral de Finanças e Tribunal de Contas,

ainda antes da sua apresentação em reunião de Câmara. Essa dualidade de critérios era politicamente insustentável! -----

----- Por fim, aconselhou o Sr. Presidente da Câmara a que não desperdiçasse as últimas gotas de tinta que porventura ainda lhe restavam na caneta, porque o respeito que a Assembleia Municipal, eleita pelos cidadãos de Lisboa, não podia deixar de lhe merecer, exigia uma resposta da sua parte às questões que lhe eram postas, em prol da credibilidade e do prestígio das instituições de Lisboa. E se necessitasse de um ou dois minutos para responder, porque o tempo era escasso, o BE cedia-lhe esse tempo. -----

----- **O Deputado Municipal Carlos Barroso (CDS-PP)**, no uso da palavra, disse que a informação escrita era apresentada, obviamente, de acordo com os critérios que o Sr. Presidente da Câmara e a Vereação entendiam como adequados. No entanto, não podia deixar de chamar a atenção para o facto de, ao contrário do que obrigava a legislação autárquica, a informação sobre a situação financeira da Câmara não acompanhar a informação escrita. Essa omissão deveria, através da Sra. Presidente da Mesa, ser suprida junto da Câmara Municipal de Lisboa em futuras situações. -----

----- Disse, depois, que a informação deveria ser avaliada em dois aspectos: no aspecto da acção e no aspecto da omissão. No aspecto da acção, comparando com aquilo que era expectável que a Câmara neste período fizesse; e no aspecto da omissão pegando naquilo que era fundamental que a Câmara fizesse e não fez. -----

----- Mas o Sr. Presidente da Câmara falara durante 30 minutos e apresentara uma informação com a dimensão que esta informação tinha, portanto isso queria dizer que a Câmara tinha muita actividade. Também mal seria que o Sr. Presidente da Câmara, ao fim de três meses numa Câmara como a de Lisboa, não tivesse 30 minutos para apresentar a actividade da Câmara. Mas também talvez o tivesse feito por uma questão de estratégia para ter que fugir a eventuais respostas que tivesse que dar às perguntas ali formuladas. -----

----- Depois tinham que avaliar o que nesses 30 minutos foi dito, e aí tinham que avaliar, efectivamente, o grande projecto/cidade que a Câmara, e a maioria do PSD, tinha ou não tinha para a cidade. E ao lerem esta informação escrita – que por acaso vinha repetida já que a informação que vinha na primeira parte era exactamente igual à que constava na segunda parte embora com outros nomes, portanto podia-se pelo menos poupar aí algum papel por parte da Câmara – viam que grande parte dela era gestão corrente, porque, de facto, não se descobria nela um projecto, uma ideia de cidade, pelo menos que estivesse executado ou em execução. Falava-se muito em fazer, em projectar, mas na realidade o que era que disso estava feito? Era isso que importava avaliar porque era uma informação escrita da actividade da Câmara, porque o Plano de Actividades para este ano já foi apreciado e seria no final deste ano apreciado outro para o ano seguinte. -----

----- Quanto à questão das omissões, disse que havia um aspecto fundamental para o CDS-PP, que mais uma vez lamentava que a Câmara não quisesse ver discutida na Assembleia, que era a questão da delegação de competências nas Juntas de Freguesia. Lembrou que o CDS-PP propusera a criação de uma Comissão Eventual para a análise das delegações de competências e para o seu cumprimento, Comissão essa que foi

rejeitada exclusivamente pelo PSD, e nas informações escritas, trimestrais, do Presidente da Câmara não constava uma única referência às delegações de competências e às verbas transferidas para as Juntas de Freguesia nem os critérios com que essas transferências foram efectuadas. -----

----- Por outro lado, a avaliação da informação escrita tinha que ser feita com base no programa eleitoral que foi a sufrágio pela maioria liderada pelo Prof. Carmona Rodrigues e de acordo com as opções do Plano de Actividades da Câmara Municipal de Lisboa. E aí havia a ponderar algumas áreas e medidas que não estavam minimamente contempladas na informação, ou seja que a Câmara não executara. -----

----- Mas dava alguns exemplos de coisas que todos os munícipes de Lisboa esperavam que a Câmara pudesse cumprir. Por exemplo, em matéria de recuperação dos pequenos espaços urbanos, recuperação dos grandes jardins da cidade, regras de implementação do mobiliário urbano, reabilitação dos jardins, parques de estacionamento dissuasores, residências para idosos, o que era que sobre isso foi feito no período a que se referia esta informação escrita? Arruamentos, o que foi feito nesse mesmo período? -----

----- E depois havia uma outra questão que já li foi falada, mas que não podia ser falada de forma tão supérflua como foi, que tinha a ver com a mobilidade. De facto, era uma boa medida a questão da EMEL passar a fiscalizar fora do espaço reservado à própria empresa. O problema era ver como essa fiscalização iria ser feita e os problemas de legalidade que iriam ser levantados. -----

----- Sobre a questão dos radares, também já ali referida, disse que se gastaram 2,5 milhões de euros, eles foram colocados mas pouco tempo depois foram retirados para serem aferidos e já não iriam entrar em funcionamento pleno na data que ali foi anunciada. E havia um outro problema que era a Câmara estar a aferir os radares mas depois estar-se a esquecer das câmaras fotográficas. Ver-se-ia o que iria acontecer quando as autuações fossem feitas sem a devida certificação das câmaras fotográficas!

----- Por outro lado, qual foi a articulação, ou a falta dela, que existira entre a Câmara e a PSP na fiscalização dos condutores em excesso de velocidade? -----

----- Outra omissão da informação escrita, que presumia não teria sido propositada, tinha a ver com a não referência à percentagem de movimentação nem o número total de trabalhadores afectos a cada um dos serviços camarários, nomeadamente a cada um dos serviços de apoio à Vereação e ao Sr. Presidente da Câmara, e teriam certamente alguma curiosidade em analisar essa informação. -----

----- Em termos da modernização administrativa e gestão da informação, disse que a informação tinha várias páginas mas todas elas apenas revelavam números de atendimentos, quer telefónicos, quer respostas a reclamações, mas nada da verdadeira reorganização administrativa que se propusera fazer e que era fundamental que se fizesse na Câmara Municipal de Lisboa. Mais um trimestre passara e não havia uma única reorganização administrativa, nem sequer havia nenhum plano de reorganização do sector administrativo. Tratava-se, apenas, de atendimentos correntes como podiam verificar. -----

----- Prosseguindo, disse que se havia alguma área em que foi feita alguma coisa era a da mobilidade, tinham que o dizer, mas faltava uma coisa essencial que era a coordenação. Disseram isso ali mais que uma vez, porque não era com medidas avulso que esse problema se resolvia. Seria com a coordenação dos vários aspectos e com a implementação de medidas simultâneas. Por exemplo, pedia ao Sr. Presidente da Câmara que dissesse ali quantos lugares de estacionamento foram criados, no último trimestre, na Cidade de Lisboa. -----

----- Disse, ainda, que não havia uma política de Espaços Verdes, a única referência que na informação escrita constava sobre essa matéria era a recuperação dos espaços verdes da casa oficial do Sr. Presidente da Câmara. Os restantes espaços verdes, pelos vistos, não necessitavam de ser recuperados! -----

----- Uma questão também omissa na informação e que era de toda a relevância para a Cidade de Lisboa, era a situação do edificado do Bairro dos Lóios e das Amendoeiras, nomeadamente a relação com a Fundação D. Pedro IV. E nesta matéria queriam ser muito directos e perguntar ao Executivo camarário, nomeadamente a quem detinha o Pelouro, qual era a actual política da Câmara nessa questão, isto é, se mantinha aquilo que foi afirmado, publicamente, pela Sra. Vereadora Maria José Nogueira Pinto, ou se existia alguma evolução, em sentido contrário, da posição da Câmara? Isto porque a Fundação D. Pedro IV remetera uma carta à Sra. Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, dizendo que com o afastamento da Sra. Vereadora Maria José Nogueira Pinto estavam criadas as condições para que esse processo pudesse avançar. -----

----- Portanto, o que deixava no ar, como pergunta ao Sr. Presidente da Câmara, era se a posição da Sra. Vereadora Maria José Nogueira Pinto era uma posição individual, ou era a posição representativa do Executivo camarário e aquela que melhor defendia os interesses da cidade e que o Sr. Presidente da Câmara iria continuar a defender. Era importante que o Sr. Presidente da Câmara esclarecesse isso para que soubessem se tinham uma mudança de política nessa área, porque, se tivessem, era muito grave, mas se não tivessem seria fundamental que a Sra. Presidente da Assembleia pudesse responder, em conformidade, a essa comunicação. -----

----- **A Senhora Presidente**, em resposta à parte final da intervenção do orador anterior, disse-lhe que apresentasse à Mesa, por escrito, aquilo que pretendia. -----

----- **A Deputada Municipal Cristina Serra (PEV)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Presidente -----

----- Lemos com atenção a sua informação escrita relativa ao período de 16.11.2006 a 31.01.2007, a qual nos suscitou algumas dúvidas. -----

----- Gostaríamos de ser esclarecidos sobre as seguintes matérias que nos preocupam especialmente, e aos munícipes que temos o prazer de contactar diariamente. -----

----- Na página 15, refere-se que “A Polícia Municipal em colaboração com técnicos da CML, fiscalizou a deposição de dejectos caninos na via pública, tendo em vista sensibilizar os proprietários de canídeos para a higiene na cidade”. A sensibilização aos proprietários é feita de que maneira? São aplicadas as coimas previstas? Se sim, quantas coimas foram aplicadas durante o período em análise? Se não houver dados

neste momento, propomos que constem do próximo relatório. Porque razão as “motocão” não são vistas por toda a cidade? Todos nós vemos os cães a passear com os seus donos na via pública e poucos são os que apanham os dejectos dos seus animais. Pela minha parte nunca vi a Polícia Municipal a falar com quem quer que seja nesta situação e muito menos a aplicar as coimas contempladas na Lei. -----

----- À semelhança do espaço sanitário para cães existente na Alameda Roentgen, em Telheiras, está pensado este projecto para mais zonas da cidade? As Juntas de Freguesia de Lisboa, em cooperação com a CML poderiam desenvolver este projecto em várias zonas da cidade, com técnicos ambientais a fiscalizar os trabalhos, depois poderia fazer-se uma sensibilização junto das escolas, associações juvenis, colectividades, entre outras e assim criar estes espaços sanitários para canídeos. -----

----- Apesar de tudo nós acreditamos que as coimas não são a solução mais eficaz. Em anteriores mandatos havia uma preocupação constante em se fazer campanhas de sensibilização e educação ambiental. Com o passar do tempo deixou-se de se investir neste campo e deixamos a sugestão que se deva voltar a apostar nestas campanhas junto das populações. Como se disse no passado “Lisboa limpa tem outra pinta”. -----

----- Relativamente ao controlo de pragas na cidade, gostaríamos de saber porque no quadro apresentado na página 208 não constam as capturas efectuadas. -----

----- No que diz respeito aos pombos, quando a Polícia Municipal actua no terreno, investigando quem dá comida a estas aves, queríamos saber se vão à civil, uma vez que se forem fardados é mais complicado apanhar as pessoas que alimentam estes e outros animais na via pública e quantas coimas foram aplicadas? -----

----- Lamentamos profundamente que, nas propostas de Hastas Públicas, a Quinta da N<sup>a</sup> Sra. da Paz tenha sido aprovada. É lamentável que os patrimónios que são de todos possam vir a ser vendidos a privados em vez de serem alugados, revertendo essas verbas para a Câmara. -----

----- Aliás, a preocupação em ouvir as populações e os seus mais directos representantes não tem aumentado, antes tem regredido. Note-se que na informação escrita de Junho de 2006 se referia a preparação de um *workshop* no âmbito da Agenda 21 Local, *workshop* esse que continua em preparação. Vários meses passaram e, com uma mudança significativa. Enquanto inicialmente era referido o envolvimento das Juntas de Freguesia e Organizações Não Governamentais, agora refere-se apenas o envolvimento dos serviços da CML directamente relacionados com a temática, em plena contradição com o espírito de estímulo à participação da Agenda 21 Local. -----

----- Não queria terminar sem levantar mais uma questão. A Escola EB1 Maria da Luz Deus Ramos, na Freguesia da Charneca tem cerca de 500 alunos em turno duplo. Nesta última sexta-feira, dia 23 de Fevereiro, houve um grave acidente neste estabelecimento de ensino. -----

----- Da parte da tarde, um aluno que corria no recreio, quis parar e o seu travão foi o vidro de um dos pavilhões que cerca o recreio da escola. O vidro partiu de imediato e a criança ficou com uma série de veias e tendões cortados. De imediato veio o INEM e este menino foi operado no Hospital. -----

----- Os médicos, após a intervenção cirúrgica, informaram a mãe que muito dificilmente a sua mão ficaria com a função motora completa. -----

----- Esta escola foi recuperada há cerca de 3/4 anos, mas mesmo sabendo que este género de acidentes acontece, nada foi feito para proteger os vidros e as crianças. O recreio desta escola primária é todo rodeado pelos pavilhões, logo por inúmeras janelas cheias de vidros. -----

----- A CML tem conhecimento deste caso recente? Se sim o que vai fazer, uma vez que após as obras este já não é o primeiro nem o segundo caso? As escolas municipais básicas do 1º ciclo são da responsabilidade das Câmaras, pelo que a autarquia tem de pensar em soluções para salvaguardar a segurança nesta e noutras escolas. Que medidas tem em vista a CML para prevenir estes acidentes?” -----

----- **O Deputado Municipal Nuno Roque (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar, no uso da palavra, começou por dizer que lhe custava estar sempre a verificar que minimizavam determinadas coisas que se faziam na cidade, quando, efectivamente, se faziam-se coisas boas que era preciso salientar, e ia justamente salientar algumas e também referir outras que havia necessidade de serem capazes de atalhar. -----

----- Começando pelas coisas boas, salientou, no âmbito dos Espaços Verdes, a inauguração da requalificação da Quinta dos Lilases, no dia 15 de Janeiro, um espaço de nível, com 26 hectares, que dignificava a Cidade de Lisboa como capital europeia. Podiam-se orgulhar disso! Agora era preciso que os serviços dos Espaços Verdes conseguissem efectuar a manutenção daquele belíssimo espaço, sobretudo quanto aos circuitos de água, os lagos que ali existiam e as instalações sanitárias. -----

----- E nisso era preciso não esquecer que a tónica para a requalificação das quintas das Conchas e dos Lilases se baseara na conjugação do aproveitamento dos recursos hídricos ali existentes com o equilíbrio paisagístico que haveria que efectuar naquela área, em termos de arquitectura tudo estava muito bem feito, agora era preciso que fossem capazes de manter aquele belíssimo espaço. -----

----- Em matéria de segurança, disse que tinham que ter em consideração que estava em conclusão a sede para a nova Divisão da PSP, que muita falta fazia naquela área da cidade. Tratava-se de um equipamento que estava a ser construído com muito pormenor, o que faria com que ela fosse, certamente, uma das melhores Divisões policiais de Lisboa. -----

----- Por outro lado, sendo a habitação uma das condições para a dignidade humana, não desejava deixar de referir que naquela área se efectuara o realojamento das Calvanas. Assistira, no Bairro dos Sete Céus, a determinada altura, à assinatura do protocolo que permitira o realojamento da população daquele bairro, e agora sabia que ultimamente foram entregues as chaves das habitações, o que muito dignificava toda a actividade que se tinha desenvolvido nessa matéria. -----

----- Aliás, sendo aquela uma área da cidade onde havia muita população que era preciso realojar, com o realojamento das Calvanas estava terminado o realojamento daquela zona, o que também era muito importante focar. -----

----- No tocante ao Desporto, disse que também não queria deixar de salientar a inauguração da Pista de Atletismo de Lisboa, um equipamento que não existia e a partir de agora, quem quisesse praticar atletismo podia fazê-lo. Aliás, a Junta do Lumiar já solicitara ao Vereador responsável pelo Pelouro que lhe cedesse, duas vezes por semana, umas tantas horas para que pudesse ter a sua escola de atletismo a funcionar. Poderiam alguns dizer que faltava isto, aquilo ou aqueloutro, com certeza que sim, a seu tempo estaria concluído, mas não seria por isso que não tinham já condições para começar a trabalhar no âmbito do atletismo. -----

----- Passando a outras questões, disse que se ia referir a alguns problemas que foram ali já levantados no período de intervenção do público, onde por um morador foi dito que na Rua Pedro Queiroz Pereira havia um problema quanto à requalificação das habitações, e a Junta conhecia bem essa questão. Ouviu o Deputado Municipal Sobreda Antunes, do PEV, afirmar ali que há mais de 30 anos nada se fizera naquela zona, mas permitia-se rectificar porque era preciso clarificar para repor a verdade. A Junta tinha um protocolo com a Câmara Municipal, no anterior mandato, que lhe permitia recuperar habitações municipais e naquela rua a Junta recuperara 31 habitações nas quais gastara 71.000 euros. Por isso conheciam muito bem a situação! -

----- Mas desejava ainda dizer que para lá dessas 31 habitações onde tiveram intervenção, havia mais cerca de 60 que neste momento estavam a cargo da GEBALIS, que eram habitações degradadas, e ainda mais cerca de 130 que foram adquiridas pelos particulares. Era preciso haver um esforço e a Junta entendia que esse esforço deveria ser efectuado pela GEBALIS e pelos proprietários, no sentido da requalificação daquele espaço. -----

----- Era preciso que dessem as mãos para que pusessem as coisas em andamento. Como ali referira uma vez não foi por acaso que o Senhor Presidente da República foi àquele local nos termos das jornadas para a inclusão. Havia ali duas questões importantes, uma delas a da habitação na Rua Pedro Queiroz Pereira, e outra o centro de saúde. E quanto ao centro de saúde, que como sabiam era uma questão que à Direcção Regional de Saúde competia resolver, era preciso que não estivessem ali a dizer que a Câmara tinha que fazer isto e aquilo. -----

----- A Junta têm pressionado a Direcção Regional de Saúde, certamente que a Câmara também o terá feito, mas o que se verificava era que foi demolida a anterior extensão do centro de saúde da Musgueira, e quanto a si muito bem porque não tinha condições nenhuma. Tratava-se de um centro de saúde que prestava apoio a população do Alto do Lumiar, situada na Freguesia do Lumiar, e a população situada na Freguesia da Charneca, num total de cerca de 7.800 utentes. E estava a dar dados concretos para que as pessoas não tivessem dúvidas sobre aquela extensão do centro de saúde. -----

----- Referiu que a Direcção Regional de Saúde emitira um comunicado, no dia 22 de Outubro, dizendo que não poria aquela extensão em funcionamento enquanto ela não tivesse condições para tal. No dia 31 de Outubro, na Assembleia Municipal, a Câmara foi autorizada a adquirir duas lojas na Av. David Mourão Ferreira, lojas essas que já estavam destinadas à extensão do centro de saúde, tendo sido efectuado um protocolo

entre a Câmara e a Direcção Regional de Saúde e agora não compreendiam por que era que a Direcção Regional de Saúde, sustentando que não havia água no local e que não tinha electricidade, não punha a extensão em funcionamento. Aliás, quando emitira o primeiro comunicado, em Outubro, dizia nesse comunicado “brevemente esta extensão do centro de saúde estará em funcionamento”. -----

----- Portanto, era preciso que tratassem as coisas pelos nomes, que dissessem quem eram os responsáveis, porque neste particular era a Direcção Regional de Saúde que estava em dívida para bem servir as populações naquela zona da cidade. -----

----- Disse, ainda, que queria colocar um problema ao Vereador que tinha o Pelouro das Obras Municipais, mas não estando ele presente colocava-a ao Sr. Presidente da Câmara, porque o Presidente assumia sempre a responsabilidade já que quando se via qualquer coisa de mal na cidade quem era atacado era o Presidente e não outra pessoa. Isto porque, na Alameda das Linhas de Torres, há duas ou três semanas que a obra de requalificação dessa artéria estava parada sem que se soubesse porquê, o que causava problemas diversos em termos de segurança rodoviária e dos peões. Era preciso que se soubesse a razão por que estava parada e que se fizesse um esforço para a pôr rapidamente em andamento. -----

----- Aludindo à questão da UCCLA, ali referida pelo Sr. Presidente da Câmara, disse que sendo Lisboa capital de um País que tem diversas relações com países de Língua Portuguesa, e também laços históricos de muita importância, seria importante também que o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa não esquecesse aquilo que afirmara ali há pouco para que todos tivessem conhecimento. -----

----- **O Deputado Municipal Alberto Bento (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia das Mercês, no uso da palavra, disse que entendera fazer esta intervenção no período destinado à apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara, por, após análise cuidadosa da mesma, não ter encontrado nela as respostas a diversas solicitações que vinham sendo feitas, junto da Câmara, sobre questões que há muito preocupavam a população da freguesia e seus autarcas, as quais não podiam manter-se no tempo. -----

----- Admitia que pudesse ter havido da sua parte alguma falha na leitura da informação escrita, mas se tal tivesse acontecido por certo o Sr. Presidente da Câmara faria a devida correcção e ele se penitenciaria por isso. -----

----- Mas antes de apresentar as questões para as quais esperava resposta do Sr. Presidente da Câmara, desejava lembrar que muitas delas vinham sendo colocadas desde o mandato anterior, através de ofícios, reuniões e de contactos com diversos elementos da Câmara, incluindo o Sr. Presidente e alguns Vereadores, mas que continuavam por resolver. -----

----- Assim, começou por referir que em Outubro de 2002, o então Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lisboa e actual Presidente, reunira com o Executivo da Junta, nas suas instalações, onde foram discutidos os problemas existentes na área da freguesia, em especial os que estavam relacionados com os Pelouros da sua responsabilidade, tendo aí sido assumidos pela Câmara alguns compromissos, entre os quais que a Rua da Academia das Ciências, a Rua da Paz, a Rua da Cruz dos Poiais e

a Travessa da Piedade iriam ser reconstruídas, incluindo a substituição do respectivo saneamento. Mas, decorridos mais de quatro anos, constatava-se que nada foi feito e, por isso, as consequências têm sido visíveis, a Câmara conhecia-as e a população dessas áreas tem-nas sentido no seu dia-a-dia. -----

----- Como exemplo, referia o caso da Rua da Academia das Ciências que estava, em parte, encerrada ao trânsito desde Novembro de 2006. Há muito que a Junta vinha colocando à Câmara e à EMEL a necessidade de se encontrarem soluções para a grande dificuldade de circulação e estacionamento na área da freguesia, matéria que drasticamente foi agravada com as alterações efectuadas pela Câmara no Bairro Alto, parte de Santa Catarina e São Paulo. -----

----- E o que foi feito em concreto até hoje? Para além da concretização da construção do silo da Calçada do Combro, que estando na área da Freguesia de Santa Catarina também servia, em parte, a Freguesia das Mercês, e do parque de estacionamento do Largo de Jesus, sobre o qual falaria especificamente mais à frente, o que houve foram promessas que não passaram disso mesmo e, por isso, era fácil constatar que a freguesia foi entregue ao abandono. -----

----- Esperavam que, nessa matéria, a promessa sempre adiada do estudo sobre o estacionamento para a área da freguesia, fosse finalmente apresentado à Junta até ao fim do primeiro trimestre de 2007, para que o mesmo pudesse ser discutido com a população da freguesia e implementado. -----

----- Outro exemplo de abandono, ou problema por resolver, eram os sanitários da Praça do Príncipe Real, que estavam encerrados desde Novembro de 2005, por falta de água! Na ocasião, segundo a EPAL, o problema prendia-se com um ramal de abastecimento devendo a Junta contactar o Departamento de Espaço Público da Câmara, no sentido de resolver o problema, o que foi de imediato feito pela Junta. Mas, infelizmente, o problema não estava resolvido! As obras iniciaram-se, finalmente, há pouco mais de um mês, mas tudo levava a crer que as obras que estavam a ser efectuadas eram de recuperação de paredes, de substituição de azulejos, de isolamentos e de pinturas, que sendo necessárias não resolviam a questão que motivara o seu encerramento, conforme atempadamente informaram o Gabinete do Sr. Vereador. -----

----- Também há muito alertaram a Câmara para a degradação que se vinha manifestando no Jardim Fialho de Almeida, mais conhecido por Praça das Flores, e no Largo Agostinho da Silva, em relação aos quais a Junta tem solicitado a intervenção da Câmara, mas tudo continuava na mesma. -----

----- Por outro lado, dois quiosques artísticos e históricos, um na Praça das Flores e outro na Praça do Príncipe Real, estavam fechados há bastante tempo, tendo a Junta tomado várias iniciativas junto da Câmara no sentido de que fossem criadas condições para a reabertura dos mesmos, mas, infelizmente, continuavam fechados e a degradarem-se. -----

----- Continuando, disse que em 25 de Abril de 2004, foi inaugurado o polidesportivo de Santa Catarina, pelo então Presidente da Câmara, Dr. Pedro Santana Lopes, que embora tivesse sido construído pela Câmara em terreno da Junta de Freguesia de

Santa Catarina, a decisão da sua construção tivera por base um acordo que previa que ele pudesse ser utilizado pelas freguesias de Santa Catarina, Encarnação, Mercês e São Paulo, mas desde a sua inauguração até ao presente essas freguesias, assim como as suas colectividades e moradores, ainda não puderam utilizar esse espaço porque as obras não estavam totalmente concluídas, pese embora tivesse sido inaugurado há quase três anos. -----

----- Esse espaço desportivo era fundamental para as Mercês, porque, infelizmente, na sua área geográfica não existia outro espaço e a sua população, em especial os jovens, tinha direito a ter conduções para a prática desportiva. -----

----- Em relação ao parque de estacionamento do Largo de Jesus, disse que queriam uma informação concreta quanto à data da sua inauguração, pois não se viam quaisquer obras ou movimento de pessoas no seu interior ou à superfície, desde os finais de 2006, o que levava a concluir que o mesmo estivesse pronto. Mas queriam alertar para o facto da população não compreender como era possível o parque estar concluído e manter-se à sua volta uma vedação, em rede, que inviabilizava a circulação em três ruas da freguesia e dificultava a circulação a carros de bombeiros, do lixo, etc. Por isso, era urgente a retirada da vedação e a reposição da circulação nos três arruamentos, de acordo, aliás, com o que já foi solicitado à Sra. Vereadora Marina Ferreira. -----

----- Disse que não sabiam ainda se iriam existir avenças para os moradores e comerciantes das freguesias das Mercês, Santa Catarina e São Paulo, à semelhança do que existia em muitos parques da cidade, conforme têm vindo a defender também para este parque. -----

----- Outro grande e grave problema era a limpeza e higiene urbana, pois as lixeiras proliferavam em grande parte das ruas, assim como os dejectos caninos, o que para além de por vezes dar a sensação que não estavam em Lisboa, cidade capital do País, mas numa qualquer cidade do terceiro mundo. E, para além disso, existia também o problema da saúde pública. -----

----- Referiu que no dia 14 de Fevereiro de 2006, a Junta de Freguesia das Mercês solicitara a criação, nos termos da lei, de um lugar de guarda-nocturno para a área da freguesia, no sentido de ser minorada a situação de insegurança e vandalismo existente. Em 18 de Julho seguinte, a Junta recebera um ofício do Gabinete do Sr. Presidente da Câmara a informar que se encontrava para publicação o despacho que dava corpo às determinações legais constantes do regulamento municipal do licenciamento do exercício e fiscalização da actividade de guarda-nocturno, e que no âmbito do referido despacho se procedia à criação do serviço de guarda-nocturno na área correspondente à delimitação territorial da Freguesia das Mercês, tentando-se contribuir, dessa forma, com uma resposta que pudesse conduzir ao reforço da segurança das pessoas e bens. -----

----- Como não podia deixar de ser, a Junta congratulara-se com o teor dessa informação, e disso dera conhecimento à população e autarcas da freguesia assim como à Assembleia. Porém, o tempo passava e até hoje nada mais souberam do que se passava sobre o assunto, o que motivara o envio de um ofício no passado dia 14

solicitando a concretização do teor do aludido despacho e que a Junta fosse informada sobre a matéria, mas como ainda não foi dada resposta aproveitava para perguntar ao Sr. Presidente da Câmara qual era, de facto, o ponto da situação. -----

----- Disse, ainda, que na semana passada, por força de uma obra municipal no muro de suporte da Praça Príncipe Real e a Rua Cecílio de Sousa, foi cometido um verdadeiro atentado que deixara indignados os moradores, utentes do jardim e o Executivo da Junta de Freguesia. Tratara-se do corte de quatro buganvílias de grande porte para se proceder ao reboco e pintura do referido muro. A Junta não aceitava essa situação e exigia que fossem apuradas todas as responsabilidades desse atentado ao património arbóreo da freguesia e da cidade. -----

----- Por fim, manifestou ao Sr. Presidente da Câmara e à Vereação que a Junta estava, como sempre esteve, disponível e com sentido de responsabilidade para colaborar com a Câmara na resolução deste como de outros problemas, pois tanto a Câmara como a Junta, na devida proporção das suas competências e responsabilidades, tinham obrigação de criar as condições para uma melhor qualidade de vida para a população das Mercês e da Cidade de Lisboa. -----

----- **A Deputada Municipal Lurdes Pinheiro (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Santo Estêvão, no uso da palavra, começou por dizer que “Lisboa Cidade de Bairros” era uma classificação muito bonita que estava a ser usada pelo Executivo municipal até à exaustão, como sucedia na informação escrita que estavam a apreciar. Mas o que se via, na realidade, eram bairros abandonados e em degradação a vários níveis. -----

----- Que se visse no Bairro de Alfama, mais concretamente na sua freguesia, Santo Estêvão, onde muitas das obras municipais não estavam a avançar, quer as que começaram há mais de cinco anos, quer outras mais recentes. Mas lembrava, de novo, casos que até já mereceram uma recomendação, aprovada por unanimidade na Assembleia Municipal, em Novembro passado: -----

----- Na Rua Guilherme Braga, n.ºs 5 e 5D, a obra teve início em 2004 e tinha um prazo de 60 semanas, que já estava ultrapassado em 2006 quando os trabalhos pararam, e até hoje a única coisa que se mantinha e continuava a causar incómodo era um estaleiro vazio a ocupar a via pública num sítio onde os lugares de estacionamento eram muito necessários; -----

----- No Beco do Espírito Santo, n.ºs 12 e 14, a obra continuava parada, falaram sobre esse assunto ali, trataram directamente com a Sra. Vereadora Gabriela Seara no sentido de pelo menos ser urgentemente substituída a tela do andaime, mas nem isso foi feito; -----

----- As obras do projecto integrado do Chafariz de Dentro, na Rua dos Remédios, estavam abandonadas; -----

----- A obra RECRUA na Rua Guilherme Braga, n.ºs 10 a 14, continuava parada, sendo este o prédio que na freguesia tinha o andaime montado há mais anos, cerca de 15, e nada indicava que os trabalhos iriam ser retomados; -----

----- Prédios em completa ruína que colocavam em causa a estrutura e segurança dos prédios vizinhos. Isso acontecia nas Escadinhas de Santo Estêvão, n.ºs 15 e 17, no Beco do Clérigos, n.º 5, e na Rua da Regueira, n.ºs 1 e 1A; -----

----- Também tinham os prédios que passaram da Câmara para a EPUL, e poderia apontar mais exemplos na área da reabilitação urbana. -----

----- Passando a outras questões, disse que continuavam a não ter resposta do Sr. Presidente da Câmara, ou da Vereação, sobre o processo da construção da creche de Alfama; -----

----- Os moradores e os comerciantes exigiam que fossem retirados os contentores estacionados, há alguns anos, no Largo do Terreiro do Trigo, que não serviram para realojar ninguém e estavam agora a servir de escritório da Arqueologia; -----

----- O piso do parque infantil continuava à espera de ser substituído, já ia para dois anos; -----

----- Continuavam sem saber se o porta-a-porta era para manter, mas as deficiências mantinham-se; -----

----- A substituição do colector na Rua da Regueira começara atrasada e o prazo, anunciado em Novembro, já tinha sido ultrapassado. Continuavam com o esgoto a céu aberto e sem poderem abrir o lavadouro do Beco do Mexias. Quando chovia, o Largo do Chafariz de Dentro transformava-se num lago de esgoto; -----

----- Ainda não tinham informação da Câmara sobre se se iriam manter, ou não, os protocolos de delegação de competências. Não pararam as actividades, não pararam de intervir no espaço público e no espaço verde no âmbito dos protocolos assinados. Portanto, estavam a cumprir mas a Câmara não estava a cumprir com a freguesia, e isso provocava estrangulamentos na sua frágil situação financeira. -----

----- A concluir, questionou como se podia apregoar “Lisboa Cidade de Bairros” se a sua freguesia e o Bairro de Alfama continuavam no esquecimento, sem promoção, sem valorização e sem investimento, se não se dava solução a preocupações como estas, que vinha ali colocando desde há vários anos e com as quais a população se confrontava no dia-a-dia? Não fazia sentido falar em “Lisboa Cidade de Bairros”, uma classificação bonita, mas que, afinal, estava vazia de acções e de resultados. -----

----- **A Deputada Municipal Ana Drago (BE)**, no uso da palavra, disse que certamente tinham ali algum problema de comunicação porque a oposição tinha vindo a colocar um conjunto muito variado de questões e o Sr. Presidente da Câmara insistia em não responder a uma única, o que das duas uma: ou tinham um problema de comunicação e o Sr. Presidente da Câmara não compreendia que isso eram perguntas que a Assembleia queria ver respondidas, ou então tinham um problema sobre o entendimento da democracia, porque quem estava sentado nas bancadas em frente do Sr. Presidente da Câmara eram membros eleitos pelos cidadãos de Lisboa. -----

----- Compreendia que o Sr. Presidente da Câmara tivesse vários afazeres mas pedia-lhe, simpaticamente, que dedicasse alguma atenção a escutar aqueles que eram os representantes dos cidadãos de Lisboa e conseqüentemente respondesse àquilo que eram as suas questões, que acabasse com o seu silêncio que crescentemente se vinha tornando num silêncio ensurdecador. -----

----- Seguidamente, disse que o Sr. Presidente da Câmara lhes apresentara, durante meia hora, a sua informação escrita que compreendia o período de que ia de 16 de Novembro de 2006 a 31 de Janeiro de 2007, informação essa que tinha 318 páginas, mais um anexo A, um período que o Sr. Presidente da Câmara disse ser muito intenso em termos da actividade da Câmara, mas em toda a informação não existia uma única palavra sobre os processos políticos que abalaram a Câmara Municipal de Lisboa. Ou seja, a Câmara bocado por bocado ia caindo, Vereador por Vereador ia caindo, e o Sr. Presidente da Câmara fingia que nada se passava. -----

----- Era preciso recolocar a questão política tal como ela era na Cidade de Lisboa. O Sr. Presidente da Câmara foi eleito apresentando-se como um homem independente das estruturas partidárias, um homem que, nesse sentido, seria um homem sério para estar à frente dos destinos da Cidade de Lisboa, mas a verdade era que a Câmara Municipal de Lisboa nunca passara por uma crise política tão séria como a que estava a passar nos dias de hoje. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara apresentara-se como um gestor e um técnico competente, mas, provavelmente, a Câmara Municipal de Lisboa nunca passara por uma crise financeira e de projecto tão grave como passava actualmente. -----

----- Ora, perante essa crise, entendia que o Sr. Presidente da Câmara tinha duas alternativas: uma, que já lhe apresentaram e que já tentaram discutir com ele, que era entender que perante essa crise de projecto e perante essa crise de credibilidade do Executivo deveria devolver a palavra aos lisboetas; e outra, que pensava que seria aquela que o Sr. Presidente da Câmara queria seguir mas afinal enganara-se, que era a ideia de que era necessário responder aos lisboetas, ou seja, recolocar nos termos da presente crise política os termos do seu projecto político e, acima de tudo, esclarecer tudo até ao último detalhe sobre os processos que se passavam na Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- E para que o Sr. Presidente da Câmara soubesse exactamente quais eram as questões que o BE lhe colocava, ia repetir exactamente aquilo que o seu colega de bancada, Deputado Municipal João Bau, referira. Ou seja, que apresentasse aos representantes eleitos pelos cidadãos de Lisboa a listagem completa das relações da Bragaparcos com o Município de Lisboa, fossem elas relações de carácter comercial, de licenciamento ou de qualquer outra natureza. Não podia ficar nenhuma dúvida! ----

----- Que esclarecesse quais eram as relações entre a Câmara Municipal de Lisboa e o Benfica. Qual foi o orçamento apresentado pelo Benfica, quais as rubricas que continha, quais as facturas que de facto foram pagas e qual a sua natureza? -----

----- Por outro lado, O BE pedia também que entregasse aos Srs. Vereadores os relatórios das auditorias que foram feitas às empresas municipais e que foram aprovadas em reunião de Câmara, no início do mandato. -----

----- Terminou dizendo que se o Sr. Presidente da Câmara não respondesse a estas questões, ficaria sempre a dúvida em qualquer lisboeta. Porquê este silêncio ensurdecedor? Era necessária transparência porque senão este silêncio do Sr. Presidente seria exactamente a crise política que o deveria levar a demitir-se. -----

----- **O Deputado Municipal Hugo Xambre Pereira (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia do Beato, no uso da palavra, disse que na página 15 da informação referia-se a construção do balneário na Rua Gualdim Pais, na sua freguesia, uma obra que tinha uma previsão de construção para quatro meses. Só que a obra foi iniciada no dia 7 de Novembro de 2005 e, segundo o *placard* que lá se encontrava, deveria ter ficado concluída no dia 9 de Março de 2006, mas passado todo este tempo ainda nem metade da obra estava feita. -----

----- O empreiteiro queixava-se que ainda nada recebera do que estava previsto na adjudicação da obra, os utilizadores do balneário, que em média eram mais de 90 por dia, não podiam utilizar o espaço, e o balneário antigo, mesmo em frente daquele que está em construção, devido aos muitos anos que tinha já nem dispunha de potência para conseguir aquecer a água a uma temperatura normal para que qualquer ser humano pudesse tomar banho. -----

----- Por isso, a pergunta ao Sr. Presidente da Câmara sobre o que se estava a passar e quando teriam a obra concluída. -----

----- Sobre as obras na Quinta do Ourives, disse que na informação escrita de Abril de 2006 e noutras posteriormente apresentadas, constava sempre “preparação e consulta para empreitadas dos lotes A, B, C e D”, mas nesta informação escrita procurara isso exaustivamente e notara que desaparecera completamente essa questão. Lia-se nas páginas 148 a 153 a actividade da própria GEBALIS, mas também aí nada! Portanto, perguntava o que se passava com as obras da Quinta do Ourives. Foi uma *gaffe* na elaboração da informação escrita? Se era isso, menos mal até porque se tratava de um compromisso para os primeiros 180 dias de mandato. -----

----- Perguntou qual a razão por que havia tantos candeeiros de iluminação pública apagados. Havia pedidos da Junta do Beato, desde Novembro de 2006, para arranjo desse tipo de situações e até ao momento nada foi feito. Claro que se isso acontecesse só no Beato diria que isso era alguma malapata que o Beato tinha, mas bastava dar uma volta de noite pela cidade para se verificar que a quantidade de candeeiros apagados era constante pelas várias ruas. Tratava-se de um processo de manutenção, portanto não exigia investimento, pelo que não podia haver desculpas com a falta de verbas. De facto, a falta de luminosidade tornava algumas zonas num autêntico caos, e isso se calhar iria ser um pretexto para que um dia destes o PSD viesse dizer que, por culpa do Governo, Lisboa não era uma cidade segura. E como Lisboa não tinha tantas noites de luar quanto isso, perguntava para quando a recuperação dos candeeiros da cidade, de uma vez por todas. -----

----- Referindo-se ao Vitória Clube de Lisboa, disse que se tratava de um clube histórico da zona da Picheleira, com equipas em todos os escalões de formação com mais de 300 jovens a praticar desporto, a equipa sénior estava na 1ª Divisão Regional de Lisboa, mas o seu campo de jogos, com um piso pelado, estava em mísero estado. Os muros que o rodeavam já abateram, os balneários não tinham água quente, a Associação de Futebol de Lisboa já notificara o clube sobre a possibilidade de interditar o recinto por falta de condições. A Assembleia Municipal já aprovara uma Recomendação apresentada pela Comissão Permanente de Educação Juventude e

Desporto, já se realizaram várias reuniões no Gabinete do Vereador Pedro Feist, houve visitas ao local, mas era um facto que na informação escrita não havia qualquer referência, nem sequer a um eventual estudo para se iniciar um projecto. -----

----- Concluiu dizendo que isto começava a ser habitual em muitas áreas, pelo que mais do que dizer que havia condições políticas para se continuar a governar, era necessário resolver estas pequenas questões, que ao fim e ao cabo eram grandes questões que a Cidade de Lisboa tinha. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra para responder às questões colocadas, depois de agradecer todos os contributos, observações, sugestões e críticas que foram feitas, disse que, obviamente, lhe cabia a si falar das coisas positivas e à oposição falar das coisas menos positivas ou negativas, portanto era natural que não tivesse feito o papel que devia caber à oposição. -----

----- Relativamente a alusões feitas à questão financeira, matéria que os preocupava, disse que a estratégia estava vertida não só no programa da Câmara mas também no Orçamento para 2007, que, aliás, já começara a dar frutos com a redução do endividamento da Câmara em 2006 em cerca de 3,4 milhões de euros, valor que era relativamente pequeno mas que ia no sentido de que, no médio prazo, queriam equilibrar as receitas com as despesas da Câmara. Portanto, tinham de ter uma forte preocupação com a gestão da despesa, mas também com a gestão da receita. -----

----- Disse que tinham vindo a diminuir os apoios a algumas colectividades, isso era verdade, mas não de uma forma generalizada, antes pelo contrário de uma forma criteriosa, e o exemplo, já ali falado e em Câmara também, era a Experimental/Design. Eram opções! Mas não era de uma forma generalista que iam fazer essa redução ou esse rigor, rigor esse que teria que ir no sentido de que quando davam subsídios teriam que exigir contrapartidas, exigir um relatório de execução física do que foi feito, coisa que não acontecia justamente com a entidade que acabara de referir. -----

----- Mas também tinham vindo a atribuir muita vezes subsídios a colectividades ou Juntas, que nalguns casos, depois, exibiam nas obras acabadas de inaugurar e postas a funcionar, como tendo sido de iniciativa das Juntas ou das colectividades, quando, na realidade, fora a Câmara que suportara, na íntegra, essas mesmas obras. Por ventura quem andava distraído poderia pensar que não foi a Câmara que deu, quando na realidade foi a Câmara que deu para fazer muitas obras de muitas Juntas de Freguesia e de muitas colectividades. -----

----- Disse, depois, que uma informação que recolhera da Direcção Regional de Inovação e Desenvolvimento Curricular foi que, na semana de 5 a 9 de Fevereiro, o enriquecimento curricular na Cidade de Lisboa, em matéria de ausências, em inglês foi 0,7%, música 9%, desporto 11% e outras 0,3%. Obviamente eram valores que no caso da música e do desporto ainda não estavam tão bons quanto gostariam, mas, por exemplo, no Bairro Padre Cruz os mesmos valores eram 3%, 38%, 40% e 16%. Não queria estar a comparar semanas, nada disso, o que queria era dizer que estavam num ano de transição, na adaptação de uma nova realidade, a Câmara de Lisboa chegara-se à frente e estavam ali para monitorizar o que não estava bem feito e queriam que tudo

isso melhorasse e fosse monitorizado e acompanhado para poderem fazer melhor pelas crianças que estudavam na Cidade de Lisboa. -----

----- Por fim, disse que não lia o jornal de São Paulo habitualmente, lia mais outros jornais, os nacionais e até os europeus, mas desejava dizer que nem ele nem toda a sua equipa estavam com falta de tinta para continuar a trabalhar, antes pelo contrário era nestas alturas que saíam mais reforçados, mais recarregados de energia para continuar a desenvolver. E não aceitavam ali desafios que não lhes mostrassem total coerência com outras situações que se viviam pelo País fora. O que queriam era olhar para Lisboa com determinação e com convicção. -----

----- **O Deputado Municipal Paulo Quaresma (PCP)**, Presidente da Junta de Freguesia de Carnide, no uso da palavra para um pedido de esclarecimento, disse que até lhe custava dizer o que ia dizer, porque aquilo que quase obrigaram o Sr. Presidente da Câmara a referir agora não correspondia à verdade. É que pôs em causa a única entidade de Lisboa que também fazia enriquecimento curricular, e o Sr. Presidente não assumira ali porque não disse que era a Junta de Freguesia de Carnide, mas que foi buscar valores do Bairro Padre Cruz que não correspondiam à verdade, e queria crer que não foi o Sr. Presidente da Câmara que foi buscar esses valores. -----

----- A um aparte, respondeu: “não, é mentira Sr. Presidente! É mentira e peço-lhe que prove isso. E tenho pena que tivessem colocado nas mãos do Sr. Presidente uma informação que está errada.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, em resposta ao pedido de esclarecimento, disse que não tinha prazer nem estava no seu feitio dizer inverdades ou mentiras, portanto estava a dizer coisas com base na informação que lhe chegava. Se ela não estava bem iria apurar, mas podia o Deputado Municipal Paulo Quaresma ter a certeza que esperava que viesse a informação oficial dessa matéria porque depois teria o maior prazer em lha enviar. -----

----- **A Senhora Presidente**, seguidamente, esgotado que estava o ponto 1 da Ordem de Trabalhos, deu por encerrada a reunião informando que a Sessão prosseguiria, em segunda reunião, no próximo dia 6 de Março, pelas 15 horas. -----

----- Eram 20 horas. -----

----- E eu, \_\_\_\_\_, Primeiro Secretário, fiz lavrar a presente acta que subscrevo juntamente com o Segundo Secretário, \_\_\_\_\_ . -----

----- A PRESIDENTE -----